**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUACÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**
**ORIENTADORA: IZABELA M. TAMASO**

MARCELO IURY DE OLIVEIRA

# DAS MARGENS AO CENTRO HISTÓRICO: PATRIMÔNIOS E TURISMO NA PERSPECTIVA DOS MORADORES DAS ÁREAS PERIFÉRICAS NA CIDADE DE GOIÁS – GOIÁS

GOIÂNIA
2014

MARCELO IURY DE OLIVEIRA

# DAS MARGENS AO CENTRO HISTÓRICO: PATRIMÔNIOS E TURISMO NA PERSPECTIVA DOS MORADORES DAS ÁREAS PERIFÉRICAS NA CIDADE DE GOIÁS – GOIÁS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

**ORIENTADORA: IZABELA M. TAMASO**

GOIÂNIA
2014

MARCELO IURY DE OLIVEIRA

# DAS MARGENS AO CENTRO HISTÓRICO: PATRIMÔNIOS E TURISMO NA PERSPECTIVA DOS MORADORES DAS ÁREAS PERIFÉRICAS NA CIDADE DE GOIÁS – GOIÁS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

**EXAMINADORES DA BANCA:**

_____

Prof[a]. Dra. Izabela Maria Tamaso PPGAS – UFG

_____

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho PPGAS – UFG

_____

Prof. Dr. Rogério Proença Leite PPGS – UFS

GOIÂNIA
2014

Dedico à minha família, que sempre esteve
presente em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que sempre esteve presente em minha vida. Da mesma forma, quero agradecer a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a Mãezinha que me sempre me conduziu nos caminhos trilhados.

Agradeço, também, o apoio incondicional da família maravilhosa que Deus me deu, por terem me suportado durante esta longa jornada acadêmica, desde os tempos de graduação até a conclusão deste mestrado. Sendo assim, quero agradecer a Olívia (mãe), Hélio (pai), Sérgio Daher (irmão), Lívia (irmã), Lorrayne Mohamad (noiva) e Daniella Neiva (cunhada) pela educação, apoio e diálogo que me deram ao longo desta minha trajetória de vida e acadêmica. Sou muito grato a todos vocês!

É importante destacar outros familiares, que me suportaram e estiveram presentes em todas as decisões por mim tomadas, em especial, agradeço às tias Suely, Ana (Naninha), Lucimeire e Eliane; os tios João Bento, Donizete, Amercídio (Baloo); ao meu querido avô Dário (*in memoriam*) e avó Alice. Quero aproveitar para agradecer também as tias Dora, Maria e "Nenê"; tio Jerônimo; e aos primos (as) e amigos (as): Frederico, Guilherme, Mario Sérgio, Fernando, Rafael, Rodrigo, Rogério, Gustavo, Márcio Antônio, Fernanda, Renatha, Telmir, Devi, Ilma, Paulo César, Lorena, Maicon e Jorley. Destaco também o apoio de Érica das Neves França (que considero uma "irmã") e André Silva. Vocês são pessoas especiais que tive o prazer de conviver e compartilhar momentos felizes da minha vida, inclusive durantes os tempos de graduação. Enfim, obrigado a todos!

Sou grato também aos docentes do programa de mestrado (PPGAS) da UFG, que contribuíram diretamente para a realização e execução desta etnografia, e também para minha formação e profissão de antropólogo. Sendo assim, agradeço, então, à Telma Camargo, Manuel Lima Filho, Alex Ratts, Maria Luiza, Dilamar e Ivanilda, além do professor Camilo, com quem troquei algumas curtas conversas pelos corredores da FCS.

Quero agradecer aos amigos que me deram o prazer de desfrutar de suas amizades ao longo do percurso do mestrado, com quem troquei conversas, diálogos patrimoniais e momentos descontraídos, sendo assim, agradeço, então, à Nayala, Jean, Raphael Moraes e Giórgia amigos incondicionais nos momentos de estudos coletivos nas bibliotecas e em conversas pelos botecos. Além disso, agradeço a Cris, Maiara, Karla, Valléria, Jackeline, Rodrigo, Edson, Alessandra, Paola, Marcela, Jorge, Kárita e Rogério. Por vocês, guardo profundo carinho e admiração!!!

Em especial, quero agradecer ao Robson Max e Lucia Agostini, que são dois amigos maravilhosos, pelos quais tenho profunda admiração, além de ter tido o prazer de compartilhar angústias, tristezas, alegrias, risadas, intensos abraços, dentre vários outros momentos marcantes que levarei comigo por toda a vida. Eles, juntamente com outros integrantes do Espaço Cultural Vila Esperança (que é um espaço fantástico que realiza ações sociais, culturais e pedagógicas maravilhosa), me acolheram e me deram estadia desde o primeiro momento que cheguei à Cidade de Goiás. Serei eternamente grato a vocês. OBRIGADO!!!

Agradeço também a todos os interlocutores desta pesquisa, pela paciência de conversarem sobre suas trajetórias de vida, suas memórias, sobre a Cidade de Goiás, as atividades e manifestações que eles promovem, enfim, vocês ajudaram-me a construir esta etnografia. Portanto, vocês também fazem parte desta produção acadêmica.

Quero agradecer aos amigos que formei e aqueles que, após anos sem encontrar, tive a felicidade de reencontrá-los novamente na Cidade de Goiás: Adalberto, Leninha, Dona Inês, “Roxinho” e Fernanda.

E, finalmente, agradeço imensamente à Profª. Dra. Izabela Maria Tamaso, que merece todos os méritos que por ventura este trabalho venha a ter, antropóloga que me serviu de fonte de inspiração para estudar “Patrimônios Culturais”, desde os tempos da graduação. Fico muito feliz por ter sido orientado por esta professora e pessoa excepcional. Obrigado, Izabela, pela orientação e pelas suas contribuições na pesquisa e na minha formação acadêmica.

Agradeço, por fim, a CAPES pela concessão da bolsa, que muito me ajudou financeiramente, bem como me possibilitou ficar à disposição somente para a execução do mestrado.

**RESUMO**

Esta etnografia objetiva analisar os usos, sociabilidades e manifestações reproduzidas pelos moradores das *áreas periféricas* nos espaços patrimonializados e turistificados do *centro histórico* da Cidade de Goiás. Estes dois fenômenos, patrimônio e turismo, passaram a configurar e modificar a conduta econômica, política, cultural e social da cidade desde a operacionalização de seus primeiros processos, que se intensificou com o título de Patrimônio Mundial, recebido em 2001, pela UNESCO. As práticas políticas e econômicas modificaram e (re)significaram os usos e práticas sociais estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* no *centro histórico*. O *enobrecimento* de bens e espaços patrimonializados, provocado especialmente pelo título de Patrimônio Mundial, fez com que os sentidos e usos dos bens e espaços patrimonializados fossem direcionados, sobretudo, para o consumo turístico. A partir deste cenário social, político e econômico antagônico, este trabalho busca interpretar e (re)apresentar como os moradores das *áreas periféricas*, os "lá de cima", atravessam essas fronteiras socioespaciais e usam e se apropriam, cotidiana e extraordinariamente, das ruas, becos, praças, comércios, igrejas, museus e demais espaços patrimonializados do *centro histórico*, seja para reproduzir alguma prática cultural e religiosa ou para operacionalizar e oxigenar o mercado turístico empreendido neste "pedaço" patrimonializado Cidade de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônios; Turismo; *Centro Histórico*; *Áreas Periféricas*; Cidade de Goiás.

**ABSTRACT**

This paper aims to analyze the uses ethnography, sociability and demonstrations played by residents of the *peripheral areas* in patrimonializated turistificados spaces and the *historic town center* of Goiás. These two phenomena, heritage and tourism, began to set up and modify economic behavior, political, cultural and social of the town since its early operationalization of processes, which intensified with the title of World Heritage, received in 2001 by UNESCO. The political and economic practices changed and (re)signified the uses and social practices established by the residents of the *peripheral areas* in the *historic center*. The *ennoblement* of goods and patrimonializated spaces, caused especially by the title of World Heritage made the senses and uses of goods and patrimonializated spaces were targeted mainly for tourist consumption. From this social, political and economic antagonistic scenario, this work seeks to interpret and (re)present themselves as residents of the peripheral areas, "up there", and traverse these socio-spatial boundaries and appropriate use, and extraordinarily daily, streets, alleys, plazas, shops, churches, museums and other spaces patrimonializated the historic center, is to reproduce some cultural and religious practices or to operationalize and oxygenate the tourist market undertaken this "piece" patrimonializado City of Goiás.

**KEYWORDS**: Heritage; Tourism; *Historic Center*; *Peripheral Areas*; City of Goiás.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


**Figura 1** Delimitação do *centro histórico* da Cidade de Goiás com destaque para os espaços urbanos onde foram executadas a metodologias da pesquisa. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira ..... 24

**Figura 2** Desenho ilustrativo da proximidade entre o pesquisador com os interlocutores e o informante na Cidade de Goiás. Fonte: Marcelo I. de Oliveira ..... 25

**Figura 3** Moradores da Cidade de Goiás ensaiando os cânticos e instrumentalizações para a reprodução do Bloco Pilão de Prata, manifestação afro-brasileira, nas escadas da Igreja do Rosário dos Pretos. Fonte: Marcelo I. de Oliveira ..... 33

**Figura 4** Mapa da localização da Cidade de Goiás. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Goias_Municip_Goias.svg (Acessado em abril de 2013) ..... 37

**Figura 5** Edifícios arquitetônicos patrimonializados localizados no entorno da Praça do Coreto. Destaque para a valorização estética das fachadas, ruas de pedra e o poste do lampião. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 38

**Figura 6** Erosão localizada na Avenida São Jorge, no Setor São Vicente, *bairro periférico* da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 38

**Figura 7** Malha urbana da Cidade de Goiás com destaque para os espaços que passaram pelos processos de patrimonialização em 1951 e 1978. Fonte: TAMASO, 2007a, p. 157 ..... 43

**Figura 8** Mapa da Cidade de Goiás com detalhes dos bairros que compõem o *Centro Histórico*. Fonte: IPHAN e Prefeitura Municipal de Goiás; editado por Marcelo I. de Oliveira ..... 45

**Figura 9** Relevo da área patrimonializada na Cidade de Goiás. Percebe-se, nos extremos da imagem, como a topografia vai se tornando mais íngreme, onde se situam os *bairros periféricos*. Fonte: Multimídia do Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade .....50

**Figuras 10-11** Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás – Celebração religiosa e um dos principais eventos turístico. Fotos: Marcelo I. de Oliveira ..... 62

**Figura 12** Malha urbana da Cidade de Goiás com destaque para o *centro histórico* e itinerário da Procissão do Fogaréu. Fonte: Imagem de satélite retirado do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira ..... 65

**Figura 13** Malha urbana da Cidade de Goiás destacando o "pedacinho" enobrecido e turistificado. Fonte: Imagem construída a partir de um mapa cedido pelo IPHAN da Cidade de Goiás e a partir do Google Earth (coletada em dezembro de 2013); editado por Marcelo I. de Oliveira. ..... 80

**Figura 14** Ruas, pontes e lampiões decorados durante o carnaval do ano de 2013 na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. Oliveira ..... 82

**Figura 15** Cenário da Praça do Coreto durante o FICA de 2012. Detalhe para o show e iluminação do Coreto, além da movimentação social na Praça. Foto: Marcelo I. Oliveira ..... 82

**Figura 16** Concentração de comércios e demais equipamentos turísticos na malha urbana da Cidade de Goiás. Fonte: multimídia do dossiê de proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade ..... 87

**Figura 17** Grupo de voluntários que limparam as ruas turistificadas durante o FICA de 2012 na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 88

**Figura 18** Rua Moretti Foggia com destaque para a quantidade de estabelecimentos comerciais e turísticos. Foto: Marcelo I. Oliveira ..... 88

**Figura 19** Barracas de produtos alimentícios e artesanais fixados na Rua Quintino Bocaiúna durante o FICA (junho de 2012). Foto: Marcelo I. Oliveira ..... 91

**Figura 20** Barracas de produtos alimentícios e artesanais fixados na Rua Padre Luiz Gonzaga (Beira Rio) durante o Carnaval (fevereiro de 2013). Foto: Marcelo I. Oliveira ..... 91

**Figura 21** Concentração turística na Praça do Coreto durante o FICA de 2012 na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. Oliveira ..... 91

**Figura 22** Praça do Coreto no carnaval de 2013 (ultimo dia de evento) na Cidade de Goiás. Destaque para as cadeiras e mesas de comércios espalhadas e fixadas nas ruas e na praça. Foto: Marcelo I. Oliveira .....91

**Figura 23** Restaurante fechado, em maio de 2013. Localizado no entorno da Praça do Coreto. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 92

**Figuras 24-25** Afoxé Ayó Delê, manifestação afro-cultural e religiosa promovida pelos integrantes e administradores do Espaço Cultural Vila Esperança. Fotos: Marcelo I. Oliveira .....93

**Figura 26** Local onde se situa o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) na Cidade de Goiás. Na fotografia, pode-se observar que está fechado. Foto: Marcelo I. Oliveira .....99

**Figuras 27-28** Estabelecimentos comerciais desapropriados. Eles estão localizados na área patrimonializada da Cidade de Goiás. Fotos: Marcelo I. Oliveira ..... 100

**Figura 29** Desenho ilustrativo da distribuição arquitetônica e dos comércios situados no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Fonte: Marcelo I. Oliveira ..... 104

**Figura 30** Prédio arquitetônico do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, com estilo eclético e construído na década de 1850. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....105

**Figura 31** Prédio arquitetônico do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, construído em 1960. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 105

**Figura 32** Morador consumindo bebida alcoólica no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 110

**Figura 33** Moradoras comprando bolo de arroz no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 110

**Figura 34** Malha urbana da Cidade de Goiás, destaque para a "mancha" comercial do Mercado Municipal. Fonte: Multimídia do Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade; Editado por Marcelo I. de Oliveira .....111

**Figura 35** Moradores da cidade conversando em banco do Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 112

**Figura 36** Roda de Capoeira realizada no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....112

**Figura 37** Corredor do Mercado Municipal. Destaque para as pessoas almoçando no restaurante e para as bancas de objetos. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 113

**Figura 38** Moradores da cidade sentados em banco e conversando no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 113

**Figura 39** Desenho ilustrativo destacando as redes sociais estabelecidas entre os comerciantes (familiares e amigos) no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Fonte: Marcelo I. de Oliveira ..... 115

**Figura 40** Empadão Goiano produzido e comercializado em comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....118

**Figura 41** Bolo de arroz produzido e comercializado em comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....118

**Figura 42** Traje feminino utilizado no Afoxé Ayó Delê, manifestação afro-brasileira realizada na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....125

**Figura 43** Traje masculino utilizado no Afoxé Ayó Delê, manifestação afro-cultural e religiosa realizada na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....125

**Figuras 44-46** O Afoxé Ayó Delê movimentando os patrimônios da Cidade de Goiás, bem como os patrimônios da Cidade de Goiás movimentando o Afoxé Ayó Delê. Fotos: Marcelo I. de Oliveira .....126

**Figura 47** Localização do Espaço Cultural da Vila Esperança com *bairros periféricos* nas proximidades e itinerário do Afoxé Ayó Delê. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira .....128

**Figura 48** Local de saída, chegada e o itinerário percorrido pelo Bloco Pilão de Prata durante o carnaval do ano de 2013 na Cidade de Goiás; além dos *bairros periféricos* cujos moradores participam do bloco. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira .....133

**Figuras 49-50** Bloco Pilão de Prata desfilando pelas ruas e bens patrimonializados da Cidade de Goiás durante o carnaval de 2013. Fotos: Marcelo I. de Oliveira .....133

**Figura 51** Moradores aguardando nas calçadas das portas de suas casas, na Rua 3 de Maio, o cortejo do Bloco Pilão de Prata – Cidade de Goiás (carnaval do ano de 2013). Foto: Marcelo I. de Oliveira .....134

**Figura 52** Turistas observando e interagindo com o Bloco Pilão de Prata na Praça do Coreto – Cidade de Goiás (carnaval do ano de 2013). Foto: Marcelo I. de Oliveira .....134

**Figura 53-54** Momentos de ensaio e preparação para o início do cortejo do Bloco Pilão de Prata pelas ruas patrimonializadas da Cidade de Goiás, no período de carnaval do ano de 2013. Fotos: Marcelo I. de Oliveira ..... 134

**Figura 55** Movimentação social (turistas e moradores) no momento de chegada do "Bloco do Largo do Rosário" no Largo do Rosário – Cidade de Goiás, no carnaval do ano de 2013. Foto: Marcelo I. de Oliveira .....136

**Figura 56** Grupo de Capoeira Angola Meninos de Angola em roda reproduzida na Praça do Coreto – Cidade de Goiás (2012). Foto: Marcelo I. de Oliveira .....137

**Figura 57** Grupo de Capoeira Meninos de Angola em roda reproduzida na Praça do Coreto – Cidade de Goiás (2012). Foto: Marcelo I. de Oliveira .....137

**Figura 58** Desenho ilustrativo do espaço onde acontecem os desfiles das Escolas de Samba da Cidade de Goiás, na Avenida Dom Prudêncio (Beira Rio). Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira .....142

**Figuras 59-60** Procissão do Senhor Morto reproduzida na Cidade de Goiás no ano de 2013. Fotos: Marcelo I. de Oliveira ..... 143

**Figura 61** Itinerários das Procissões do Senhor Morto e do Fogaréu. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth

(acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira .....145

**Figura 62** Imagem da malha urbana destacando os lugares de lazer representados pelos moradores das *áreas periféricas*, na Cidade de Goiás. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); fotos e edição de Marcelo I. de Oliveira .....150

**Figuras 63-64** Dados históricos oficiais e informações sobre a requalificação do Largo da Carioca. Fotos: Marcelo I. de Oliveira .....152

**Figuras 65-66** Largo da Carioca na Cidade de Goiás, destaque para a poluição da passarela e das folhagens secas e frutos espalhados pelo parque. Fotos: Marcelo I. de Oliveira .....154

**Figura 67** Embalagem de preservativo deixado no chão do parque do Largo da Carioca. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 157

**Figura 68** Show musical no Mercado Municipal, no carnaval de 2013. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 159

**Figura 69** Movimentação social no entorno da Praça do Coreto, no FICA de 2012. Foto: Marcelo I. de Oliveira ..... 159

**SUMÁRIO**

**AGRADECIMENTOS** ..... **4**

**RESUMO** ..... **6**

**ABSTRACT** ..... **7**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES** ..... **8**

**INTRODUÇÃO** ..... **16**

**CAPÍTULO 1: A DINÂMICA SOCIAL-URBANA DA CIDADE DE GOIÁS** ..... **30**

**1.1. Quando a Cidade é Campo de Pesquisa na Antropologia** ..... **30**

**1.2. O Cenário Urbano da Cidade de Goiás** ..... **35**

**1.3. O *centro histórico* e os *bairros periféricos*** ..... **41**

**1.4. "Os lá de cima" e "os lá de baixo"** ..... **49**

**CAPÍTULO 2: PATRIMÔNIO, TURISMO E ENOBRECIMENTO** ..... **58**

**2.1. Dos Processos de Patrimonialização às Práticas Turísticas** ..... **58**

**2.2. O "Pedacinho" Enobrecido** ..... **70**

**2.3. O sistema turístico na perspectiva dos moradores das áreas periféricas** ..... **86**

**CAPÍTULO 3: DAS MARGENS DA CIDADE AO *CENTRO HISTÓRICO*** ..... **102**

**3.1. A Imaterialidade do Mercado Municipal** ..... **103**

**3.2. Das Manifestações Culturais** ..... **121**

**3.3. Lugares de lazer e contra-usos** ..... **146**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... **160**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... **167**

# INTRODUÇÃO

Para compreender, refletir, interpretar e traduzir as configurações socioespaciais de uma cidade é necessário, antes de qualquer outro passo, analisar historicamente as dinâmicas e relações sociais estabelecidas nela, bem como as formas como os "citadinos" se organizam e atribuem sentidos aos espaços urbanos. Nesta direção, para além, então, de se observar a distribuição geográfica, da densidade e expansão social das cidades, os olhares dos pesquisadores se voltam para os trajetos, comportamentos, práticas culturais, usos e sociabilidades urbanas; e os ouvidos atentam-se para as representações simbólicas promulgadas por aqueles que vivenciam e interagem com os espaços urbanos (FRÚGOLI JR, 2007; MAGNANI, 1996, 2002, 2009; VELHO, 2011). É a partir destas dinâmicas que esta pesquisa vai sendo tecida, cujo objetivo baseia-se em analisar como os moradores das *áreas periféricas* se relacionam, vivenciam e apropriam rotineiramente dos bens e espaços patrimonializados da Cidade de Goiás.

A Cidade de Goiás[1], palco desta pesquisa etnográfica, é marcada por "rastros" materiais, memórias, vozes do passado e relatos que estão ancorados em alguns espaços, documentos, monumentos, ruas, becos, praças, museus, largos, manifestações culturais, enfim, a uma gama de bens culturais e patrimoniais tangíveis e intangíveis (DELGADO, 2003, 2005; PÉCLAT, 2003; POLETTO, 2003; TAMASO, 2007a). Portanto, nela estão inseridos e preservados vários elementos referentes a diversificadas temporalidades e práticas socioculturais e espaciais. Esses elementos compõem, sobretudo, o "conjunto arquitetônico e urbanístico" patrimonializado da cidade, que se consolidou após os processos de patrimonialização (1951, 1978, 2001 e 2004) que incidiram numa determinada área urbana, o *centro histórico* da Cidade de Goiás.

Por processos de patrimonialização, refiro-me, criticamente, à "potencialidade" e transfiguração valorativa de determinados bens culturais, que, ao serem tombados, são administrados e estrategicamente legitimados pelos agentes/agências governamentais/não-governamentais, os detentores dos patrimônios (FONSECA, 2005). No entanto, a crítica se intensifica à medida que os valores históricos, estéticos políticos e econômicos dos bens patrimonializados sobrepõem àqueles simbolicamente atribuídos e representados pelos grupos sociais e atores sociais, como se observou nas análises realizadas por Abreu (2005), Arantes

[1] A Cidade de Goiás está localizada a 136 km de Goiânia e 320 km de Brasília.

(2006), Canclini (1997), Choay (2001), Gonçalves (1996), Lima Filho (2006) e Tamaso (2007a).

Na última década, algumas pesquisas executadas em cidades patrimoniais têm apontado para constantes práticas e intervenções incididas sobre os bens e conjuntos patrimoniais, cujos propósitos baseavam-se, sobretudo, na valorização econômica capitalista e consumo mercadológico desses bens, que se "transformaram em alvo de interesse turístico" (GONÇALVES, 2007, p. 240).

Prosseguindo com esta reflexão, Gonçalves (2007, p. 241-242) ressalta e sintetiza que

> aparentemente as transformações que levam a categoria "patrimônio" a assumir contornos semânticos específicos na modernidade e no contexto contemporâneo têm sua fonte no seu íntimo e, ao mesmo tempo, obsessivamente negado envolvimento com o mercado. Este último, com seus princípios e regras de funcionamento, parece ser um dado fundamental para entendermos os processos de expropriação, de classificação e de exibição dos patrimônios [...] a própria categoria "mercado" é qualificada pelos bens que vêm a ser reapropriados e classificados como "patrimônio".

Craveiro (2006), Herzfeld (2003), Leite (2007), Poletto (2003) e Tamaso (2007a) analisaram as transformações de valores dos bens e espaços patrimonializados, cujos valores históricos e simbólicos foram subvertidos em valores mercadológicos, provocando outros usos para os mesmos, os voltados para o "consumo cultural", através do turismo (LUCHIARI, 2005; PEIXOTO, 2003).

Na síntese realizada por Choay (2001, p. 211) pode-se perceber a transformação de valores dos bens culturais em econômicos:

> a metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à engenharia cultural, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Cabe enfatizar, então, que este contraste operacionalizado pelas práticas patrimoniais e turísticas fez emergir alterações nas dinâmicas e relações socioculturais com os espaços das cidades patrimoniais, que acabaram destituindo os sentimentos, usos e pertencimento dos grupos sociais com os espaços e elementos simbólicos (ARANTES, 2006; CANCLINI, 1994; LUCHIARI, 2005). Além disso, ressaltam-se as segregações e fronteiras socioespaciais que se

instalaram ou intensificaram por conta dos processos de patrimonialização (LEITE, 2006, 2007; POLETTO, 2003; TAMASO, 2007a).

Esta incongruência e (re)funcionalização dos espaços e bens patrimonializados aguçou-me a executar esta pesquisa. A escolha se deu após o conhecimento e compreensão de referências de algumas pesquisas já realizadas na cidade (DELGADO, 2003, 2005; FARIA, 2006; POLETTO, 2003; TAMASO, 2007a), sobre os processos de patrimonialização ocorridos na Cidade de Goiás e seus reflexos sociais, políticos e econômicos: as fronteiras sociais entre *centro histórico* e *áreas periféricas*; dos conflitos sociais e das relações de poder instaladas sobre os espaços patrimonializados no *centro histórico*[2]; além de intervenções urbanas direcionadas para o turismo.

Com os processos e intervenções provocadas pelas práticas patrimoniais, o contraste socioespacial se intensificou na malha urbana da Cidade de Goiás, que se expandiu para as *áreas periféricas*, que, anteriormente preenchidas especialmente por moradores que migraram para a cidade após a década de 1960, passou a ser ocupada também por "*filhos de Goiás*" (TAMASO, 2007a), ou seja, por vilaboenses descendentes de famílias tradicionais que antes habitavam no *centro histórico*. Embora ainda possa encontrar vários *filhos de Goiás* residindo nos setores patrimonializados, o deslocamento para as *áreas periféricas* ocorreu devido à valorização imobiliária e ao aumento dos índices de impostos gerados para manutenção dos casarios, como destacado por alguns interlocutores[3] da pesquisa.

É importante destacar que, ao longo da etnografia, irei utilizar a categoria "moradores das *áreas periféricas*" e não "vilaboenses das *áreas periféricas*", pois, existe uma distinção social ressoada pelos interlocutores, visto também na etnografia de Tamaso (2007a), com relação àqueles que migraram para a cidade e àqueles que são vilaboenses, descentes das famílias tradicionais, os *filhos de Goiás*. Assim, nem todos os moradores da Cidade de Goiás são vilaboenses, especialmente nas *áreas periféricas*. Os que migraram para a cidade, ou filhos desses migrantes, são, na maioria das vezes, considerados apenas moradores da cidade, enquanto que os vilaboenses, ou *filhos de Goiás*, são aqueles que: (1) nasceram na cidade; (2) aqueles que, apesar de terem nascido, não residem mais nela; e (3) àqueles que, mesmo não tendo nascidos na cidade, são filhos das famílias tradicionais (TAMASO, 2007a, p. 15).

---

[2] Categorização incluída no discurso social após o segundo processo de patrimonialização, em 1978 (TAMASO, 2007a). O *centro histórico* da Cidade de Goiás é composto por "lugares públicos, privados e religiosos [...] como os largos, ruas, becos, pontes, museus, igrejas, casarios" (TAMASO, 2007a, p. 9) referentes há diversos tempos e grupos socioculturais, excepcionalmente da era colonial, que foram patrimonializados.

[3] Interlocutores são os moradores que contribuíram diretamente para a construção desta etnografia, aqueles com quem realizei entrevistas e conversas informais.

Com as intervenções urbanas e práticas patrimoniais se intensificando no contexto patrimonializado, os moradores das *áreas periféricas* começaram a se sentir obscurecidos aos olhares das esferas públicas locais, especialmente após a outorga do título de Patrimônio Mundial, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2001. A partir disto, Tamaso (2007b, p. 30) verbaliza que, com

> o aumento da centralidade do centro histórico, após a outorga do título de patrimônio mundial pela UNESCO, em 2001, tanto intensificou de sentidos e significados o centro histórico, quanto o sentimento de exclusão social dos bairros periféricos; acirrando as tensões sociais no espaço urbano e as demandas pelo reconhecimento de outros sujeitos sociais.

Se vendo "excluídos" e "obscurecidos" pelas esferas públicas da cidade, os moradores das *áreas periféricas* passaram a enxergar no título de Patrimônio Mundial a oportunidade de reverter este obscurecimento. Assim, eles tinham a expectativa de que, com o título de Patrimônio Mundial, a "cidade" iria depender deles, para que fosse operacionalizado o mercado turístico. Entretanto, o que se observou, com base em Tamaso (2007a) e Poletto (2003), foram intervenções políticas voltadas para o "*enobrecimento*" (SMITH, 1996; LEITE, 2007; TAMASO, 2007a) de alguns bens e espaços do *centro histórico*, cujo intuito resumia em valorizar suas estéticas e infra-estruturas para os usos turísticos[4]. Portanto, mais uma vez, esses moradores se viram desvalorizados.

Com base em Leite (2007), o *enobrecimento*, que também se relaciona ao conceito de "*gentrification*"[5] (SMITH, 1996), refere-se às mudanças e alterações das paisagens dos espaços públicos, como no embelezamento estético e monumental de praças, ruas, casarios e demais bens patrimonializados, para que sejam (re)apropriados por outros segmentos sociais: os turistas, especialmente. De fato, em algumas cidades patrimoniais as práticas patrimoniais estiveram sempre associadas à operacionalização do mercado turístico (LEITE, 2007; HERZFELD, 2003; JEUDY, 2005).

Com as práticas de enobrecimento e com a "paisagem do poder"[6] (ZUKIN, 2000a, 2000b) instaladas no *centro histórico* da Cidade de Goiás, cuja "elite cultural vilaboense

---

[4] Dentre as intervenções de *enobrecimento* executadas no *centro histórico* da Cidade de Goiás, pode-se destacar: o projeto "Vamos Colorir Goiás", que incidiu nas pinturas das fachadas dos casarios; instalações de fiações subterrânea (energia elétrica e de telefonia) e rede de saneamento, financiadas pelo Governo do Estado de Goiás; recuperação de casarios, ruas, pontes e igrejas após a enchente de 2001, executada pela Monumenta/BID; e a instalação dos lampiões. Para mais detalhes, ver: Tamaso (2007a).

[5] A intervenção no espaço público, visando o investimento econômico, é caracterizada por Smith (2006) como "processo de *gentrification*", e será discutido no capítulo I.

[6] Segundo Zukin (2000b, p. 106), paisagem do poder é vista como "um texto visível das relações sociais, separando e estratificando atividades e grupos sociais, incorporando e reforçando as diferenças". Sendo assim, neste caso, remeto-me à esta categoria com propósito de pensar a "legitimação do uso do espaço por grupos

esteve sempre à frente" (TAMASO, 2007a, p. 474-475), os moradores das *áreas periféricas* se viram cada vez mais afastados e excluídos das estruturas culturais, políticas e econômicas da Cidade de Goiás.

As transformações dos usos e valores socioculturais de elementos que foram patrimonializados, provocadas pelas políticas patrimoniais e turísticas (a valorização mercadológica dos bens patrimonializados), instigaram-me, então, a pesquisar, observar e interpretar o gerenciamento, dinâmica e relações sociais estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* com estes dois fenômenos, excepcionalmente após a outorga do título de Patrimônio Mundial, cujos moradores da cidade esperavam um *boom* econômico por meio do mercado e consumo cultural (TAMASO, 2007a). Ademais, ressalto a necessidade de a pesquisa ser enquadrada a partir de outro ponto de vista, que não aqueles pesquisados por Tamaso (2007a) e Poletto (2003), o dos moradores das *áreas periféricas*, ou seja, sobre aqueles que, muitas das vezes, "não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano" (MAGNANI, 2002, p.15). Sendo assim, a intenção é destacar que esses moradores também são "agentes sociais"[7] da Cidade de Goiás, ou seja, entremeio aos conflitos gerados pelas práticas patrimoniais, eles se relacionam, convivem, manifestam, sociabilizam e dão vida aos patrimônios culturais da cidade.

Todavia, ao tomar como foco de análise e interpretação os usos e representações dos moradores das *áreas periféricas* sobre os bens e espaços patrimonializados, ou seja, como eles pensam, se relacionam, experienciam e discursam sobre as lógicas e práticas sociais, culturais, políticas e econômicas operacionalizadas no *centro histórico* da Cidade de Goiás, alguns objetivos foram sendo traçados através de alguns questionamentos: como os moradores das *áreas periféricas* pensam, representam e se relacionam com os fenômenos turismo e patrimônio na Cidade de Goiás? Eles contribuem para a operacionalização do mercado turístico na Cidade de Goiás? Como a cidade está distribuída e mapeada para o turismo? A Cidade de Goiás é uma cidade qualificada para este fenômeno? Quais valores e usos os moradores das *áreas periféricas* atribuem aos espaços patrimonializados, uma vez que

---

sociais específicos", que "freqüentemente decorreu dos padrões culturais da ocupação histórica ou da habilitação social" (ZUKIN, 2000a, p. 85-86).

[7] De acordo com Giddens ([1984] 2003, p. XXV), "os agentes ou atores humanos – uso indistintamente um e outro termo – têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social [...] Os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem". Portanto, para o autor, os agentes sociais são reflexivos, dotados de capacidade cognitiva e reprodutores, conscientemente, de ações que são reproduzidas nos contextos sociais em que eles estão inseridos.

está instalada sobre eles uma "paisagem do poder"? Como eles se sociabilizam, se deslocam e se organizam dentro do *centro histórico*? Quais manifestações e práticas culturais e religiosas eles reproduzem no contexto urbano patrimonializado? Qual a relevância da outorga do título de Patrimônio Mundial para o mercado turístico empregado na cidade? Quais expectativas esses moradores das *áreas periféricas* tinham antes do recebimento do título? Elas se concretizaram? Como elas se desenvolveram ao longo desses 12 anos?

A partir destes questionamentos que nortearam esta pesquisa etnográfica, algumas metodologias foram traçadas e empregadas para a construção dos dados apresentados aqui. Sendo assim, operei-me em metodologias que se concentram no campo da antropologia urbana, tendo como foco central o *método etnográfico*, através da *observação participante* (MALINOWSKI, 1976), ou seja, olhando, ouvindo e perguntando; registrando e interpretando, "*de perto e de dentro*" (MAGNANI, 2002, p. 18) do polígono patrimonializado da Cidade de Goiás, como os moradores das *áreas periféricas* pensam, se sociabilizam, manifestam e compreendem os fenômenos patrimônios e turismo empregado no *centro histórico*, seja realizando e reproduzindo manifestações culturais ou exercendo funções como as de trabalhadores/funcionários em comércios turistificados[8], como hotéis, pousadas, lanchonetes, restaurantes, bares, lojas de artesanatos dentre outros.

Compartilhando do pensamento de Malinowski (1976, p. 24), destaco que foi, sobretudo, a partir dos conhecimentos teóricos e da observação e participação das práticas cotidianas e extraordinárias reproduzidas por esses moradores das *áreas periféricas* que os dados etnográficos foram sendo construídos, analisados e transmitidos para esta etnografia.

Como a pesquisa foi executada em um contexto urbano, não obstante poderia deixar, então, de apropriar e dialogar com as teorias e reflexões obtidas por autores que tomaram as cidades como ponto de análises científicas, como Abreu (2005, 2007), Arantes (2006), Canclini (1994, 1997), Herzfeld (2003), Jeudy (2005), Leite (2007), Magnani (1996, 2002), Park (1979), Poletto (2003), Velho (2006, 2011), Tamaso (2007a), Wirth (1979), dentre outros. Eles pensaram, analisaram e discursaram sobre a alteridade, heterogeneidade, conflitos, relações de sociabilidades e os diversificados fenômenos e processos sociais, culturais, políticos e econômicos, sobretudo em relação aos processos de patrimonialização e às práticas turísticas. Portanto, estes autores ofereceram suportes teórico-metodológicos para que os dados etnográficos da pesquisa antropológica fossem qualificadamente construídos.

[8] De acordo com Anderson Portuguez (2004), os espaços "turistificados" são aqueles espaços construídos para a execução de práticas turísticas, como hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes, museus etc. Além desses, incluo também as praças, as pontes, as ruas, chafarizes e becos, ou seja, espaços que se resumem na instalação e configuração mercadológica do turismo.

Vale destacar que esta pesquisa antropológica, executada na área patrimonializada da Cidade de Goiás, foi executada não somente com o objetivo de compreendê-la como "um mero cenário onde transcorre a ação social", mas, sobretudo, com o intuito de entender as dinâmicas e reflexos dos processos e práticas patrimoniais e turísticas que são "impostas pelos mais diferentes atores [...] em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos" (MAGNANI, 2009, p. 132).

Sendo assim, destaco, então, as etapas metodológicas e técnicas que foram abordadas no decorrer desta pesquisa.

Em um primeiro momento, entremeio às teorias que foram sendo absorvidas através das disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG, foi realizado um *levantamento bibliográfico* de estudos condizentes com os processos históricos, culturais e sociais na Cidade de Goiás, excepcionalmente em relação aos processos de patrimonialização e turismo. Para isto, além de pesquisas na internet, foram realizadas pesquisas na Biblioteca da Universidade Federal de Goiás e na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Dos pesquisadores que estudaram e analisaram os processos socioculturais e as políticas patrimoniais e turísticas na Cidade de Goiás, destaque para: Delgado (2003, 2005); Péclat (2003); Poletto (2003); Tamaso (2007a); Faria (2006); e Fraga (2002).

Embora esta etnografia esteja dialogando diretamente com as pesquisas realizadas por estes pesquisadores, especialmente Poletto (2003) e Tamaso (2007a) – que analisaram os processos patrimoniais e o turismo empregado na Cidade de Goiás –, ressalto que o objeto de estudo se distingue das duas antropólogas. Enquanto a primeira buscou interpretar os olhares, sentimentos e representações dos moradores da cidade com relação ao turismo e turistas que frequentam a cidade, e a segunda analisou os processos de patrimonialização e seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos desde a década de 1950 até 2004, destacando em sua etnografia os conflitos, fronteiras socioespaciais, relações de poder, apropriações e expropriações dos agentes patrimoniais e dos moradores da cidade para com os bens e espaços patrimonializados, esta etnografia procura analisar como os moradores da cidade, em específico os das *áreas periféricas*, que se sentem "excluídos" e obscurecidos aos olhares das esferas públicas, entremeio a estes desdobramentos provocados pelos processos de patrimonialização, especialmente após o título de Patrimônio Mundial, estão se relacionando e sociabilizando com os bens e espaços no interior da área patrimonializada, ou seja, como eles

estão contribuindo para a operacionalização do turismo e quais práticas e manifestações simbólicas eles reproduzem neste cenário patrimonializado.

Além do levantamento bibliográfico de pesquisadores que tiveram como campo de estudo a Cidade de Goiás, ressalto, também, o diálogo obtido com outros pesquisadores que analisaram os fenômenos patrimônio e turismo em outras cidades patrimoniais (LEITE, 2007; RUFINO, 2006; SCHENA, 2006).

A segunda etapa metodológica refere-se à execução do *trabalho de campo*, que se consolidou a partir da *observação participante* do contexto socioespacial vivenciado pelos moradores das *áreas periféricas* nos espaços patrimonializados da Cidade de Goiás, ou seja, das manifestações, usos e práticas socioculturais reproduzidas por eles no *centro histórico* da cidade. Esta etapa resume-se, então, na interpretação dos "fatos imponderáveis da vida real e do comportamento típico" desses moradores, que se concretiza pelo registro da "vida cotidiana e ao comportamento habitual" (MALINOWSKI, 1976, pp. 33-36). Neste caso, destaco, além de minha memória, a importância do "diário etnográfico" ou "caderno de campo", considerado tênue suporte para as escritas e reflexões presentificadas nesta etnografia.

Ao todo, o trabalho de campo foi executado através de cinco idas à Cidade de Goiás, sendo quatro delas em períodos extraordinários, de festividades, como Carnaval, Semana Santa, Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA) e o Afoxé Ayó Delê, manifestação cultural e religiosa organizada pelos membros do Espaço Cultural Vila Esperança da Cidade de Goiás. A outra e última ida, foi em período "comum", de movimentações e relações sociais cotidianas. Os dados construídos referem-se, portanto, aos dias: 27/06 – 02/07 de 2012, durante o XIV FICA; 06/02 – 16/02 de 2013, durante o Carnaval; 26/03 – 02/04 de 2013, durante a Semana Santa; 09/05 – 12/05 de 2013, durante o Afoxé Ayó Delê, e, por último, de 10/12 – 21/12 de 2013, durante dias "comuns".

Deve-se destacar que o trabalho de campo foi realizado especialmente no *centro histórico* da Cidade de Goiás, embora tenha ocorrido de me deslocar, em alguns momentos, para as *áreas periféricas*, para a residência onde fiquei hospedado (Avenida São Jorge – setor São Vicente) e para conversar e entrevistar alguns interlocutores; além de observar as movimentações sociais reproduzidas por eles em alguns eventos, cujas atividades foram promovidas em espaços nos *bairros periféricos*. Além disso, destaco que foi executada a coleta de dados nos seguintes departamentos: Prefeitura da Cidade de Goiás, no IPHAN da Cidade de Goiás e no Centro de Especialização Profissional da Cidade de Goiás.

LEGENDA:

Área Patrimonializada da Cidade de Goiás

Local onde fiquei hospedado

Espaços urbanos (centro histórico e Praça João Francisco) onde foram executadas as metodologias da pesquisa etnográfica

Com relação às primeiras impressões obtidas na cidade, destaco que, de início, quando cheguei à Cidade de Goiás, minha experiência de pesquisador foi se misturando e confundindo com a de turista, pois, como ainda não havia visitado a cidade em nenhum outro momento, meu primeiro olhar se fixava nas belezas estéticas dos monumentos arquitetônicos: casarios, praças e ruas que compõem e configuram a paisagem[9] patrimonial do *centro histórico* da Cidade de Goiás.

Entremeio à paisagem estética dos bens e espaços patrimonializados, fui tentando "familiarizar-me" (MALINOWSKI, 1976; DAMATTA 2010) com a conduta social-urbana da cidade. De acordo com Malinowski (1976, p. 25), é natural haver este "estranhamento" e a

[9] Por paisagem entendo, com base em Silveira (2009, p. 71), como um "fenômeno de cultura", ou seja, tendo a cultura como "modelador de um determinado meio" praticado e usado pelos grupos e atores sociais. Nesta direção, TILLEY (1994, p. 25) já havia conceituado paisagem como "forma física e visual da terra a um ambiente como um cenário em que locais ocorrem numa relação dialética com os significados que são criados, reproduzidos e transformados" socialmente.

“não-familiarização” em um primeiro contato com os contextos espaciais e sociais pesquisados. Para o antropólogo, somente através de um contato em longo prazo que o etnógrafo conseguirá absorver com naturalidade as práticas sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas reproduzidas pelos atores sociais.

Devo ponderar que, após a segunda ida à cidade (06/02 – 16/02 de 2013, durante o carnaval), já me sentia menos “estranho”, ou “mais familiarizado”. Esta aproximação e interação com o agir socioespacial da cidade se deve tanto à recepção dos diversificados moradores da Cidade de Goiás, que me receberam com atenção, modéstia, simpatia e humildade, quanto com a presença e relacionamento que estabeleci com um “informante” (EVANS-PRITCHARD, 2007, p. 20), um amigo que encontrei na cidade, que há 13 anos casou-se com uma vilaboense e passou a residir na cidade. Por ter trabalhado como moto-taxista, ele conhece vários moradores e cada canto da cidade. Com isso, a partir dele, comecei a me sociabilizar com algumas pessoas de sua “rede social”, bem como compreender a distribuição espacial da cidade (bairros, ruas, praças e espaços turísticos).

A terceira etapa metodológica, que está inter-relacionada com a segunda, resume-se na *técnica da realização de entrevistas*, que foram realizadas com moradores residentes nas *áreas periféricas* (embora algumas entrevistas tenham sido realizadas com moradores que deslocaram, há poucos dias e meses, dos *bairros periféricos* para o *centro histórico* ou vice-versa). Os interlocutores selecionados para realização de entrevistas foram aqueles que usam e se sociabilizam com os espaços patrimoniais do *centro histórico*, seja para desempenhar algum trabalho, manifestação e/ou prática relacionada ao turismo.

As entrevistas se caracterizam em semi-estruturadas[10]. Elas foram gravadas em áudio e foram por mim transcritas. Vale ressaltar, também, que realizei *conversas informais* com diversificados moradores.

Ao todo, foram realizadas 29 entrevistas; e a faixa etária dos interlocutores varia entre 22 e 67 anos, sendo apenas seis de idade inferior a 30 anos[11]. Um dado intrigante é que muitos desses interlocutores migraram de outro Estado, como Minas Gerais, e de regiões do próprio Estado de Goiás, como Itaberai, Caldas Novas e zonas rurais do em torno. No entanto,

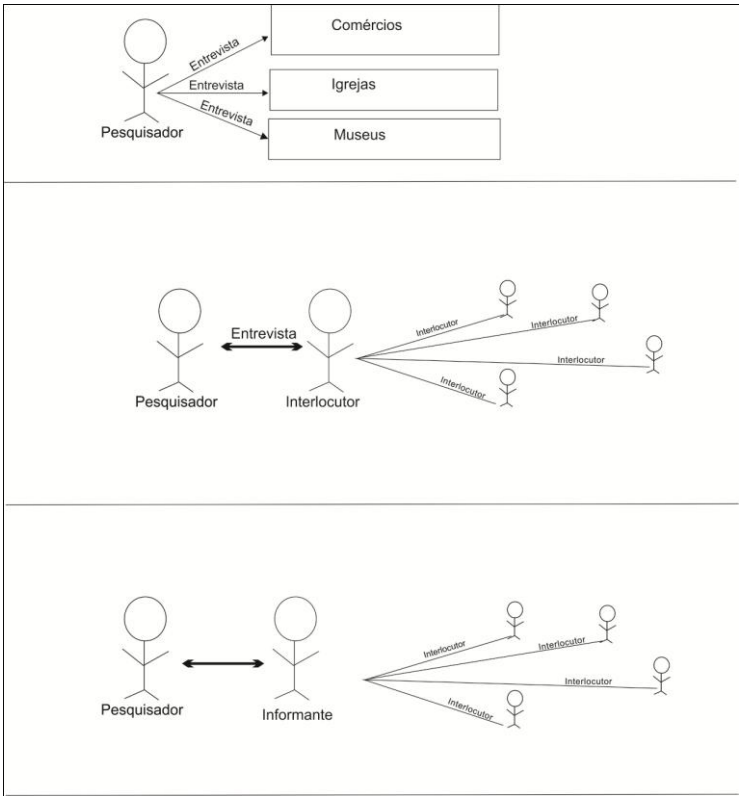
[10] De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75), “as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”.

[11] Esta assertiva se torna importante à medida que a maioria dos entrevistados vivenciou o processo da outorga do título de Patrimônio Mundial, em 2001. Sendo assim, a partir de suas memórias sobre este evento, pretende-se interpretar as narrativas sobre as expectativas geradas por conta do título e como elas se desencadearam.

encontram-se também vilaboenses que nasceram na cidade, mas que, após os processos de patrimonialização, passaram a residir nos *bairros periféricos* da Cidade de Goiás.

Quanto a algumas das funções sociais dos interlocutores, destaco que são trabalhadores e administradores em comércios turistificados, como hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, bares, casas de doce, lojas de artesanatos; são, também, guias turísticos de museus; zeladores de igrejas; organizadores e participantes de manifestações culturais e religiosas, como Blocos Carnavalescos, Escolas de Samba, Procissões, dentre outras.

Os interlocutores foram selecionados para realização da entrevista por meio de três vieses: (1) através de minha própria experiência cotidiana e do relacionamento que fui estabelecendo com alguns moradores, onde, entremeio às manifestações culturais e ao adentrar em comércios, museus e igrejas, dava-se início às conversas com os funcionários, guias e participantes das manifestações, até adquirir o consentimento para realizar a entrevista; (2) por meio das "redes de sociais" (BARNES, 1987, p. 161) dos interlocutores, a qual propiciou a construção de uma cadeia de interlocutores. Este caso implica-se no mapeamento das redes sociais dos interlocutores que, durante as conversas informais e entrevistas realizadas com eles, indicavam outros moradores, dos seus laços de parentesco ou de amizade, para, que, também, pudesse conversar e entrevistar; e, por último, (3) através das redes de sociabilidade do "informante", que foi me apresentando e apontando alguns moradores que residiam em *bairros periféricos* e que usava e frequentava os bens e espaços patrimonializados na cidade.




Desenho ilustrativo da proximidade entre o pesquisador com os interlocutores e o informante na Cidade de Goiás. Fonte: Marcelo I. de Oliveira

Em relação ao conceito de "representação", que venho destacando e expondo-o como um dos focos de análise, refere-se, com base em Moscovici (2003), à interpretação de conhecimentos e significados dos sistemas culturais dos grupos sociais, que são transmitidos por linguagens particulares verbalizadas por eles. Essa transmissão ocorre através de discursos sobre os comportamentos, organizações, situações, eventos, objetos e "realidades" socioespaciais vivenciadas pelos atores sociais. Desta forma, sintetizo a assertiva de Sêga (2000, p. 129), onde ressalta a "representação" como sendo

> a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação é social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas.

Sinteticamente, Tamaso (2006a, p. 249), ao analisar diversificadas representações sobre os bens simbólicos na Cidade de Goiás, também definiu representação como sendo um

> processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para produzir significado. Os significados são construídos pelos atores sociais ao fazerem uso dos sistemas representacionais de suas culturas, formados por conceitos e signos.

> A representação é, pois, uma "prática, uma espécie de 'trabalho', que usa objetos materiais e efeitos.

Ademais, ainda a terceira etapa, inclui-se também a utilização da *técnica de fotografias*. Considero aqui a fotografia como dado etnográfico, pois ela é capaz de apresentar gestos, comportamentos e formas de interação socioespacial estabelecidas pelos atores sociais nos contextos espaciais que eles estão inseridos (GURAN, 2011). Neste sentido, entendo que as imagens produzidas buscaram não somente representar e ilustrar a estética do contexto urbano da Cidade de Goiás, mas, para além da materialidade e dos valores estéticos que possuem os bens e espaços patrimonializados, elas enfatizaram, também, a dinâmica das relações, práticas turísticas, manifestações culturais e religiosas que os moradores das *áreas periféricas* estabeleceram com esses bens e espaços, ou seja, como eles dão vida e continuidade aos patrimônios da cidade.

Por fim, a quarta etapa metodológica da pesquisa postula-se através da *escrita etnográfica*. Como destacou Clifford (2008, p. 39)

> se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas por meio de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas, ou exemplos.

É a partir da escrita que exponho publicamente tanto as minhas observações e interpretações inferidas durante as experiências do trabalho de campo, quanto às vozes subjetivas dos interlocutores (*conversas informais* e *entrevistas*), que serão filtradas, interpretadas e textualizadas ao longo da dissertação. Cabe fazer um parêntese neste momento, onde, a fim de evitar algum constrangimento com os interlocutores da pesquisa, ao longo da dissertação os identificarei através de pseudônimos, ou seja, utilizarei outros nomes para não expor suas identificações. Sendo assim, destacarei os nomes, idades, quais funções sociais reproduzem na área patrimonializada e a data da entrevista, por exemplo: José, 30 anos, comerciante de sapatos na rua central, entrevista realizada em 22/02/2002. Além disso, para não confundir com as citações de outras bibliografias, as narrativas serão grifadas de forma itálica.

Em relação à estrutura da dissertação, ela está dividida em três capítulos, além das considerações finais. Sendo assim, apresento, então, um sintético esboço das reflexões e análises que serão apresentadas em cada capítulo.

O primeiro capítulo esboça discussões teóricas relacionadas à temática “cidade”, tendo como referências os estudos de pesquisadores cujas reflexões basearam em paradigmas empregados a partir da Escola de Chicago, fundada no início do século XX, que é uma matriz teórico-metodológica dos estudos urbanos. Dentre os cientistas sociais com quem dialogarei, destaque para Agier (2012), Magnani (1996, 2002), Park (1979), Velho (2006, 2011) e Wirth (1979). Além disso, neste mesmo capítulo, analiso, a partir das categorias empíricas, como estão configuradas as fronteiras socioespaciais instaladas entre *áreas periféricas* e *centro histórico*, entre “os lá de cima” e “os lá de baixo” no cenário urbano da Cidade de Goiás.

O segundo capítulo discorre sobre as práticas e processos patrimoniais e turísticos empregados na Cidade de Goiás. Sendo assim, além de reportar a contextualização, configuração e as intervenções e transformações ocorridas no contexto urbano por conta destes dois fenômenos (patrimônio e turismo), as reflexões realizadas neste capítulo estão depositadas sobre as relações estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* com o mercado turístico, tanto durante os macro-eventos (carnaval, semana santa e FICA), quanto em dias “normais” (dias anteriores e posteriores a esses eventos). Pretende-se também, neste capítulo, destacar as ações políticas e educacionais promovidas pelo Centro de Especialização Profissional (CEP) da Cidade de Goiás com relação à prática turística, uma vez que ele prepara e qualifica empregadores para o mercado turístico.

No terceiro e último capítulo, apresento os dados etnográficos condizentes com as relações estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* na área patrimonializada, ou seja, como eles se sociabilizam, usam, manifestam e dão vida aos patrimônios da Cidade de Goiás. Neste sentido, considerando-os agentes sociais da cidade, destaco as relações cotidianas que eles estabelecem com o Mercado Municipal da Cidade de Goiás, as práticas culturais e religiosas que eles organizam ou participam e sobre os espaços patrimonializados que eles usam para lazer e entretenimento.

Vale ressaltar que as interpretações e traduções das narrativas dos interlocutores, expostas ao longo da etnografia, estarão simetricamente em diálogo ou, por vez, em analogia com dados e reflexões realizadas por outros pesquisadores que estudaram os fenômenos do patrimônio e turismo nas somente na Cidade de Goiás, mas em outras localidades.

# CAPÍTULO 1:
# A DINÂMICA SOCIAL-URBANA DA CIDADE DE GOIÁS

## 1.1. Quando a Cidade é Campo de Pesquisa na Antropologia

As cidades, após a primeira metade do século XX, se tornaram palcos de diversificadas pesquisas, em variados estudos científicos. Alguns pesquisadores se destacaram teoricamente (e continuam se destacando) por contribuírem com reflexões a partir dos primeiros estudos realizados nos contextos urbanos. Entre eles, aponta-se os sociólogos alemães Georg Simmel (1858-1918) e Louis Wirth (1897-1952), e o sociólogo norte-americano Robert Park (1864-1944). Estes dois últimos, influenciados por Simmel, contribuíram significativamente para a formação e desenvolvimento da Escola de Chicago, na década de 1920 e 1930, considerada "pioneira na prática etnográfica voltada ao contexto urbano" (FRÚGOLI JR, 2007, p. 17).

Nos primeiros estudos sociológicos realizados sobre as cidades, onde se apontavam para as primeiras características e configurações das cidades, Wirth (1979, p. 95) destacou que

> algumas das características das cidades são mais expressivas do que outras no condicionamento da natureza da vida urbana, e podemos esperar que os fatores predominantes da cena urbano-social variem de acordo com o tamanho, densidade e diferenças no tipo funcional das cidades.

Seguindo em uma reflexão paralela à de Wirth (1979), seu contemporâneo, Park (1979), abordou novas reflexões e ressaltou a heterogeneidade social que cada cidade agrega. Para ele,

> a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam [...] a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra (PARK, 1979, p. 29).

Se os primeiros estudos dos dois sociólogos indicavam que as cidades podem possuir características diferentes e serem configuradas por distintas heterogeneidades sociais, podendo se tornar ainda mais contrastante à medida que, dinamicamente, ocorram expansões populacionais, em Agier (2012), que vem realizando pesquisas desde a década de 1980 nas seguintes cidades: Salvador-BA, Lomé e Douala – África, e Tumaco e Cali – Colômbia, pode-

se perceber e confirmar estas proposições. Após várias décadas dos primeiros, o antropólogo ressalta que as cidades, em seus aspectos particulares, se organizam e configuram social e espacialmente de modos diversificados, cujas relações estabelecidas entre determinados grupos sociais e os espaços urbanos são simbolicamente distinguíveis. Dentre os fatores que provocam estes contrastes, destacam-se dois: (1) a desigualdade econômica das classes sociais; e (2) a migração de diferentes grupos socioculturais para os espaços urbanos (AGIER, 2012; GIDDENS, [1984] 2003).

Assim, por entenderem que os espaços urbanos tendem a se expandirem cada vez mais por meio destes dois processos, fazendo proliferar os grupos socioculturais e, consequentemente, as formas variáveis de sociabilidades e de relações e reproduções simbólicas, as cidades passaram a ser campos de estudos antropológicos. Os pesquisadores passaram, então, a se interessar e explorar as formas de interações estabelecidas entre específicos grupos em determinados espaços das cidades (AGIER, 2012; MAGNANI, 2002; VELHO, 1979).

No Brasil, as pesquisas antropológicas voltadas para esta perspectiva se iniciaram a partir da década de 1970, juntamente com outras áreas de conhecimento, que passaram a receber influências teórico-metodológicas da Escola de Chicago, como destacou Velho (2011), antropólogo brasileiro que também se fundamentou em paradigmas processados pela escola norte-americana. Com a influência desta escola, a antropologia brasileira passou a se posicionar, também, para outros vieses etnográficos, observando e analisando não mais somente àquelas sociedades condizentes aos grupos "*de fora e de longe*", mas, sobretudo, aos grupos "*de dentro e de perto*" (MAGNANI, 2002). Sendo assim, tendo que lidar com outras abordagens metodológicas, de direcionarem e "distanciarem" seus "olhares" e "ouvidos" (OLIVEIRA, 2006) para os contextos urbanos, os estudos etnográficos passaram a se concentrar em sociedades e culturas urbanas que estavam próximas dos modos comportamentais dos próprios pesquisadores.

Desde os primeiros passos da antropologia urbana, as pesquisas visavam realizar estudos que buscassem compreender como os *espaços* urbanos são transformados e mapeados em *lugares*. Antes de discorrer sobre esta transformação, destaca-se a necessidade de o antropólogo estar inserido no contexto social-urbano: experienciando e observando como as relações são estabelecidas pelos atores sociais nos espaços, pois os *espaços* se transfiguram em *lugares* após as recíprocas trocas de percepções, movimentações, de sentimentos e de

“trocas de valores”[12] estabelecidas com os atores sociais, neste caso os citadinos (CASEY, 1996; FELD, 1996; MALPAS, 2004; RODMAN, 2003; TUAN, 1983). Cabe destacar, com base em Casey (1996), que os lugares não são estáticos, eles acontecem, são dinamicamente (re)processados e (re)atualizados pelos atores sociais.

Nesta perspectiva, destaco que foi conversando com os moradores das *áreas periféricas* da Cidade de Goiás, observando e interagindo com suas dinâmicas sociais cotidianas que pude compreender como eles categorizam, representam e atribuem significados aos bens e espaços patrimonializados, além disso, como se movimentam, transitam e usam o *centro histórico* da Cidade de Goiás. Portanto, através das conversas estabelecidas com alguns moradores e do observar-participar de algumas manifestações culturais, além do ato de sentar no banco da Praça do Coreto e do Mercado Municipal, do “*flâneur*” (BENJAMIN, 2009) por algumas ruas do polígono patrimonial e também de alguns espaços nas *áreas periféricas* da cidade, enfim, todos estes movimentos, ações, experiências e itinerários praticados nos espaços urbanos patrimonializados, vivenciando as relações estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* no *centro histórico* da Cidade de Goiás, deram-me a oportunidade de compreender a dinâmica social-urbana do polígono patrimonializado, ou seja, como ele é socioespacialmente vivido e (re)atualizado.

Um fato marcante, que ilustra e reafirma a importância da presença do pesquisador no contexto social e espacial do lócus da pesquisa, neste caso a Cidade de Goiás, ocorreu durante um dos trabalhos de campo, em 6 de fevereiro de 2012. Quando cheguei à cidade, fui atraído por barulhos de instrumentos musicais pelos lados da Igreja do Rosário dos Pretos, e, então, ao chegar à porta da igreja, estacionei e desci do carro. Logo observei um grupo de pessoas sentadas nas escadarias da igreja, com seus instrumentos musicais. Eles estavam ensaiando para uma atividade (Bloco Pilão de Prata) que seria, dias depois, reproduzida, durante o carnaval. Como já havia observado anteriormente, alguns dos moradores que estavam ali sentados, na escadaria, são ligados às práticas religiosas afro-brasileiras que estão inseridas nos contextos religiosos da cidade: Umbanda e Candomblé, principalmente.

Enquanto o grupo fazia suas performances, tocava seus instrumentos e cantavam, soou no fundo musical uma música religiosa, cristã, que saia da Igreja do Rosário dos Pretos. Mesmo assim, eles não pararam de tocar e cantar seus cânticos. Ressalto que não estou

[12] Neste caso, me refiro à transmissão de significados que ocorrem entre sujeito e espaço, pois, da mesma forma que o espaço passa a ser referência simbólica do sujeito, incrementando as suas “teias de significados” (GEERTZ, 2012, p. 4), este também se torna referência significante para a transfiguração daquele espaço em lugar. De acordo com Tamaso (2006a), “os lugares se integram ao corpo humano, bem como o corpo humano ao lugar”.

pretendendo, em nenhum momento, insinuar que estas práticas sejam refutáveis, muito pelo contrário, estou, no entanto, querendo relatar como foi interessante observar aquele espaço estar sendo mutuamente praticado e reproduzido de formas distintas e paralelas por duas religiões diferentes.

Moradores da Cidade de Goiás ensaiando os cânticos e instrumentalizações para a reprodução do Bloco Pilão de Prata, manifestação afro-brasileira, nas escadas da Igreja do Rosário dos Pretos.
Foto: Marcelo I. de Oliveira.

A partir deste fato, pude observar como determinadas reproduções sociais podem ser compreendidas somente com a presença do pesquisador em campo. Ao conversar com alguns desses atores, relataram-me que, apesar de suas crenças estarem ligadas às religiões de matrizes afro-brasileiras, eles se relacionam constantemente com a igreja, por ser um "lugar religioso" adorado e frequentado principalmente pelos sucessores dos negros que vieram escravizados para a região. Portanto, o que seria um espaço religioso cristão foi sendo preenchido, também, por elementos de cultura afro-brasileira. As fronteiras sociais e religiosas não estão estabelecidas e configuradas neste espaço religioso, nem nos seus anexos, como o salão que se situa ao fundo da igreja, onde os mesmos moradores usaram para dar continuidade aos ensaios em dias chuvosos.

Como sintetizado por Velho (2011, p. 173), e fazendo uma correlação com este fato, "na cidade, em seus trânsitos, trilhas e anonimatos relativos, defrontamo-nos ainda de modo

mais agudo com essa experiência de multipertencimentos e fragmentação". Através disto, cabe pensar a cidade como uma "rede", "malha" ou "pedaços" (MAGNANI, 1996), que se configura e caracteriza por espaços socialmente praticados de variadas formas, por citadinos de determinados bairros, comunidades, guetos ou condomínios, cujas variadas relações simbólicas e processos sociais (cotidianos e extraordinários) vão sendo tramados e trilhados pelos próprios atores e grupos sociais. Desta forma, compete, então, ao pesquisador, com seus métodos e técnicas, analisar as estratégias, trânsitos, usos e práticas simbólicas reproduzidas pelos atores sociais nos espaços urbanos da cidade, neste caso, pelos moradores das *áreas periféricas* no contexto urbano patrimonializado da Cidade de Goiás.

Portanto, a partir destas reflexões, destaco que os espaços urbanos são social, política, econômica e simbolicamente reproduzidos de formas heterogêneas, particulares e distintas. Eles são preenchidos por múltiplos valores e sentidos simbólicos, que são expressos e representados através dos discursos e das interações, relações e vivências atribuídas pelos atores e grupos sociais. Como exemplo, aponta-se os lugares religiosos, lugares de trabalho, lugares de moradia, lugares de lazer, lugares turísticos etc.

Os sentidos atribuídos aos lugares estão atrelados, sobretudo, aos conceitos de identidade, cultura e memória, pois, como destacou Rodman (2003, p. 641), os "places are not inert containers. They are politicized, culturally relative, historically specific, local and multiple constructions". Também compartilhando deste pensamento, Low e Lawrence-Zúñiga (2003) destacam que os lugares são espaços onde as memórias se ancoram, pois eles estão diretamente relacionados com as histórias de vida dos sujeitos.

Segundo Arantes (2000, 2006) e Zukin (2000a, 2000b), alguns lugares são marcados e caracterizados por "zonas de conflitos" e por "disputas de poder". Os lugares que comportam estas características são definidos por Arantes (2000) como "zonas de turbulência", onde os valores, sentidos e os usos atribuídos e praticados neles podem ser multiplamente processados de formas antagônicas e contraditórias, o que faz provocar uma "guerra" entre os atores que estão envolvidos e em relações com eles. A partir desta ótica, Rodman (2003) sintetiza que heterogêneos atores sociais e, às vezes, agentes das esferas públicas constroem, disputam e fundamentam os lugares. Devido a estas disparidades estacionadas em determinados lugares que as fronteiras sociais, políticas, econômicas e simbólicas vão sendo tecidas. Neste caso, pode-se referenciar e refletir sobre os lugares patrimonializados, onde os conflitos se consolidam devido a contrastantes e destoantes valores e sentidos socioculturais, políticos e econômicos que estão ancorados neles.

Por fim, cabe ressaltar que as cidades são, então, configuradas pela heterogeneidade, alteridade, diversidade e contrastes sociais, políticos e simbólicos, como vem sendo abordado e pensado desde o início do século XX, a partir da Escola de Chicago, se intensificando no Brasil a partir da década de 1970. Sobretudo, os espaços que compõem suas configurações sociais possuem múltiplos usos e valores, como se observa nas reflexões de Certeau (1994), Giddens (2010) e Jacobs (2000).

Contudo, dando segmento a estas reflexões, discorrerei na seqüência sobre a dinâmica socioespacial configurada na Cidade de Goiás após alguns processos de migração social e das práticas patrimoniais centralizadas sobre determinados bens e espaços urbanos, ou seja, como a cidade (*centro histórico* e *áreas periféricas*) foi se movimentando, organizando e configurando a partir dos processos sociais, políticos e econômicos que foram incididos e operacionalizados nela.

## 1.2. O Cenário Urbano da Cidade de Goiás

De antemão, destaco que não irei aqui aprofundar-me na contextualização histórica dos processos políticos e econômicos operacionalizados na Cidade de Goiás desde os tempos remotos da colonização, na primeira metade do século XVIII, até porque estes vieses já foram analisados por vários pesquisadores[13]. Porém, como pretendo discorrer sobre a formação e expansão social-urbana das *áreas periféricas*, para isso, terei de me reportar antes a dois processos históricos: (1) a migração social ocorrida após a década de 1960; e (2) as políticas de patrimonialização que vem sendo praticadas na cidade desde a década de 1950.

Ao intitular este sub-capítulo de “o cenário urbano da Cidade de Goiás”, estou inspirando-me à categoria “cenário” utilizada por Magnani (1996) em sua pesquisa etnográfica realizada em São Paulo. Para o antropólogo, “cenário”

> não é, nesta perspectiva, um conjunto de elementos físicos, nem deve sugerir a idéia de um "palco" que os atores encontram já montado para o desempenho de seus papéis. Aqui, é entendido como produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais - favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por elas. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção - a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores (MAGNANI, 1996, p. 17).

[13] Ver: BERTRAN, 1988; CHAUL, 1997; PALACIN, 1989; POLONIAL, 2006.

Apesar de “cenário”, “palco” e “ator” serem categorias utilizadas e aplicadas no teatro, elas não serão abordadas nesta etnografia com este propósito, de representar a Cidade de Goiás uma peça de teatro, onde o *centro histórico* seria o “palco” e os moradores os “atores”, até mesmo porque a proposta desta pesquisa é destacar que os moradores das *áreas periféricas* são agentes sociais, ou seja, eles são dotados de capacidade cognitiva, portanto, são reprodutores, conscientemente, de suas ações reproduzidas (GIDDENS, 2003). Porém, compartilhando da perspectiva de Magnani (1996), estas categorias serão metaforicamente retratadas para fazer referência à realidade social-urbana do *centro histórico* da Cidade de Goiás, como ele está sendo movimentado e usado, cotidiana e extraordinariamente, pelos moradores das *áreas periféricas*.

A Cidade de Goiás[14] possui área territorial de 3.108.00 km². Ela está posicionada na região noroeste do Estado de Goiás, mais precisamente a 136 km de Goiânia e 320 km de Brasília. Sua população, de acordo com o senso do IBGE (2013), estima-se em aproximadamente 24.793 mil habitantes[15], que estão distribuídos em 42 bairros[16] na malha urbana. Foi colonizada em meados do século XVIII[17], após o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho)[18], explorar áreas de mineração que seu pai, cujo nome também é Bartolomeu Bueno da Silva, havia encontrado nas décadas finais do século XVII. Desde o século XVIII, a região onde está localizada a Cidade de Goiás passou a desempenhar várias atividades administrativas para a região do Brasil Central[19] (BERTRAN, 1988; COELHO, 2001; PALACIN; MORAES, 1989; POLONIAL, 2006).

---

[14]A atual Cidade de Goiás passou por outras nomenclaturas, a primeira foi Arraial de Sant’ Anna (1726), a segunda foi Villa Boa de Goiaz (1739) e a terceira foi Goiaz (1818). Pela toponímica não se confundir com a do Estado, também Goiás, algumas pessoas, especialmente os turistas e goianienses, passaram a chamá-la de “Goiás Velho”. Esta nomenclatura não foi/é bem recebida pelos vilaboenses. Alguns continuam referindo-se a ela como Goiás, ou Cidade de Goiás (TAMASO, 2007a, p. 61).

[15] É importante destacar que houve um decréscimo populacional na cidade entre 2000 e 2010. De acordo com os censos realizados pelo IBGE, o decréscimo teve variação negativa de 8,76% da população, de 27.120 para 24.745.

[16] Esta quantidade de bairros foi observada a partir de uma prancha da malha urbana da Cidade de Goiás que coletei na Prefeitura da cidade, produzido em 11/02/2013, por Erivelto (funcionário da prefeitura).

[17] De acordo com Polonial (2006, p. 12), “a primeira bandeira de que se tem notícia em terras goianas data de 1590-93, sob a direção de Domingos Luis Grau e de Antônio Macedo”. Segundo Coelho (2001, p. 145), “o território goiano passa a ser oficialmente incorporado à colônia portuguesa americana a partir de 1727”. Além disso, segundo o ator, a Cidade de Goiás passou por vários processos de desenvolvimento urbano.

[18] De acordo com Tamaso (2007a), historicamente os dois são nomeados de *Anhanguera*. “As formas mais comuns de se diferenciar os *Anhangueras* são: *primeiro Anhanguera/segundo Anhanguera, Anhanguera, o pai/Anhanguera, o filho*. É muito comum, porém, a referência genérica ao A*nhanguera*: o personagem mítico” (TAMASO, 2007a, p. 35).

[19] Foi capital do Estado até 1937, quando foi transferida para Goiânia (CHAUL, 1997; PALACIN; MORAES, 1989; POLONIAL, 2006; TAMASO, 2007a).

Mapa da localização da Cidade de Goiás.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Goias_Municip_Goias.svg
Acessado em: abril de 2013.

Através da relevância contextual, histórica, econômica e cultural que alguns moradores atribuíram a bens e espaços urbanos, especialmente do período colonial de ocupação, intervenções políticas de patrimonialização se incidiram sobre esses bens e espaços. A primeira ocorreu em 1950, onde foram tombados pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) diversos monumentos isolados[20]. A segunda intervenção ocorreu em 1978, também tombado pelo IPHAN, em que o patrimônio cultural da cidade "expandiu-se do histórico, arquitetônico e arqueológico, reconhecido em meados do século XX, ao natural, paisagístico e cultural" (TAMASO, 2007a, p. 19). A terceira foi o da outorga do título de Patrimônio Mundial, concedido pela UNESCO em 2001[21], onde "vários foram os atributos

[20] Alguns imóveis tombados pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foram: Casa de Câmara e Cadeia, Palácio Conde dos Arcos, Igreja de São Francisco de Paula, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora D'Abadia, Igreja de Santa Bárbara, Igreja da Boa Morte, Imagem de Nossa Senhora do Rosário [...] e o Quartel do XX Batalhão da Infantaria (mais conhecido como Quartel do Vinte) (TAMASO, 2007a, p. 127-128).

[21] Na tese de doutorado, Tamaso (2007a) discorre sobre um *dossiê* que foi confeccionado e entregue junto à UNESCO em 1999, para a inscrição da cidade na lista dos Patrimônios Mundiais. Assim, de acordo com ela, o *dossiê* compõem-se de um Formulário e seis Anexos. "O 'Formulário da UNESCO' contém dados sobre (a) identificação do bem; (b) justificação da inscrição; (c) descrição do bem; (d) gestão; (e) ameaças ao bem; (f) manutenção e documentação. O Anexo I apresenta (a) a cartografia antiga e atual; (b) imagens da *zona tampon* paisagística Serra Dourada e (c) fotos antigas e atuais da cidade. O Anexo II informa sobre (a) Goiás e a ocupação do Brasil Central, (b) história e cultura, (c) evolução urbana da cidade, (d) relatos dos viajantes

estéticos, históricos, culturais e ambientais que possibilitaram à cidade sua maior conquista" (TAMASO, 2007a, p. 167). Ainda, soma-se a estes a "Rerratificação do Tombamento", homologada em 2004, que "transformou a área de entorno em tombada"[22] (TAMASO, 2007a, p. 425).

Por ser, então, uma cidade patrimonial, sua paisagem urbana está representada por dois cenários distintos: (1) a paisagem estética *enobrecida* (HERZFELD, 2003; JEUDY, 2005; LEITE, 2007) de monumentos públicos e privados que estão sendo preservados e conservados, como as fachadas dos casarios, praças, pontes, casa de câmara e cadeia, largos, igrejas, palácio do governador, enfim, de vários marcos temporais (históricos e valores simbólicos) que estão localizados e presentificados no *centro histórico* da cidade, cujas (re)atualizações estão continuamente sendo (re)produzidas pelos diversos moradores da cidade (apesar de observar a subversão de seus usos, como se discorrerá no próximo capítulo); e (2) a paisagem urbana de setores urbanisticamente configurados mais recentes, especialmente os *bairros periféricos*. O contraste visual é destoante destes bairros com relação ao *centro histórico*, nota-se problemas na infra-estrutura, como no saneamento, esgoto, poluição, ruas mal pavimentadas etc.

Edifícios arquitetônicos patrimonializados localizados no entorno da Praça do Coreto. Destaque para a valorização estética das fachadas, ruas de pedra e o poste do lampião. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Erosão localizada na Avenida São Jorge, no Setor São Vicente, *bairro periférico* da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Ao solicitar a alguns dos interlocutores da pesquisa, moradores das *áreas periféricas*, que estão estabelecendo relações com o *centro histórico*, para que narrassem como a Cidade

europeus, (e) legislação sobre patrimônio e (f) bibliografia. O Anexo III faz um levantamento dos (a) bens imóveis e (b) bens imóveis integrados. O Anexo IV se compõe do Inventário Nacional de Referências Culturais. O Anexo V detalha informações sobre arquitetura vernacular e o Anexo VI faz uma síntese dos anteriores com ênfase na arquitetura vernacular" (TAMASO, 2007a, p. 167).

[22] Para melhores detalhes, ver Portaria nº 146, de 22 de junho de 2004.

de Goiás é visualizada e representada por eles, os discursos ecoados pareciam ter sido ensaiados. Apesar de alertarem para a falta de emprego, a ausência de empresas industriais na cidade, destacavam-na como uma

> *cidade super tranquila, você quase não ouve falar nada de roubo, assalto... Isso mesmo é só os turistas que trazem para a cidade, entendeu?! Então, é uma cidade totalmente diferente, você vai aonde você quiser, você sai a hora que você quiser, você não precisa se preocupar, entendeu?! Igual a loja mesmo, tem dia que eu estou lá dentro fazendo almoço e aqui fica sozinho... eu confio mesmo no pessoal da cidade.*[23]

Com relação à estrutura econômica do município, destacam-se a pecuária, a agricultura e os comércios que contém produtos para o consumo da população local (alimentícios, para o lar, padarias, lanchonetes, supermercados) e também para o consumo turístico, que pode ser observado nos restaurantes, hotéis, lanchonetes, bares, lojas de artesanatos localizados e outros estabelecimentos comerciais localizados na Rua Moretti Foggia, Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio), Rua Dom Cândido, Mercado Municipal e Antiga Rodoviária, além da Praça do Coreto, especialmente, como será destacado adiante.

Vale destacar que alguns produtos comercializados para os moradores da cidade e turistas são, sobretudo, produzidos a partir de elementos subtraídos de chácaras e pequenos sítios do em torno da cidade, cujos proprietários vendem os produtos para os comerciantes da área urbana, como frutas, verduras, legumes, queijos, carnes de animais bovinos, suínos e avícolas, farinhas, polvilhos, dentre outros.

Estas práticas comerciais estabelecidas entre os sitiantes e os comerciantes da área urbana da Cidade de Goiás podem ser observadas no Mercado Municipal, na Praça do Coreto e na Rua Moretti Foggia, principalmente. Algumas roupas e objetos artesanais que são comercializados em lojas na Rua Professor Ferreira, Rua XV de Novembro e na Rua Moretti Foggia são também produzidos por moradores, incluindo os das *áreas periféricas*.

Saindo do polígono patrimonial, destaco que as atividades comerciais cotidianas realizadas pelos moradores das *áreas periféricas*, especialmente, se concentram ao redor da praça do bairro *João Francisco*, que se tornou um "espaço central" de trocas comerciais para eles. Ali estão configurados supermercados, bares, lojas de produtos de eletrodomésticos,

[23] Entrevista com "Amélia", 22 anos, ex-moradora do setor Rio Vermelho; atualmente reside no mesmo casario usado como comércio, na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

cama, mesa e banho, lanchonetes, postos de gasolina, dentre outros estabelecimentos significantes para suas subsistências.

Depois de 12 anos, quando a antropóloga Tamaso (2007a) estava concluindo o seu trabalho de campo na Cidade de Goiás, cujos dados etnográficos foram construídos entre os anos de 2001 e 2002, as narrativas dos moradores das *áreas periféricas* continuam sendo as mesmas. Embora se perceba a presença deles no *centro histórico*, eles afirmam que tudo que precisam têm no *João Francisco*, não precisam ir até o "*centro*" (*centro histórico*), apenas quando precisam realizar algumas transações bancárias. Esta narrativa pode ser observada a partir do discurso de uma interlocutora:

> *no João Francisco, por exemplo, que é um bairro grande, que tem muita gente, que é enorme o João Francisco, a única coisa que falta ali é agência bancária, né?! Hora que abrir uma agência bancária no João Francisco, ai pouca gente vai vim pro centro, descer pro centro, porque lá tem supermercado, tem hospital, né?! Tem posto de saúde*[24].

É importante ressaltar que muitos moradores, tanto os das *áreas periféricas* quanto os que residem no interior do polígono patrimonializado, retratam o *João Francisco* como bairro enorme, por achar que ele representa e se configura urbanisticamente por outros bairros que são adjacentes a ele, como o Setor São Vicente, Vila Agnelo, Vila Goiacy e Simião Santos. Todos estes bairros, na visão deles, fazem parte do *João Francisco*.

Mesmo os moradores das *áreas periféricas*, que passam a maioria do tempo trabalhando no *centro histórico*, eles têm o *João Francisco* como bairro significativo para suas práticas comerciais. Para eles, os produtos comercializados em determinados lugares situados no *centro histórico* são especialmente direcionados para os turistas, pois apresentam valores mercadológicos mais inflacionados. Já no *João Francisco*, são comercializados produtos com preços mais populares. Como relatado por uma interlocutora, no *João Francisco* "*tem feira livre, feira pública que é tudo lá no João Francisco... Lá concentra tudo... Tudo têm lá. Grandes lojas só têm lá... Entendeu?! Farmácias boas, grandes farmácias, só têm lá...*"[25].

[24] Entrevista com "Aurilene", 47 anos, ex-moradora do bairro João Francisco; há poucos meses foi residir no local onde instalou o comércio que administra, na Rua Luiz do Couto. Entrevista realizada em: 30/03/2013.
[25] Entrevista com Aparecida, 44 anos, administradora de comércio na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 26/03/2013.

Portanto, para alguns moradores das *áreas periféricas* o comércio turístico esteja concentrado no *centro histórico*, e os comércios que são frequentados e consumidos por eles estão "*mais localizados no João Francisco*"[26].

Sendo assim, em contraponto aos valores patrimonializados que estão depositados sobre os bens e espaços configurados *centro histórico*, me refiro às ruas, monumentos, casarios, praças, pontes, largos, becos e demais bens que estão inseridos no polígono patrimonializado, o bairro *João Francisco* se tornou um bairro significativo para as práticas sociais, culturais e econômicas da cidade.

Como observado anteriormente por Tamaso (2007a), e constatado durante a execução desta pesquisa, o *João Francisco* somente é *periférico* em relação ao *centro histórico*, pois ele mantém um sistema econômico, de organização e reprodução social, independente do *centro histórico*. Neste sentido, a antropóloga sintetiza que: "vale destacar a centralidade que adquiriu o bairro do *João Francisco* em meio aos novos bairros periféricos, de forma que é como se o *João Francisco* fosse outra cidade formada pelos bairros contíguos a ele" (TAMASO, 2007a, p. 59).

Vê-se, portanto, que há um jogo social, temporal, econômico e político estabelecido entre *centro histórico* e *áreas periféricas* (especialmente o *João Francisco*), ou seja, entre a área patrimonializada e a não patrimonializada, entre o comércio turístico e o comércio designado e consumido pelos diversos moradores, enfim, todas estas disparidades são práticas cotidianas que configuram o "cenário" urbano da Cidade de Goiás, cujas fronteiras vão sendo tecidas, delimitadas e mapeadas pelos próprios moradores da cidade. A partir disto, apresento como estes dois contextos (*centro histórico* e *áreas periféricas*) estão configurados na trama social e política da cidade.

### 1.3. O *centro histórico* e os *bairros periféricos*

No segundo processo de patrimonialização, em 1978, iniciou-se, entremeio aos processos de tombamento de bens isolados, ocorrido em 1951, a classificação e demarcação do "conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás". No entanto, junto a esta classificação, surgiu nos contextos e discursos sociais, não somente dos moradores da Cidade

[26] Entrevista com Andréa, 26 anos, secretária de museu no *centro histórico*. Entrevista realizada em: 30/03/2013.

de Goiás, mas de outros atores sociais inseridos nas cidades patrimoniais, a categoria *centro histórico*[27] (PEIXOTO, 2003; TAMASO, 2007a).

O *centro histórico* é um perímetro urbano que se destaca

> do restante da cidade, privilegiando a materialidade dos aspectos históricos, arquitetônicos e paisagísticos em detrimento das tramas relacionais estabelecidas ao longo do tempo, que envolvem diversos atores sociais e criam um emaranhado de ações e interesses que exprimem características materiais e subjetivas que o distinguem como lugar, um espaço concreto carregado de significados simbólicos e sentidos culturais (NARDI; CASTELLS, 2010, p. 6).

Portanto, a definição da categoria *centro histórico* ("centro" + "histórico") está relacionado à "centralidade" e "relevância" histórica, econômica e política de uma determinada área do complexo urbano, cujos elementos referentes a esses aspectos encontram-se materializados e preservados. Para Sebastião (2010, p. 20), o *centro histórico* remete à "área mais antiga que se tornou progressivamente o centro da cidade moderna".

No Brasil a categoria analítica *centro histórico* surgiu após as políticas patrimoniais instituídas no final da década de 1970. Com isso, os processos de patrimonialização passaram a preservar e conservar não somente bens monumentais isolados (religiosos ou de famílias oligárquicas), mas também espaços urbanos públicos: as ruas, pontes, praças etc., onde estão ancorados, simbolicamente, os valores e as memórias culturais, políticas e econômicas de determinados grupos sociais, como observado também em Recife (LEITE, 2006, 2007) e na Cidade de Goiás (DELGADO, 2003, 2005; TAMASO, 2007a).

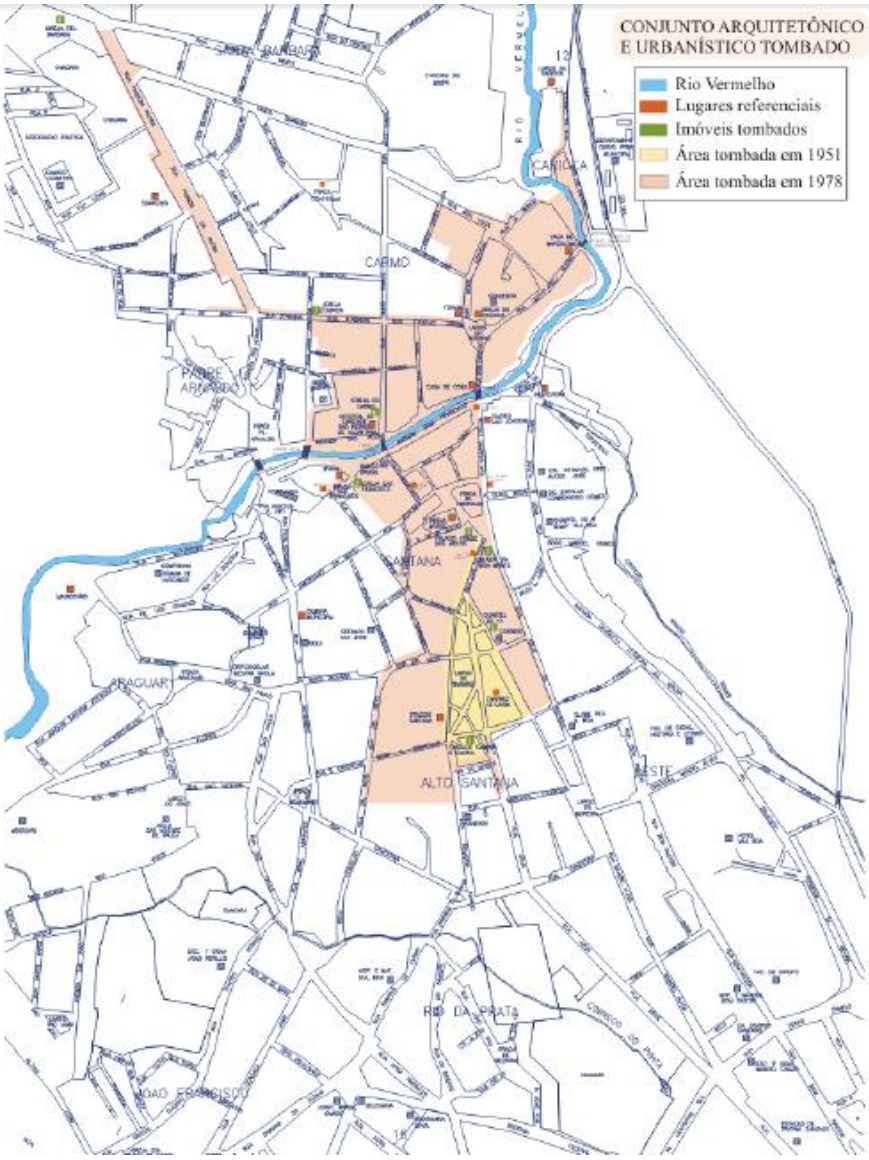
Na visão de Peixoto (2003, p. 216), os "centros históricos"

> são frequentemente instrumentalizados de modo a permitir a difusão intencional de uma imagem negativa da cidade. O objectivo desta estratégia tem a ver com o facto de o estado degradado do "centro histórico" permitir uma dramatização da condição da cidade que acaba por funcionar como justificação e factor de legitimação da reivindicação de recursos financeiros e de instrumentos legais que agilizem a desejada renovação identitária. Por outro lado, numa outra lógica de instrumentalização, os "centros históricos" são idealizados de modo a permitir, através de práticas selectivas de visibilização de elementos emblemáticos das zonas urbanas antigas, que a cidade promova uma imagem positiva. Esta dissonância de imagens gerada, muitas vezes, por organismos de gestão locais com interesses divergentes, configura, desde logo, um quadro de insustentabilidade cultural.

Neste sentido, Tamaso (2007a, p. 319) ressalta que os bens e espaços patrimonializados da Cidade de Goiás, cujos valores históricos, culturais e estéticos estão

[27] Para Tamaso (2007b, p. 03), "a ampliação da área tombada, em 1978, destacou um *centro* de valor 'histórico'; o que foi rapidamente incorporado pelos moradores como categoria de diferenciação social, pois que simultaneamente se dava a expansão urbana de Goiás".

depositados sobre eles, foram selecionados, tombados e preservados com o intuito de garantir a “reprodução de uma determinada e tradicional ordem social”. De fato, a instrumentalização de práticas patrimoniais, de *enobrecimento* histórico e estético, incidiu, e continua incidindo, sobre selecionadas ruas, praças, largos, pontes e casarios, especialmente no perímetro onde ocorreu o primeiro processo de patrimonialização. Estes bens e espaços são considerados pelos agentes do patrimônio como “emblemáticos” para a história regional, fazendo engrenar, muitas das vezes, o turismo na cidade.




Malha urbana da Cidade de Goiás destacando os espaços que passaram pelos processos de patrimonialização em 1951 e 1978. Fonte: TAMASO, 2007a, p. 157.

É importante destacar que os discursos e referências dos moradores quanto à configuração do *centro histórico* da Cidade de Goiás nem sempre correspondem àqueles

considerados e legitimados pelas esferas públicas patrimoniais (IPHAN e UNESCO), enquanto um "conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás". Sendo assim, apesar de o IPHAN não fazer referência "à categoria *centro histórico*" (TAMASO, 2007a, p. 322), para os moradores da cidade, o *centro histórico*

> não corresponde *ipsis litteris* à área de proteção delimitada pelo IPHAN [...] para os moradores da cidade – tanto de dentro do *centro histórico*, quanto de fora – o *centro histórico* pode ser compreendido, atualmente, por todo o núcleo urbano mais antigo, inclusive as ruas que já tenham sido parcialmente descaracterizadas; o que pode incluir o entorno ou parte do entorno, como as ruas próximas ao Rio da Prata e a Rua Santa Bárbara (TAMASO, 2007a, p. 324).

Embora destaquem o *centro histórico* como referente ao espaço urbano "mais antigo" da cidade, como ressaltado pela antropóloga, há moradores que o consideram como abarcando toda a cidade, outros consideram somente a área instituída pelo IPHAN (área patrimonializada e área do entorno), por outro lado, há aqueles que a referenciam como a área urbana onde se tem maiores concentrações de turistas, como será discorrido e analisado adiante. Neste trabalho, considerarei o *centro histórico* como todo o polígono patrimonializado da Cidade de Goiás, o mesmo definido e representado pelo IPHAN.

A partir desta abordagem, destaca-se, então, que este conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás (entre área tombada e área do entorno) é formado por cinco bairros: Santana, Carmo, Alto Santana, Carioca e Padre Arnaldo, como destacado nos mapas reproduzidos no IPHAN e na Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás.

Mapa da Cidade de Goiás com detalhes dos bairros que compõem o *Centro Histórico*. Fonte: IPHAN e Prefeitura Municipal de Goiás; editado por Marcelo I. de Oliveira

Em contraponto ao cenário do *centro histórico*, a categoria analítica *periferia* passou a ser classificada nos contextos urbanos das cidades patrimoniais, também, a partir da década de 1970 (TAMASO, 2007b). Para Giddens (2010), seu conceito está atrelado aos processos de expansão urbana e aos contrastes econômicos estabelecidos entre as classes sociais. Portanto, observam-se processos de descentralização e segregações sociais sendo trilhadas para as *margens* dos espaços urbanos, ou seja, para áreas adjacentes ao que seria o centro da cidade.

Segundo o geógrafo português Domingues (1994/5, p. 5), "é o afastamento a um centro que clarifica a posição periférica (física, social, morfológica, etc.) e esta é-o tanto mais quanto maior é a visibilidade, o posicionamento, o poder e a clareza dos atributos da condição central". Relativizando a terminologia "afastamento", abordada pelo autor, ressalta-se que, em algumas cidades, excepcionalmente nas grandes metrópoles, o "afastamento", ou distanciamento é concebido de forma mais aguda entre as classes sociais econômicas do que entre a distância física. Como exemplo, observemos os condomínios horizontais e as ocupações de seus arredores, nota-se atores sociais de variadas classes econômicas (alta, média e popular) ocupando os espaços urbanos que há tempos passados eram estritamente periféricos e ocupados especialmente por atores sociais de classes populares.

Na Cidade de Goiás, como sintetizado por Tamaso (2007a, p. 327), as *áreas periféricas* são configuradas

> por todos os espaços de urbanização recente; não apenas por serem de urbanização recente e, por isso, desprovidos das qualidades estéticas e históricas do *centro histórico*, mas também porque seus habitantes são, sobretudo, oriundos de Minas Gerais, da zona rural do município e de outras cidades do estado. Uma multiplicidade de culturas e identidades, que se inscreveram no espaço urbano de Goiás.

As *áreas periféricas* da Cidade de Goiás são preenchidas, sobretudo, por migrantes que deslocaram para a cidade a partir da década de 1960. Entretanto, com a expansão urbana da cidade, passou-se a observar, também, vilaboenses, os "*filhos de Goiás*" (TAMASO, 2007a), que antes habitavam em casarios no *centro histórico*, se deslocando para as *áreas periféricas*. A justificativa apontada por alguns interlocutores refere-se à "valorização" econômica e à manutenção que passara a ser operada sobre os bens e espaços patrimonializados no *centro histórico* da cidade.

> *Tudo ficou muito caro na cidade, por causa dos próprios moradores, que pensaram assim: 'ganhando como patrimônio, eu posso colocar o preço lá em cima e vou conseguir vender as coisas'. Mas foi totalmente diferente, muitas das pessoas que fizeram isso, até com as próprias casas, 'quebraram a cara', porque não venderam*

> *as casas. As coisas ficaram bem mais caras, as casas aqui no centro ficaram mais caras.*[28]

Sobre os dois processos: de deslocamento e expansão socioespacial das *áreas periféricas*, Tamaso (2007a) elaborou uma análise sobre como a malha urbana da Cidade de Goiás foi sendo configurada com a mobilidade social que passara a receber:

> com a chegada dos migrantes a partir da década de 60 deu-se uma expansão urbana, sobretudo da direção Noroeste, Centro-Oeste, Sudoeste e Sudeste. Ao noroeste da cidade, Vila Aeroporto; ao Centro-Oeste, Setor Aeroporto. Acrisia, Serradourada, João Francisco; ao Sudoeste, Jardim Paraíso, Vila Agnelo, Luiz Astolpho; ao Sul, Santo amaro, Vila República, Goiás II; ao Sudoeste, Dom Bosco, Jardim Vila Boa, Vila Isabel, Bacalhau, Bacalhauzinho, Vila Iraci, Felicíssimo do Espírito Santo. Ao Norte e Nordeste da cidade há impedimento dado pela geografia (Morros Dom Francisco, Canta Galo e das Lajes), por isso a expansão limita-se pela Vila Lions, Santa Bárbara e Chupa Osso. (TAMASO, 2007a, p. 59)

Durante a pesquisa os interlocutores não conseguiram delimitar ao certo os primeiros processos de ocupação das áreas adjacentes ao *centro histórico*, mas destacaram, a partir de suas memórias e trajetórias de vida, a referência de outro "centro", que não o *centro histórico*, cuja expansão, segundo eles, partiu dela: a *Praça do João Francisco*. Esta Praça está localizada no bairro que leva o mesmo nome: *João Francisco*.

Como apontado por um interlocutor, que há 33 anos habita e frequenta os arredores desta Praça – além de administrar um comércio nela –, *o João Francisco* é considerado por ele um dos bairros "mais velhos"[29], em se tratando das *áreas periféricas*. Além disso, a partir de sua narrativa, observam-se como alguns espaços urbanos do bairro foram sendo transformados, como na "Rua da Lama" (atual Rua Santos Dumont). Segundo ele, esta rua era preenchida por "casas da luz vermelha", ou seja, por prostíbulos. Contrastadamente a esta paisagem da rua, representada na memória do interlocutor, ressalta-se que, atualmente, ela é preenchida por várias casas, comércios e escola, onde não se observa nenhum resquício de prostíbulo, que se encontra apenas nas memórias dos moradores da cidade.

A partir desta mudança socioespacial da "Rua da Lama", pode-se observar como a cidade é mapeada por usos e sentidos que podem/são dinamicamente (re)produzidos, (re)elaborados e metamorfoseados a partir dos processos de urbanização: mobilidade social, processos econômicos e políticos.

---

[28] Entrevista com Andréa, 26 anos, secretária de museu no *centro histórico*. Entrevista realizada em: 30/03/2013.
[29] Entrevista com Aurélio, 49 anos, administrador de comércio na Praça do João Francisco. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

Ao analisar o mapa geográfico do contexto urbano da Cidade de Goiás, reproduzido na tese de Tamaso (2007a, p. 332), notei a delimitação e configuração de 33 bairros dispersos pela cidade, incluindo o *centro histórico* e as *áreas periféricas*. Atualmente, a cidade é configurada por 42 bairros. No entanto, é incompreensível e destoante o crescimento espacial-urbano com relação ao decréscimo populacional que a cidade sofreu durante 10 anos. Um dos fatores apontados pelos interlocutores, sobre este decréscimo, é a falta de emprego. Assim, embora a Cidade de Goiás tenha recebido um reconhecimento mundial, após o título de Patrimônio Mundial, os moradores da cidade foram migrando para outras regiões à procura de emprego e, consequentemente, de desenvolvimento financeiro.

Durante as conversas realizadas com alguns interlocutores, destacaram-me que, em outras oportunidades, chegaram a migrar da Cidade de Goiás para outras cidades do em torno com propósitos de estudarem ou trabalharem. Alguns chegaram a retornar para a Cidade de Goiás por conta da conduta e dinâmica social-urbana que a mesma oferece, principalmente em se tratando da violência: muitos deles consideram-na uma cidade "tranquila", com boa qualidade de vida, cujos índices de roubos e assaltos são considerados por eles baixos. Outros moradores chegaram até a visitar outras cidades patrimoniais, para observar a operacionalização das práticas turísticas, e depois retornaram para a Cidade de Goiás. No retorno, eles se fixaram em *bairros periféricos*, mas passaram a alugar casas no *centro histórico* e a transformarem seus usos para o turismo.

Assim, com a heterogênea expansão socioespacial e, também, com a ressignificação dos espaços urbanos do *centro histórico*, provocada pelas práticas políticas e econômicas, sobretudo por conta dos processos de patrimonialização que ocorreram entre as décadas de 1970 e 2000, as fronteiras socioculturais e geográficas foram se intensificando no imaginário urbano da cidade: entre *centro histórico* e *áreas periféricas* (POLETTO, 2003; TAMASO, 2007a). No entanto, vale destacar que não se descarta aqui a possibilidade de ter existido outras fronteiras socioespaciais anteriores, pois, como destacado por Tamaso (2007b, p. 03), "não havia distinção entre *centro* e *periferia* na Cidade de Goiás, mas antes entre *largo* e *beco*".

Todavia, cabe então questionar: quem são esses sujeitos que estão vivenciando e contribuindo para a reprodução e continuidade das fronteiras socioespaciais que estão instaladas na Cidade de Goiás?

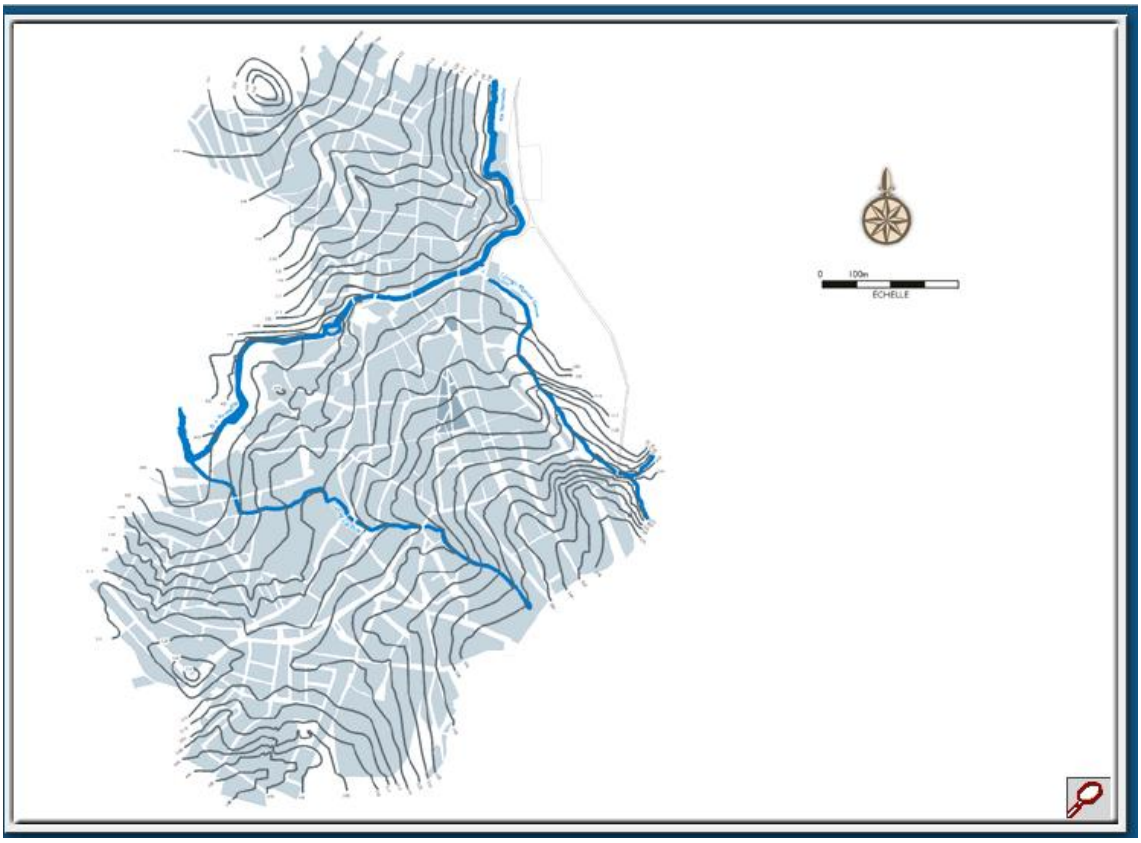
## 1.4. “Os lá de cima” e “os lá de baixo”

Como pincelado por Tamaso (2007a), estas duas categorias, “lá de cima” e “lá de baixo”, foram empiricamente ressoadas pelos moradores para distinguir socioespacialmente os grupos que residem no *centro histórico* dos que residem nas *áreas periféricas* da Cidade de Goiás.

Urbanisticamente parte do *centro histórico* da Cidade de Goiás está topograficamente situado num terreno “mais baixo”. Já os *bairros periféricos* foram sendo configurados e instalados em terrenos “mais altos”, pois, com a expansão social, os migrantes e também os *filhos de Goiás* que começaram a se deslocar para as *áreas periféricas* passaram a construir suas residências sobre os morros que estavam nos entorno do *centro histórico*[30].

Esta distinção geográfica se torna intrigante devido à forma como os moradores se referem aos grupos que ocupam estes dois espaços antagônicos, ou seja, como eles distinguem seus “pedaços” dos “outros” (MAGNANI, 1996). Sendo assim, por meio das conversas informais e das entrevistas, notei que os moradores das *áreas periféricas* eram referenciados pelos moradores do *centro histórico* como “*os lá de cima*” (moradores do *João Francisco*, *Setor Aeroporto*, *Vila Agnelo* etc.); e os moradores do *centro histórico* eram referenciados pelos moradores das *áreas periféricas* como “os lá de baixo” (Carmo, Santana, Alto Santana).

[30] Sobre a expansão socioespacial nos morros da Cidade de Goiás, ver: Tamaso (2007a).




Relevo da área patrimonializada na Cidade de Goiás. Percebe-se, nos extremos da imagem, como a topografia vai se tornando mais íngreme, onde se situam os *bairros periféricos*. Fonte: Multimídia do Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade

A partir deste antagonismo, uma moradora do setor Rio Vermelho (*bairro periférico*), recepcionista e monitora de um museu no *centro histórico*, destacou, a partir de sua trajetória de vida, como este cenário socioespacial foi se configurando na cidade, ela respondeu:

> *É... as pessoas se dividiu... a cidade se dividiu bastante, igual... quando você chegou aqui perguntando quem... se todo mundo participava das coisas aqui... Quem mora no setor Rio Vermelho, no João Francisco, até no setor Rio Vermelho, raramente vem pros eventos* ***aqui embaixo****, é muito difícil. Vem mais nesses grandes eventos, nesses menores eventos não vêm, eles preferem ficar mais nos eventos* ***lá em cima****. E quem mora aqui, também, aqui na* ***parte de baixo, aqui no centro****, é mais difícil estar indo pro setor João Francisco; tanto que eles se dividiram, até as paróquias se dividiram: tem a paróquia da Igreja Santa Rita e a paróquia da Diocese, da Catedral de Sant'Anna, aqui embaixo. Então, houve essa divisão, porque é... eu não falo tanto por causa do patrimônio, a cidade mesmo, ela foi se dividindo, assim, ao longo do tempo, as pessoas é... não se confraternizam assim, muito. Igual no dia do vizinho, que foi instituído no dia do aniversário de Cora, porque ela falava que o vizinho era o parente mais próximo, ela tinha grande admiração pelo parente, pelo vizinho, né?! já que ela vem sozinha pra Goiás... Então, sempre tem aniversário dela, dia 20 de agosto, uma missa; geralmente a banda toca e distribui ação de bolo aqui em cima, é gratuito, a gente chama a cidade inteira pra participar e são só as*

> *pessoas do centro que participam, são raras as pessoas que moram é... pro lado do João Francisco que participam*[31]. [**Grifos meu**].

Portanto, além da distinção geográfica, ressalto também uma transformação nos aspectos e modos comportamentais dos moradores que estão situados nestes dois contextos. Como exemplo, destaco a narrativa de um interlocutor:

> *a praça do João Francisco, as pessoas que frequentam lá são outros tipos de pessoas, né?! O centro histórico atrai totalmente outros tipos de pessoas [...] Porque o centro histórico você pode ver que são pessoas assim... que ficam mais aqui no centro histórico, são pessoas mais de idade [...] agora,* ***lá pra cima****, não! Mais é o pessoal, assim, que gosta da coisa mais moderna, né?! umas coisas diferentes, assim... som automotivo. É uma coisa que chama atenção das pessoas mais jovem. Aqui no centro não, aqui é mais tranquilo, é um pessoal que [...] não gosta muito da, como se diz na língua dos jovens hoje, da "muvuca", né?!* [32] [**Grifos meu**].

Afinal, quem são os "lá de cima" e os "lá de baixo"?

Se pensarmos numa estrutura piramidal de classes sociais e econômicas, sendo a "base" composta pelos atores sociais de classes populares, e o "topo" por atores sociais de classes mais elevadas, na Cidade de Goiás, devido à paisagem urbana topográfica ser destoante em relação às *áreas periféricas* e o *centro histórico*, devemos inverter a pirâmide descrita: os que estão "em cima", nas *áreas periféricas*, são, especialmente, os moradores de classes populares, ou seja, aqueles que migraram de outras regiões à procura de uma vida econômica melhor e, também, alguns *filhos de Goiás* que segregaram do *centro histórico*. Na paisagem topográfica "mais baixa", no *centro histórico*, estão situados os vilaboenses descendentes de famílias tradicionais[33], como se observa nas residências localizadas no Largo do Chafariz, ou seja, os *filhos de Goiás*, que, além de continuarem residindo nos casarios coloniais e patrimoniais, alguns continuam inseridos também nas esferas públicas locais.

Embora haja esta disparidade socioespacial, os "lá de cima", que residem no "alto", são os funcionários e administradores de comércios, museus, igrejas e demais estabelecimentos turistificados que se encontram localizados no *centro histórico*; enquanto que os "lá de baixo" são, além de proprietários e diretores dos casarios e dos grandes espaços turistificados, como de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e museus. Eles elaboram e

---

[31] Entrevista com Andréa, 26 anos, secretária de museu no *centro histórico*. Entrevista realizada em: 30/03/2013.

[32] Entrevista com Anselmo, 38 anos, administrador de comércio na Praça do Coreto. Entrevista realizada em: 14/02/2013.

[33] Através das análises realizadas por Tamaso (2007a) e de dados construídos durante os trabalhos de campo, percebe-se que muitos vilaboenses de famílias tradicionais se deslocaram para Goiânia há tempos atrás, para estudarem e/ou trabalharem, no entanto, eles continuam se relacionando com a Cidade de Goiás, pois, além de serem proprietários de casarios no *centro histórico*, estes frequentam a cidade constantemente.

executam práticas políticas, econômicas e culturais no *centro histórico*. Ademais, são, também, os organizadores de manifestações culturais e religiosas reproduzidas na cidade, além de serem os locadores dos casarios transformados em comércios turistificados.

Destaco, então, que esta configuração e delimitação socioespacial entre *centro histórico* e *áreas periféricas* não pode ser observada de forma rígida, estática e positivista, como se a cidade estivesse sendo operada somente a partir desta fronteira social-econômica, entre os moradores destes dois contextos, até porque se encontra vilaboenses de classes populares residindo dentro do polígono patrimonial, como nos setores Santa Bárbara e Alto Sant'Anna, bem como os de classe alta residindo em bairros das *áreas periféricas*. No entanto, como sintetizado por um interlocutor: "quanto mais alto naqueles 'morrinhos' mais pobres são os moradores".

Portanto, na Cidade de Goiás existem, sim, fronteiras (sociais, estéticas e políticas) estabelecidas entre *centro histórico* e *periferia*. A valorização política e econômica que recebe o *centro histórico* refletiu e contribuiu para o enrijecimento destas fronteiras. Desta forma, como abordado por Poletto (2003, p. 64/65),

> o Centro Histórico se diferenciou em grande escala dos bairros circunvizinhos e periféricos que se apresenta – eu ousaria dizer – como uma cidade independente, que tem casas com fachadas restauradas e coloridas, pousadas, hotéis e restaurantes, lojas de artesanato, ruas limpas – na maior parte do tempo – e iluminadas. O enorme contraste com o restante da cidade [...] demarca claramente as "fronteiras" espaciais – já que a iluminação tem fiação aparente, a maioria das casas não tem pintura nova etc –, e simbólicas, marcadas pela especial importância dispensada às construções do Centro Histórico, em comparação com as do restante da cidade

Além disso, para além das "fronteiras espaciais" insurgidas na malha urbana da Cidade de Goiás, ressaltam-se as "fronteiras sociais", que também se configurou por meio das práticas e intervenções patrimoniais, além da expansão urbana. Neste sentido, Tamaso (2007a, p. 327) aponta que

> a distinção entre *centro histórico* e *periferia* não é somente formal e estética, no sentido de arquitetura e urbanística; é acima de tudo social. A fronteira aparentemente estabelecida pela estética é a materialização da fronteira social entre os "de dentro" e os "de fora", os vilaboenses e os migrantes.

Todavia, este contraste estabelecido entre os "de dentro" e "de fora" pode-se associar às seguintes categorias: "estabelecidos" e "*outsiders*" (ELIAS; SCOTSON, 2000). Destaco que Tamaso (2007a) já realizou análises das fronteiras sociais configuradas na Cidade de Goiás a partir da ótica destes dois sociólogos. No entanto, retomo novamente as reflexões

para destacar as “relações de poder” que estão veementemente presentificadas no sistema social-urbano, especialmente em relação às práticas políticas e econômicas operacionalizadas no *centro histórico*.

Por “estabelecidos”, Elias e Scotson (2000) se referem aos grupos de elite que são aqueles que mantêm o controle social de determinados espaços e estruturas socioculturais que configuram a paisagem urbana, como na política e economia. Sendo assim, os autores afirmam que esta categoria, “estabelecidos”, é representada por grupos de atores sociais que “têm índice de coesão mais alto do que o outro [*outsiders*] e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

Em contraponto a realidade social vivida pelos “estabelecidos” encontra-se os “*outsiders*”, que são representados por grupos de atores sociais que estão obscurecidos ou “excluídos” das práticas que são estrategicamente operacionalizadas pelos “estabelecidos”, portanto eles “são vistos – coletiva e individualmente – como anômicos [...] eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

Para complementar estes discursos, abordo a interpretação e síntese reproduzida por Neiburg (2000, p. 08), sobre o que Elias e Scotson (2000) refletem. Para o antropólogo, a “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder”.

A partir destas ponderações, destaco que o *centro histórico* da Cidade de Goiás é politicamente administrado por aqueles que se dizem “protetores do patrimônio da cidade”, os que residem “lá embaixo”. Alguns bens e espaços são legitimados por eles, os agentes das políticas patrimoniais (a maioria deles são ligados às famílias tradicionais), cujos usos estão sendo apropriados para o desenvolvimento econômico da cidade, por meio do mercado turístico. Já as *áreas periféricas* possuem infra-estruturas precárias, além de serem ocupadas especialmente por moradores de classes populares, que apesar de atuarem na mecanização das práticas patrimoniais e turísticas não se sentem beneficiados ou valorizados, ou seja, se vêem como ausentes por parte das políticas públicas.

Além da precariedade infra-estrutural dos *bairros periféricos*, destaco que existem eventos, manifestações culturais e religiosas que são realizadas na cidade cujas valorizações políticas são abordadas de maneiras antagônicas. Por exemplo, observei o Afoxé Ayó Delê, manifestação cultural e religiosa afro-brasileira que é promovida por moradores ligados à

organização não-governamental Vila Esperança da Cidade de Goiás. A manifestação percorre por várias ruas, praças, becos, pontes e largos do *centro histórico* e seus participantes e integrantes são especialmente moradores que residem nas *áreas periféricas* da cidade. Esta manifestação não tem as mesmas visibilidades, referências e valores políticos, econômicos e turísticos que as manifestações que são operadas durante a Semana Santa, por exemplo: a Procissão do Fogaréu e a Procissão do Senhor Morto.

As duas manifestações religiosas cristã são organizadas e administradas por *filhos de Goiás*. Em dias antecedentes à Procissão do Fogaréu pude observar notícias, propagandas, em mídia televisiva e em rádios da capital do Estado, Goiânia; além de perceber ações políticas como a interdição do trânsito de veículos nos espaços do itinerário da procissão. Em contraponto, no Afoxé Ayó Delê observei apenas a divulgação interna, através de carro de som que percorria pelas ruas da cidade e das rádios locais, além da falta de ações e apoio das esferas políticas locais. Como reflexo deste contraste, destaca-se a diferença na concentração de turistas durante o Afoxé Ayó Delê em relação a Procissão do Fogaréu: enquanto a primeira manifestação era visualizada apenas pelos moradores da cidade, a segunda não era possível acompanhar a procissão, justamente pela quantidade de espectadores. Além disso, destaca-se também a interferência de carros, que cruzavam o cortejo da primeira manifestação, enquanto na segunda as ruas do *centro histórico*, por onde percorre a procissão, são interditadas.

A partir disto, ressalta-se que há uma valorização cultural, política e econômica não somente em relação aos bens materiais, tangíveis, patrimonializados na Cidade de Goiás, mas de bens intangíveis, das manifestações e práticas culturais que são administradas pelos "estabelecidos", os *filhos de Goiás*, que mantêm contatos com os órgãos públicos local.

Sobre o contraste configurado em algumas manifestações culturais realizadas no *centro histórico* da Cidade de Goiás, um morador da Vila Lions (*área periférica*) destacou o seguinte:

> *aqui (Cidade de Goiás), o que deixa a gente mais triste é o pessoal "**lá de baixo**", lá, que eles **estão no poder** [...] que têm os contatos com a Agetur, com a Secretaria de Cultura do Estado de Goiás... Por que pra Semana Santa, ai, vem um "rio de dinheiro"? Semana Santa vem um "rio de dinheiro" e ninguém vê isso.*[34][**Grifos meu**].

Ainda sobre este descompasso no cenário socioespacial do *centro histórico* e *áreas periféricas*, Tamaso (2007a, p. 351) destacou que os moradores

[34] Entrevista com Armindo, 28 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Atlética União Goiana. Realizada em: 14/02/2013.

> tomam o *centro histórico* como a centralidade urbana de Goiás, reiterando cotidiana e ritualmente a sua diferença, muito mais do que arquitetônica e urbanisticamente; mas culturalmente. O *centro* de Goiás se constituiu em uma área central mais densa, não por aumento populacional e de serviços, mas sim pela carga de simbólica; pela tradição, história e passado que transporta por suas *vias coronárias*, nos termos de Cora Coralina. Ali onde convivem largos e becos, pontes e pinguelas, casarões coloniais e singelas habitações nas encostas do Morro das Lajes, famílias de alto e baixo poder aquisitivo, patrões e empregados. Uma unidade fundada na reprodução de um sistema social que, privilegiando o cultural e o religioso, criou estratégias para que a elite cultural local, mesmo sem assumir cargos públicos eletivos na cidade, mantenha as rédeas da gestão da cultura, das celebrações religiosas e do patrimônio (TAMASO, 2007a, p. 351).

Portanto, diante desta reflexão, nota-se a semelhança entre o grupo de "elite cultural", aqueles que mantêm as "rédeas da gestão cultural" da Cidade de Goiás, como destacou a antropóloga, com as características dos grupos "estabelecidos", representado por Elias e Scotson (2000). Assim, afirma-se que há uma "paisagem de poder" (ZUKIN, 2000a, 2000b) instalada sobre as práticas e bens culturais situados no *centro histórico* da cidade patrimonial.

Entremeio às críticas dos moradores das *áreas periféricas*, especialmente com relação a essa "paisagem de poder" e às fronteiras estabelecidas entre *centro histórico* e *bairros periféricos*, ainda encontra-se atores de classes populares que, após se transferirem para *bairros periféricos*, devido à valorização imobiliária dos casarios, retornaram novamente para o *centro histórico*. Neste caso, pode-se perceber como os valores simbólicos, às vezes, se sobrepõem aos valores econômicos, como pode ser ilustrado a partir dos seguintes discursos:

> *a gente muda de casa em casa* [se referindo a outros bairros não contemplados pelos processos de patrimonialização], *mas se algum dia eu tiver que sair do centro, vou ficar muito sentida, eu gosto muito daqui!* [35]

> *Quando eu saio, eu sempre estou perto de casa (risos), e... ah... tem... você sai na porta da rua, você já vê todo mundo que tá na porta... ah... eu gosto [...] Apesar da casa ser muito* (com intensidade) *ruim, mas é a melhor casa que eu já morei [...] porque casa do centro histórico é totalmente mal distribuída, né?! Igual, a casa aqui tem 17 cômodos, um banheiro na casa, então é muito ruim.*[36]

Vale ressaltar, portanto, que apesar da hegemonia do *centro histórico* e das fronteiras estabelecidas com *bairros periféricos*, ou seja, entre os "estabelecidos" e "outsiders"

[35] Conversa com Aurilene, 47 anos, administradora de comércio na Rua Luís do Couto. Frase relatada após o término da entrevista realizada em: 30\03\2013.

[36] Entrevista com Amélia, 22 anos, administradora de loja de artesanato na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01\04\2013.

(especialmente os *moradores das áreas periféricas*), os complexos urbanos da Cidade de Goiás são "atravessados" (HANNERZ, 1997), movimentados e usados pelos diversos e diferentes moradores, que contribuem para continuidade das práticas socioculturais e econômicas da cidade.

Neste caso, pode-se travar um diálogo com Magnani (1996), que realizou pesquisas na cidade de São Paulo. Para ele, determinados grupos sociais interagem e estabelecem relações com alguns "pedaços" da cidade (MAGNANI, 1996, p. 13). Assim, são nesses "pedaços" que se observam "a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais". "Pedaço" é "ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição" (MAGNANI, 1996, p. 13).

Ademais, para o antropólogo, estas relações não acontecem de forma tão rígida e solidificada, pois

> a cidade, contudo, não é um aglomerado de pontos, pedaços ou manchas excludentes: as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre as várias alternativas - este *ou* aquele, este *e* aquele *e* depois aquele outro - de acordo com determinada lógica; mesmo quando se dirigem a seu *pedaço* habitual, no interior de determinada *mancha*, seguem caminhos que não são aleatórios. Estamos falando de *trajetos*. O termo *trajeto* surgiu da necessidade de categorizar uma forma de uso do espaço que se diferencia, em primeiro lugar, daquele descrito pela categoria *pedaço*. Enquanto esta última, como foi visto, remete a um território que funciona como ponto de referência – e, no caso da vida no bairro, evoca a permanência de laços de família, de vizinhança, origem e outros – *trajeto* aplica-se a fluxos no espaço mais abrangente da cidade e no interior das *manchas* urbanas (MAGNANI, 1996, p. 21).

Como ponderado pelo antropólogo, um bairro pode ser simbolicamente mapeado por vários "pedaços". Isto vai depender, sobretudo, das relações e atribuições de valores, sentidos e significados que os moradores designam a eles. Sendo assim, os espaços urbanos são processados, transitados e usados de diversas maneiras pelos agentes sociais, mesmo com a existência de fronteiras sociais, políticas e econômicas estabelecidas no imaginário deles.

Todavia, traduzir, a partir das representações e formas de organização socioespaciais, como os moradores das *áreas periféricas* se organizam, como (re)pensam, interpretam e representam as dinâmicas sociais, culturais e espaciais perpetuadas no *centro histórico* são os principais objetivos desta etnografia. Para Bal (2003), as relações sociais e políticas que são notadas através dos discursos e dos fenômenos sociais servem de fontes para várias análises científicas. Transportando então esta discussão para o contexto empírico da pesquisa, percebe-se que as categorias de *centro histórico* e *periferia* têm sido empregadas pelos moradores,

tanto pelos “lá de cima”, quanto pelos “lá de baixo”, para destacar como as relações de poder e o contraste social, político e econômico representam a configuração do contexto urbano da Cidade de Goiás, como entre: centro/periferia, “os de dentro”/”os de fora”, “os lá de cima”/”os lá de baixo”, “estabelecidos”/”outsiders”, “os agentes patrimoniais”/”os excluídos”, grupo de elite/classes populares, investimento público/infra-estrutura precária.

Ortner (2007, p. 50), neste sentido, ponderou que “há, contudo, uma relação dinâmica, forte e, às vezes, transformadora entre as práticas de pessoas reais e as estruturas da sociedade, da cultura e da história”. A partir desta perspectiva, pode-se pensar nas transformações ocorridas nos contextos urbanos, que são, sobretudo, resultados das (re)leituras que os atores/agentes sociais fazem do comportamento, das formas de organização socioespaciais e das estruturas socioculturais que estão presentificadas neles. No entanto, ressalta-se que os eventos sociais e políticos podem, estrategicamente, provocar alterações nos modos comportamentais, de usos e relacionamentos estabelecidos pelos grupos e atores sociais com os espaços (SAHLINS, 1990). Neste caso, estou me referindo aos processos de patrimonialização que ocorreram na Cidade de Goiás, que fizeram introduzir novas dinâmicas e subverter os valores e usos que os moradores das *áreas periféricas* reproduziam nos espaços patrimonializados da cidade, especialmente em decorrência do consumo mercadológico por meio do turismo, como veremos no próximo capítulo.

# CAPÍTULO 2:
# PATRIMÔNIO, TURISMO E ENOBRECIMENTO

## 2.1. Dos Processos de Patrimonialização às Práticas Turísticas

A Cidade de Goiás, após os processos de patrimonialização e as atividades turísticas, tem atraído turistas de várias regiões do país[37]. Sendo assim, os processos que ultimaram em registrar, preservar e conservar os símbolos, arquiteturas, manifestações e representações culturais dos vilaboenses, bem como os eventos turísticos, de certo modo contribuíram para que ocorresse uma reformulação histórica, política, econômica e cultural do contexto urbano da Cidade de Goiás (TAMASO, 2007a; DELGADO, 2005). Além, então, da dinâmica e valorização histórica e cultural do *centro histórico*, percebe-se também a introdução e intensificação do fenômeno do turismo[38]. Estes dois fenômenos provocaram alterações nos modos e usos socioculturais reproduzidos pelos moradores das *áreas periféricas* sobre alguns bens e espaços do *centro histórico* da Cidade de Goiás.

Refletindo sobre a definição e caracterização do turismo, Ignarra (2003, p. 14) destaca que este fenômeno é configurado por

> uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transportes, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa. O turismo engloba todos os prestadores de serviços para os visitantes ou para os relacionados com eles. O turismo é toda uma indústria mundial de viagens, hotéis, transportes e todos os demais componentes, incluindo o marketing turístico, que atende as necessidades e desejos dos viajantes.

São várias estruturas que estão correlacionadas com o desenvolvimento do turismo: econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos, lazer, dentre outros (BURNS, 2002; PÉREZ, 2009; URRY, 2001). A partir disto, Pérez (2009, p. 10) caracterizou e definiu o turismo como um "fato social total", cujo conceito foi desenvolvido por Mauss (2003, p. 187), que se restringe aos fenômenos que estão envolvidos com "as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais [...] econômicas [...] sem contar os fenômenos estéticos [...] e os fenômenos morfológicos".

---

[37] Como consta nos dados apresentados nas pesquisas realizadas pela Agepel (2009, 2010).

[38] De acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo), o Turismo "é o deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas, com finalidade de retorno". Para Costa (2010, p. 44) são as necessidades "materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, normativas" que incidem a produção dos espaços turísticos.

Portanto, para Pérez (2009, p. 10),

> o turismo é um facto social total e também um processo social, económico e cultural no qual participam vários agentes sociais, sendo fundamentais os mediadores, isto é, políticos, planificadores, profissionais do marketing, hotéis, transporte, guias, agências de viagem, escritores e investigadores.

Como reportado por alguns pesquisadores (ALFONSO, 2003; BARRETO, 2007; BURNS, 2002; FARIA, 2006; PÉREZ, 2003; RABELO, 2006; URRY, 2001), o turismo direcionado para a temática cultural e patrimonial é caracterizado como "*turismo cultural*", que é definida pela Organização Mundial do Trabalho "como la posibilidad que las personas tienen de adentrarse em la historia natural, el patrimonio humano y cultural, las artes y las instituciones de otros países o regiones" (ALFONSO, 2003, p. 104).

De acordo com Lima Filho (2006, p. 21), o que instiga a "interação entre o espectador e os objetos, as coleções, e patrimônios" são os valores históricos, simbólicos e estéticos que esses bens abarcam. Desta forma, a "ressonância" (GONÇALVES, 2005) estabelecida entre os turistas, os bens e manifestações culturais e os diversos agentes responsáveis por gerir e (re)atualizar os patrimônios e objetos patrimonializados têm contribuído para a construção sócio-identitária daqueles que se aproximam, conhecem e dialogam com esses elementos, a partir da prática turística.

Faria (2006, p. 67), realizando uma reflexão paralela a esta dinâmica, destaca que

> várias são as motivações que levam pessoas a visitarem outras localidades enquanto turistas, e dentro desta abordagem o turista pode ser motivado a buscar tanto atrativos naturais como culturais. Este último se refere ao desejo de ver e conhecer outras culturas, modo de vida de povos de outros países, sua arte e folclore. Portanto, baseado nesses elementos, diversas são as oportunidades para se desenvolver esta atividade.

É importante destacar que, nas últimas décadas, o turismo cultural tem sido considerado um dos principais fenômenos responsáveis pelo desenvolvimento econômico das cidades patrimoniais, além de contribuir para a preservação e conservação dos bens e espaços patrimonializados localizados no interior delas (ARANTES, 2006; COSTA, 2009; COSTA, 2010; GONÇALVES, 2007). Inclusive, em alguns casos, nota-se que estratégias políticas são (re)elaboradas pelos agentes do patrimônio, que acabam "idealizando" e introduzindo histórias e fatos fictícios sobre os bens e espaços patrimonializados. Essas histórias e fatos são

justamente para impressionar o olhar do turista e fazer enaltecer a "autenticidade histórica" do local (HERZFELD, 2003; JEUDY, 2005; LOWENTHAL, 1998).

Lowenthal (1998), analisando esta perspectiva, destacou que os patrimônios agregam "histórias selecionadas", que são prestigiadas, (re)atualizadas e discursadas por determinados grupos sociais. Em muitos casos, eles acionam e configuram uma "montanha de histórias falsas" cujo intuito é fazer persistir, dar continuidade às "vivências" dos bens e espaços culturais patrimonializados. O tempo presente, segundo o autor, está reanimando o adormecido, escavando o sepultado, revivendo o passado, às vezes de maneiras modificadas, para atender as necessidades de específicos grupos sociais. Isto se deve ao retorno econômico que esses elementos remotos têm oferecido, por meio do mercado turístico.

Na Cidade de Goiás, os planejamentos direcionados para as práticas turísticas têm sido introduzidos nas pautas políticas desde a década de 1930 (TAMASO, 2007a, p. 126-127), poucos anos antes da criação do IPHAN, em 1937. O que eram apenas rumores veio a se concretizar a partir da década de 1950, com as primeiras intervenções políticas patrimoniais. A partir de então, o turismo fora se intensificando cada vez mais após os outros processos de patrimonialização, em 1978 e 2001. Dentre as instituições governamentais e não-governamentais que estiveram à frente destas práticas e ações, destaque para: a UNESCO, o IPHAN, a OVAT, a Associação Casa de Cora Coralina, o Museu de Arte Sacra, o Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da Cidade de Goiás, o Conselho das Obras Sociais da Diocese, o grupo que criou o Movimento Pró-Cidade de Goiás e, por fim, alguns agentes do patrimônio: o grupo de "mulheres solteiras"[39] – Antolinda, Goiandira, Marlene e Brasilete. Estas agências e agentes estiveram diretamente envolvidos com as operações voltadas para as práticas patrimoniais e turísticas na Cidade de Goiás, como destacado por Delgado (2005) e Tamaso (2007a).

Na década de 1930, foram realizados os primeiros debates sobre a consagração da Cidade de Goiás como *cidade histórica*, *monumento histórico* ou *patrimônio*, juntamente às discussões sobre a mudança da capital do Estado de Goiás: da Cidade de Goiás para Goiânia (TAMASO, 2007a, p. 119). Ao final da década de 1940, as categorias *história* e *turismo* já se destacavam, sobretudo, entre os discursos de personagens políticos e sociais elitistas da cidade, que as viam como "vigas mestras do reerguimento econômico de Goiás" (TAMASO,

[39] Segundo Tamaso (2007a, p. 231), "mesmo a partir da presença do IPHAN na cidade, muitas ações de preservação não se pautaram nas políticas públicas previstas pelo IPHAN. As mulheres solteiras foram agentes no processo de preservação do sistema patrimonial de Goiás, apesar das instituições públicas". Para mais detalhes sobre as atuações das mulheres solteiras nos processos de patrimonialização na Cidade de Goiás, ver Tamaso (2007a).

2007a, p. 127), pois, após perder a capital pra Goiânia, sofreu uma baixa na estrutura econômica local.

Enquanto o governador Pedro Ludovico Teixeira preconizava a modernização e progresso do Estado de Goiás, através da construção de Goiânia (CHAUL, 1997), esses referidos grupos de políticos, que estrategicamente já discutiam os conceitos de patrimônio e turismo na Cidade de Goiás, notaram que a preservação, conservação e (re)valorização de alguns monumentos públicos e religiosos, condizentes com os primeiros processos de colonização da cidade, poderiam contribuir de certa forma para o desenvolvimento econômico. No entanto, como ressaltado, este pensamento somente foi concretizado a partir da década de 1950, com o primeiro processo de patrimonialização.

Portanto, o turismo na Cidade de Goiás, em primeiro instante, fora pensado enquanto fonte de desenvolvimento econômico. Após o primeiro processo de patrimonialização, o pensamento foi se concretizando, onde alguns bens da cidade passaram a ser estética e historicamente *enobrecidos*, cujo intuito principal era "espetacularizar" histórica e esteticamente esses bens e espaços localizados dentro do *centro histórico*, para que atraíssem turistas para a cidade. Contudo, a partir da década de 1960, o fluxo turístico na Cidade de Goiás foi se intensificando a cada dia devido os seguintes processos operacionalizados sobre o espaço urbano: a (re)configuração da manifestação cultural-religiosa, a Procissão do Fogaréu (1967); a configuração do *centro histórico*, no segundo processo de patrimonialização (1978); a valorização e monumentalização da memória da doceira e poetisa Cora Coralina (a partir da década de 1970), inclusive da transfiguração de sua casa para Museu da Casa de Cora Coralina (1978); a implantação do evento Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA) (1999); e o título de Patrimônio Mundial, recebido em 2001. Estes foram e continuam sendo os principais fatores e eventos turísticos na Cidade de Goiás, pois, a cada ano eles são (re)atualizados pelos agentes do patrimônio e pelos moradores.

Como exemplo desta (re)atualização, destaco a Procissão do Fogaréu, que é uma manifestação realizada durante a Semana Santa e atrai vários grupos de turistas para a cidade, seja aqueles que compartilham, simbolicamente, da prática religiosa cristã, cuja representação enfatiza o encontro e captura de Jesus Cristo pelos soldados romanos, ou aqueles que vão apenas para observar, fotografar e visualizar o evento. A manifestação havia sido extinta desde o início do século XX (FARIA, 2006), no entanto, ela foi (re)elaborada e (re)introduzida no cenário social, cultural e turístico da cidade.

A Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), na década de 1960, (re)introduziu a manifestação para a realidade social e cultural da cidade, justamente com o objetivo de fazer aumentar seu poderio econômico, como destacado nas pesquisas realizadas por Carneiro (2005) e Delgado (2005). Ainda nesta mesma direção, Tamaso (2007a, p. 627) aborda em sua etnografia narrativas de dois agentes do patrimônio na Cidade de Goiás que ressalta a finalidade da (re)introdução e (re)atualização da Procissão do Fogaréu na cidade, que passaria a viver *"do passado: então, nós partimos pra isso, pra esse ponto: explorar o passado. Goiás tem que viver do passado. Ai começamos a valorizar as coisas"*[40]; *"era uma festa nossa que já existia, porém não existia com... com esse intuito de hoje, com esse refinamento de hoje, tinha todas as procissões, tal, tal... aí eu falei 'então está fácil, nós podemos pegar isso aí e movimentar"*[41]. Desde então, sua reprodução não foi interrompida no contexto social, econômico e religioso da Cidade de Goiás.

Ainda sobre a Procissão do Fogaréu, Carneiro (2005, p. 66-67) ressalta que ela

> pode ser considerada ainda como um "evento" em que a cada novo acontecer das coisas já existentes, muda-se a forma e também significado do evento [...] Transforma-se, dessa forma, o significado de cada monumento à reordenação da utilização dos espaços dentro da cidade histórica, tornando-a um espaço globalizado, recebendo **turistas** de diversas partes do mundo. O evento tem um valor simbólico para Goiás, é uma tradição (re) inventada [...] Nota-se que há um desenvolvimento com ritmo particular, sustentado pelos interesses turísticos e econômicos, mas também pelo incentivo da OVAT. [**Grifos meu**]

Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás – Celebração religiosa e um dos principais eventos turístico.
Fotos: Marcelo I. de Oliveira

[40] Narrativa de Goiandira Aires em entrevista concedida à Tamaso em janeiro de 2002 (TAMASO, 2007a, p. 627).
[41] Narrativa de Élder Passos em entrevista concedida à Tamaso em 2002 (TAMASO, 2007a, p. 627).

No dia em que ocorre a Procissão do Fogaréu (quarta-feira da Semana Santa) a cidade tem seu cenário social modificado a cada instante do dia. No ano em que esta pesquisa estava em andamento, em 2013, ela aconteceu no dia 27 de março. Enquanto estive na cidade, pude observar como os agentes públicos, os moradores, comerciantes e voluntários desta manifestação se empenham e organizam para que sua reprodução aconteça.

Ao início do entardecer, a partir das 17 horas, os turistas começam a chegar à cidade. Com isso, alguns deles se dirigem para as igrejas, onde participam das celebrações religiosas; outros se deslocam para os bares, lanchonetes e a sorveteria, ou seja, comércios concentrados na Praça do Coreto e Rua Moretti Foggia, aguardando o início da Procissão. O fluxo de turistas somente se intensificou com o passar das horas. A cada hora que o relógio se aproximava da meia-noite, horário de início da Procissão, a Praça do Coreto foi sendo "tomada" por espectadores "de fora" e também "de dentro", ou seja, pelos turistas e pelos próprios moradores.

Não posso esquecer-me de destacar aqui o "Fogareuzinho", evento que há mais de 10 anos passou a fazer parte do calendário de eventos da cidade. Ele é realizado por uma escola localizada no *centro histórico*, Escola Alfinim, onde os alunos de cinco, seis, sete até 12 anos, aproximadamente, se vestem de "farricocos"[42] e reproduzem encenações e performances parecidas com as que são realizadas na Procissão do Fogaréu, só que de uma forma mais descontraída; e os itinerários percorridos, também, não são os mesmos. O Fogareuzinho acontece no mesmo dia da Procissão do Fogaréu, no entanto, seu início acontece horas antes do evento principal do dia, ele acontece às 17 horas.

Quando os ponteiros do relógio estão quase apontando para as 23 horas, nota-se uma concentração muito grande de turistas, fotógrafos e da própria população local em frente à Igreja da Boa Morte (ponto de partida da Procissão) e na Praça do Coreto (lugar de passagem da Procissão). A concentração de turistas se torna tão intensa próxima à igrejaque quase não conseguia deslocar-me por entre a multidão desses grupos sociais.

Vale ponderar que uma área do *centro histórico* da cidade é toda (re)planejada e (re)configurada para a reprodução da manifestação: cavaletes de madeira são fixados sobre as ruas e pontes por onde irão percorrer o itinerário da procissão, para que não haja interferências de veículos nesses espaços; os comércios localizados próximos à Praça do

[42] "Farricoco" é o personagem protagonista da Procissão do Fogaréu, cuja vestimenta é tipicamente utilizada na manifestação. Carneiro (2005, p. 76-77) destaca que "as vestimentas dos farricocos são espécie de túnicas de diversas cores, com apenas uma branca, com faixas largas de cor bege na cintura, capuzes em forma de cone com babado até os ombros da mesma cor da túnica [...] Os farricocos representam os soldados romanos perseguidores de Cristo".

Coreto e na Rua Moretti Foggia, que em dias cotidianos estariam fechados horas antes, continuavam abertos e com fluxos de turistas entre eles.

Assim, faltando poucos minutos para 24h00 horas, do início do "espetáculo", funcionários da CELG (Sistema de Energia Elétrica do Estado de Goiás) começaram a apagar os lampiões do palco da encenação, ou seja, dos lampiões localizados nos espaços do itinerário percorrido pelos atores da Procissão.

Quando todas as luzes dos lampiões se apagaram, poucos minutos após a meia-noite, os espaços urbanos passaram a ser iluminados apenas pelo clarão da lua e pelos *flashs* das máquinas fotográficas, enquanto isto, os espectadores, fotógrafos e moradores conversavam entre si. Logo se ouviu um som de bateria ao fundo e, então, os mais de 40 farricocos se dirigiram e postaram em frente à Igreja da Boa Morte. Um cordão humano foi feito pelos voluntários da manifestação, especialmente por moradores[43], eles seguravam nos braços uns dos outros, em formato de cruz, fazendo isolar o contato entre os espectadores com os farricocos. A partir de então, a iluminação passou a ser preenchida, também, pelas luzes dos fogos das tochas punhadas pelos farricocos, e pelas tochas que foram espalhadas e carregadas pelos espectadores.

Quando a Procissão se iniciou, foi quase impossível caminhar junto/próximo aos farricocos, devido à multidão de pessoas que se aglomeravam nos extremos das ruas do itinerário da Procissão. A aproximação se tornou ainda mais difícil com os passos largos que eram reproduzidos pelos farricocos. Cercado de espectadores, fotógrafos e jornalistas, eles percorreram pela Rua Moretti Foggia, passaram pela Ponte do Museu da Casa de Cora Coralina, pela Rua Dom Cândido e promoveram uma parada no Largo do Rosário, onde foi realizada uma encenação condizente com a última ceia promovida por Jesus Cristo. Como relatado na história cristã, Jesus Cristo não fora encontrado na ceia. Sendo assim, os farricocos saíram novamente "à procura de Jesus Cristo", percorrendo pela Rua Eugênio Jardim, Rua do Carmo, passaram pela Ponte do Carmo, percorreram a Avenida Dom Prudêncio (Beira Rio) até chegarem ao Largo (Igreja) do São Francisco, onde está localizada a Igreja São Francisco. Neste momento e espaço, os farricocos subiram a escadaria da Igreja São Francisco e fizeram uma encenação do momento em que os soldados romanos encontraram Jesus Cristo. Ao silêncio e choros dos espectadores, o som de um clarim preencheu a sonorização do lugar e um estandarte com a imagem de Jesus Cristo foi aos

[43] Os membros são selecionados pela OVAT.

poucos sendo levantado por um farricoco. Logo após isso, o Bispo iniciou uma palestra e oração de curta duração.

Após as palavras e oração do Bispo, os farricocos seguiram novamente até a Igreja da Boa Morte, onde foi dada como finalizada a Procissão, aproximadamente às 2 horas da madrugada. Com o fim da Procissão, vários turistas se dirigiram aos seus carros e seguiram viagem de retorno para suas casas, outros se fixaram em casas de parentes, casas alugadas, hotéis e pousadas na cidade, deixaram para retornar no dia posterior, ou resolveram ficar até o restante da semana, para as demais celebrações que foram realizadas ao longo da semana. Aqueles comércios que estavam abertos até o início da Procissão se fecharam, onde apenas alguns bares e lanchonetes ainda continuavam funcionando.

A partir desta prática sociocultural, que foi (re)introduzida e está sendo reproduzida anualmente, desde a década de 1960, no *centro histórico* da Cidade de Goiás, pode-se notar o

quanto as memórias e os símbolos que determinadas manifestações culturais agregam podem fazer alimentar a indústria do turismo (CARNEIRO, 2004; LOWENTHAL, 1998).

Delgado (2005), com base no conceito de "invenção das tradições"[44], cunhado por Hobsbawm (1997), abordou que as práticas e estratégias executadas na Procissão do Fogaréu foram (re)inventadas pelos agentes do patrimônio e turismo local. Segundo ela,

> determinados agentes controlam os lugares da memória e, por meio de diferentes estratégias, produzem determinada interpretação do passado a partir da imposição dos signos que pretensamente representam a memória coletiva [...] A cidade de Goiás, incorporada ao campo do patrimônio pelo Iphan, é investida de significados por esse processo de "invenção de uma tradição", que objetiva a construção da "identidade vilaboense". Para produzir o patrimônio imaterial, atribuem-se conteúdos simbólicos a determinadas práticas culturais, sacralizando-as como genuínas e autênticas por testemunharem a "identidade" regional cuja origem configura-se na cidade ancestral, onde se deu o início da formação intelectual do povo goiano (DELGADO, 2005, pp. 121 – 124).

Assim, Delgado (2005, p. 124) retrata a Procissão do Fogaréu como sendo, então, uma das "invenções" e "manifestação cultural que constitui o patrimônio intangível" da Cidade de Goiás. No entanto, Tamaso (2007a, p. 297) apresenta uma crítica com relação à categoria "patrimônio intangível", inferida pela historiadora, de modo que

> não se pode interpretar as ações da OVAT [Procissão do Fogaréu], iniciadas em 1965, como deliberadamente visando a produção do 'patrimônio imaterial', uma vez que tal categoria era inexistente no período das mais significativas práticas empreendidas pela OVAT.

Com isso, a antropóloga entende que a OVAT pode ser representada "como uma agência que, visando à preservação das tradições, acabou por legar os bens que hoje são e/ou serão reconhecidos como 'patrimônio imaterial'" (TAMASO, 2007a, p. 297).

Pelo que pude observar, a Procissão do Fogaréu é uma das expressões culturais que representam o patrimônio imaterial na Cidade de Goiás, que está agregada valorização política e estética por parte dos agentes do patrimônio e turismo, como também ocorre com a imagem da poetisa Cora Coralina (DELGADO, 2005).

Entremeio aos monumentos arquitetônicos de configuração colonial da Cidade de Goiás, Cora Coralina foi e continua sendo alvo de uma valorização histórica/biográfica

[44] Vale destacar que esta categoria, "invenção da tradição", foi criticada pelo sociólogo Giddens (2002). Para ele, na modernidade a tradição tende a se fragilizar devido as variadas possibilidades de práticas e ações sociais passiveis de serem estabelecidas no mundo moderno. Sendo assim, o autor afirma que "quanto mais a tradição perde terreno, e quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana em termos da interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos vêem-se forçados a negociar opções por estilos de vida em meio a uma série de possibilidades" (GIDDENS, 2002, p. 5).

planejada e promovida pelo grupo de agentes do patrimônio e turismo local, que, inclusive, teve sua residência transformada em museu, em 1989, pela Associação Casa de Cora Coralina (formada logo após a morte de Cora Coralina, em 1985, por um grupo de moradores da Cidade de Goiás), cujo intuito estava, então, em promover uma "imagem marca" (JEUDY, 2005) da Cidade de Goiás, como também fora realizado com a Procissão do Fogaréu.

Atualmente, vejo que os objetivos das estratégias (re)planejadas pelos agentes do patrimônio deram resultado. Mais do que o conjunto arquitetônico patrimonializado, protegido e legitimado pelas autoridades públicas locais, a memória de Cora Coralina contribui ativamente para o turismo da Cidade de Goiás. É uma das principais atrações que faz alimentar o mercado turístico da cidade. Como ressaltado pela maioria dos turistas: "viemos para conhecer a cidade de Cora Coralina". Segundo uma vilaboense do Setor Portal da Serra, *bairro periférico*, e comerciante na Rua Moretti Foggia: "e*les vêm* [os turistas], *a primeira coisa que eles fazem é ir na Casa da Cora. Se não vir na Casa da Cora, não vêm na cidade. Casa da Cora é o principal*"[45].

Cabe destacar que a Cidade de Goiás é visitada por vários grupos de turistas, dentre eles encontram-se aqueles interessados pelas memórias e patrimônios culturais da cidade, bem como os "*turistas baderneiros*" ou "*farofeiros*", como salientam alguns vilaboenses e também Poletto (2003)[46]. Estes últimos grupos são sustentáculos da categoria "*turismo de massa*", que, segundo Barreto (2003), Costa (2009) e Urry (2001), se caracterizam por turistas que realizam viagens de curta permanência e em épocas de temporadas ou de realização de "macro-eventos"[47]. Eles realizam poucos consumos no local e, consequentemente, contribuem pouco para o desenvolvimento econômico da cidade, além de provocar danos aos bens socioculturais locais: poluições (sonoras, visuais e de lixos jogados nas ruas), depredações dos elementos urbanos, ou seja, eles colocam em risco a integridade dos bens históricos e culturais da cidade (ABREU, 2007).

---

[45] Entrevista com Arminda, 59 anos, administradora de comércio na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

[46] Após analisar e interpretar as narrativas dos interlocutores, a antropóloga destacou o perfil dos turistas que frequentam a cidade. "Quando se referem ao turista, os moradores identificam duas categorias, o saber, o 'turista cultural' e o 'turista farofeiro' ou apenas 'farofeiro'" (POLETTO, 2003, p. 53). "O 'turista cultural' é apresentado na cidade como querido e, inclusive, desejado pelos moradores [...] Eles são apresentados como pessoas interessadas em conhecer as particularidades locais e se inteirarem das teias de significados locais para compartilhá-las" (POLETTO, 2003, p. 54). "O 'turista farofeiro' é quem traz a '*baderna, confusão, bebedeiras, barulho, som alto*'. São citados como grupos formados, em sua maioria, por jovens que buscam festejar em vez de conhecer o patrimônio histórico, cultural e artístico local" (POLETTO, 2003, p. 55-56). Além desses, notei que alguns moradores caracterizam os turistas de acordo com os eventos que ocorrem na cidade: turistas religiosos e idosos (Semana Santa), turistas culturais (FICA) e turista baderneiro, "farofeiro", de massa (últimos dias do FICA e Carnaval).

[47] Eventos com várias atratividades culturais que absorvem grandes concentrações turísticas.

No entanto, não pretendendo generalizar os grupos de turistas que frequentam a Cidade de Goiás, além de se observar os “farofeiros” (POLETTO, 2003), encontra-se aqueles que visitam a cidade com propósitos de conhecer, experienciar e compartilhar as memórias e fatos que estão por detrás das arquiteturas e monumentos patrimonializados.

Para Urry (2001) os “olhares” e propósitos dos turistas aos seus destinos de viagens são variáveis e dinâmicos, ou seja, as impressões que eles obtêm sobre os lugares se alteram de região para região. Sendo assim, a partir desta perspectiva, ressalta-se que “o homem que conhece outros lugares, quando volta, tem uma leitura diferenciada do seu próprio lugar. Seus olhos, seu ser, estão modificados” (CARVALHO, 2002, p. 101). Portanto, as viagens realizadas pelos turistas abordam e incrementam outros fatores e valores que não àqueles direcionados somente ao lazer e entretenimento, mas contribuem para suas próprias trajetórias identitárias.

Alfonso (2003), analisando o fenômeno do turismo nas cidades patrimoniais, destacou que, após a década de 1980, houve um *boom* turístico relacionado a esta temática cultural. Os turistas passaram a conhecer e interessar por “ciertos elementos tangibles, como pueden ser la arquitectura monumental e tradicional, la producción artesanal o la gastronomía que, de alguna manera, se vinculan al viaje turístico” (ALFONSO, 2003, p. 98).

Quando os turistas visitam os bens e espaços patrimonializados, logo eles estão, sobretudo, experienciando, interagindo e conhecendo outros elementos e aspectos socioculturais, que são (re)atualizados e (re)produzidos pelos atores e grupos sociais locais. Nesta perspectiva, Lowenthal (1998) e Tamaso (2006), analisando os propósitos e relações proporcionadas pelos patrimônios culturais, observaram que, além de oxigenar as práticas econômicas, os bens e espaços patrimonializados provoca uma ligação entre várias gerações de indivíduos e os vínculos entre variados atores e grupos sociais que desfrutam e valorizam significativamente alguns símbolos e memórias que estão ancoradas sobre eles.

Como abordado por Burns (2002), o turismo cultural instiga e proporciona a conexão entre diversos grupos sociais e os elementos culturais patrimonializados, ele não é, portanto, um fenômeno meramente econômico. Esta visão é também compartilhada por Alfonso (2003), Costa (2009) e Pérez (2009), onde destacam que as práticas do turismo cultural têm se fundamentado, também, por meio da interatividade dos turistas com os moradores e comerciantes locais, bem como com os bens culturais e patrimonializados. Desta forma, entende-se que as interações e trocas socioculturais obtidas pelo turismo cultural ocorrem de várias formas devido às proximidades e relações estabelecidas entre os grupos distintos e

distantes (turistas) com os aspectos culturais compartilhados pelos atores e grupos locais que recebem estes "forasteiros".

Por outro lado, como destaca Jeudy (2005), para que uma cidade patrimonial obtenha bons retornos econômicos por meio do mercado turístico é preciso que haja, sobretudo, uma interatividade, reconhecimento identitário e valorização simbólica por parte dos moradores locais com relação aos espaços, elementos e manifestações patrimonializadas. É necessário que esses bens e espaços estejam "vivos" e sejam (re)atualizados no cenário social-urbano da cidade. Portanto, vale destaca a "ressonância" (GONÇALVES, 2005) que deve ser estabelecida entre moradores locais e os bens patrimonializados. Do mesmo modo, Rabelo (2006, p. 21) ressalta que estas trocas e relações são de suma importância para a "competitividade dos destinos turísticos".

Para Leite (2005, p. 79) os

> lugares com características culturais atenuadas seriam mais propícios às práticas extensivas de consumo, na medida em que a ausência de fortes características tradicionais possibilitaria um fluxo mais eficaz de componentes globais da cultura. Contudo, lugares muito desenraizados de suas inscrições culturais locais são igualmente pouco consumíveis, posto que a tradição também é um componente cambiável nas interações sociais contemporâneas, mediadas como são pelas práticas de consumo.

Apesar de os interlocutores (moradores das *áreas periféricas*) destacarem que houve uma decrescente movimentação turística na Cidade de Goiás após o título de Patrimônio Mundial, ressalto que os bens culturais patrimonializados, sejam materializados ou imaterializados, bem como as memórias de alguns personagens são fatores significativos para a alimentação e oxigenação da economia da Cidade de Goiás[48] (TEIXEIRA, 2011). Embora os eventos turísticos aconteçam somente em prévias datas, esses bens e memórias estão ancorados, *in loco*, expostos cotidianamente para os olhares e interações dos turistas. Assim, as contribuições e valores socioculturais empregados nesses bens estão caminhando conjuntamente com a lógica do mercado turístico. A Semana Santa, por exemplo, organizada e executada no *centro histórico* da Cidade de Goiás, faz com que vários cristãos caminhem até a cidade por conta da fé religiosa, ou seja, a partir das valorizações e representações simbólicas que eles depositam sobre esta celebração.

Contudo, a preservação e continuação dos bens tangíveis e intangíveis na paisagem social, cultural, política e econômica do *centro histórico* da Cidade de Goiás se deve, então:

[48] Indico, para pesquisas futuras, o levantamento de dados quantitativos referentes aos turistas: antes e após o título de Patrimônio Mundial.

(1) à "ressonância" (GONÇALVES, 2005) estabelecida entre os moradores com os bens e espaços patrimonializados; (2) às ações legitimadas, planejadas e executadas por agências/agentes das esferas públicas; e, além destes, destaca-se também (3) a importância e influência do mercado turístico, que economicamente fomenta e contribui para a manutenção e conservação desses bens, além de cooperar com a geração de empregos para os moradores (DELGADO, 2005; FARIA, 2006; TAMASO, 2007a).

## 2.2. O "Pedacinho" Enobrecido

A outorga do título de Patrimônio Mundial, em 2001, fez com que processos de "requalificação" ou "revitalização" fossem operacionalizados em alguns setores do *centro histórico* da Cidade de Goiás. Com isso, além de provocar uma inflação dos valores instituídos e depositados sobre os casarios localizados no *centro histórico*, o título provocou também uma valorização estética e urbanística de determinados bens e espaços patrimonializados. Neste caso, pode-se destacar as alterações que foram executadas sobre a estrutura física e paisagística da Praça do Coreto: as pinturas das fachadas de alguns monumentos e casarios; a "revitalização" da Praça do Coreto; a transformação da iluminação de algumas ruas e praças, cujos postes de cimento foram transformados em lampiões; a implantação de redes de água, esgoto e telefone no *centro histórico* da cidade (TAMASO, 2006a, 2007a).

Estas intervenções espaciais, sobre os bens e espaços patrimonializados, visaram, sobretudo, a preservação e enobrecimento das fachadas dos casarios, praças, ruas, fachadas dos casarios e pontes, para o consumo "mercadológico". Sobre este tipo de consumo, refiro-me, com base em Gonçalves (2007, p. 242), ao "mercado de bens inalienáveis"[49]:

> neste, compram-se não os objetos (que devem permanecer, em tese, "inalienáveis"), mas "experiências" por intermédio de imagens sensíveis do passado histórico, das culturas populares, das culturas regionais, dos primitivos, das culturas nativas, das civilizações tradicionais etc.

[49] De acordo com Gonçalves (2007, pp. 27-28), "bens inalienáveis" se referem aos bens que "em princípio não podem ser nem vendidos, nem doados, mas integram os sistemas de trocas recíprocas para que paradoxalmente possam ser mantidos e guardados sob controle de determinados grupos", como o *Kula*, nos Trobriandeses (MALINOWSKI, 1976) e o *Potlatch*, da Costa Noroeste do continente norte-americano. Dessa forma, ele transpõe essa definição para os "patrimônios culturais", onde a lógica empregada é a de que não pode vendê-los, nem comercializá-los, pois possui uma integridade sociocultural nos espaços que estão inseridos.

Mesmo compreendendo que os moradores se sociabilizam e reproduzem, cotidiana e extraordinariamente, práticas socioculturais nestes espaços, ou seja, mesmo eles estando inseridos e em "ressonância" (GONÇALVES, 2005) com a paisagem patrimonial enobrecida, devo destacar que as intervenções empreendidas sobre alguns setores localizados dentro do *centro histórico* da Cidade de Goiás provocaram e instituíram novos usos sociais, políticos e econômicos sobre os mesmos.

A meu ver, esta mudança é um reflexo da política capitalista globalizada que foi implantada não somente na Cidade de Goiás, mas em demais cidades patrimoniais do Brasil, pois, fazendo uma correlação desta perspectiva com Barbosa (2001), em alguns casos, as cidades patrimonializadas têm se preocupado mais com o mercado turístico do que realmente com a preservação cultural histórica dos bens e espaços.

Segundo Costa (2009), Gonçalves (2007) e Leite (2007) o turismo no Brasil teve um *boom* após a década de 1990. Assim, com a intensificação deste fenômeno, a partir dos patrimônios, vários comércios passaram a ser instalados nas cidades patrimonializadas, como, por exemplo, bares, restaurantes, hotéis, pousadas, lanchonetes, museus, lojas de artesanatos etc.

Após o título de Patrimônio Mundial e a enchente devastadora que aconteceu poucos meses após o recebimento deste título na Cidade de Goiás[50], alguns bens e espaços patrimonializados, principalmente os casarios, foram reconstruídos e transformados em comércios e demais estabelecimentos privativos para atender e fazer operar o mercado turístico na cidade. Algumas lojas de artesanatos localizadas nas ruas Moretti Foggia e Dom Cândido eram, até décadas atrás, socialmente usadas como moradias pelos vilaboenses *filhos de Goiás* e, após o título, os herdeiros e proprietários dos casarios migraram da cidade para outras regiões, passando a alugar os imóveis para outros moradores, especialmente das *áreas periféricas*, que, então, modificaram os usos destes espaços, transformando-os em comércios.

> *Funcionou residência muitos anos, ai,* [posteriormente] *aqui era um restaurante. Há uns anos atrás me disseram que era restaurante aqui. Ai... já tem um tempo que alugou para artesanato, alguma coisa... Pra "Casa de Doce" tem três anos*[51].

[50] Sobre a enchente, ver: TAMASO, 2007a.
[51] Entrevista com Aparecida, 44 anos, administradora de comércio na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 26/03/2013.

Como observado em Gonçalves (2007, p. 244), com o turismo, vários comércios passaram a transformar a paisagem urbana das cidades patrimoniais. Sendo assim, como sintetiza o antropólogo,

> há uma extensa rede de mercado intimamente associada aos discursos do patrimônio: companhias de transporte, redes de hotéis e de restaurantes, visitações turísticas, festivais, comércio de *souvenirs* (postais, reproduções, fotografias, filmes, objetos), edição e circulação de jornais, revistas, livros. É preciso dirigir nosso olhar na direção dessa complexa rede de agentes e de instituições mediadores do patrimônio que usualmente é excluída do nosso campo visual, como se elas fossem apenas o seu suporte supostamente neutro.

Portanto, a interferência do mercado globalizado intensificou o *boom* de comércios e demais valorizações infra-estruturais nas cidades patrimoniais. Já virou processo rotineiro essas cidades terem seus cenários sociais, culturais, estéticos, econômicos e políticos transformados por conta do fenômeno turismo (ABREU, 2007; BURNS, 2002; COSTA, 2009; COSTA, 2010; LEITE, 2007; PORTUGUEZ, 2004; SIMÃO, 2001).

A subversão dos usos e alterações de determinados segmentos urbanos para o consumo turístico, como operado na Cidade de Goiás após os processos de patrimonialização, é reflexo do processo de *gentrification* (SMITH, 2006; LEITE, 2006, 2007), que se resume nas estratégias de "intervenções urbanas voltadas ao *city marketing* ou à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural" (LEITE, 2006, p. 24). Com isso,

> a cidade agora não se organiza mais em função de objetivos sociais [...] mas se orienta para a criação de espaços atrativos que proporcionem experiência urbana baseada no consumo [...] estruturas urbanas de significado histórico são "revitalizadas" e transformadas em centros de consumo e lazer – [...] as operações de revitalização de ruas e trechos de cidades são alguns episódios da transformação da cidade em um grande parque de evasão e consumo. (FONSECA, 2005, p. 385 - 387).

Na visão de Smith (2006), as cidades são estrategicamente (re)planejadas a partir de diversas dimensões políticas, econômicas, geográficas e sociais. Em todas elas se percebe as alterações nas relações sociais-urbanas, no modo como elas são usadas e processadas, nas condutas políticas e econômicas. Estas práticas e alterações se referem àquilo que ele chama de "*gentrification*".

Em outras palavras, Tamaso (2006b, p.4) abordou e caracterizou este processo a partir dos

> empreendimentos econômicos em espaços selecionados da cidade, transformando-os em setores de investimentos privados e públicos [...] São tão valorizadas as construções localizadas nesses espaços, que sofrem um aumento significativo em seu valor imobiliário. As populações nativas desocupam suas casas, ruas e bairros, reocupados por outras pessoas, que obviamente imprimem a eles, outros valores simbólicos e de usos.

Compartilhando do pensamento de Costa (2010, p.44), de que "as novas funções criadas pelo turismo, de uma forma ou de outra, vão transformar os objetos, revalorizar as paisagens e redimensionar o cotidiano do lugar", creio que as cidades têm seus cenários estrategicamente transformados para atender as demandas e necessidades desenvolvidas pelo mercado turístico, ou seja, para o lazer e "consumo cultural" ou "consumo visual" (CANCLINI, 1997; LEITE, 2005, 2007; PEIXOTO, 2003; TAMASO, 2007a; ZUKIN, 2000a). Portanto, se preserva para ser consumido (RODRIGUES, 2005).

Ao dizer que os cenários são, estrategicamente, transformados, me refiro às diretrizes políticas e econômicas que são planejadas e executadas por determinados grupos e agentes do patrimônio e turismo, cujo intuito se restringe no enobrecimento histórico, simbólico e estético de alguns remanescentes das culturas locais. Isto provoca um distanciamento ou até mesmo a "expropriação" de alguns valores segmentados pelos moradores sobre determinados bens e espaços que foram legitimados. Então, além de afetar os comportamentos, usos e práticas socioespaciais, a distanciamento social com relação aos patrimônios é também um dos reflexos do processo de *gentrification*.

Destaco que o distanciamento social dos moradores para com os patrimônios do *centro histórico* da Cidade de Goiás não se refere ao todo polígono patrimonial da Cidade de Goiás, mas aos setores onde a "requalificação", "estetização", "enobrecimento" e "ultravalorização" mercadológica incidiram e continuam imperando de forma mais excessiva, ou seja, onde os processos de *gentrification* operaram de forma mais aguda e abrupta (ARANTES, 2006; LEITE, 2007; COSTA, 2010).

Uma das lógicas empreendidas pelo processo de *gentrification* pode ser exemplificada a partir das ações executadas em alguns eventos realizados na Cidade de Goiás, mais precisamente durante os macro-eventos: Carnaval, FICA e Semana Santa. Muitos vendedores ambulantes, especialmente os "*hippies*" e barraqueiros, quando preparavam a montagem de suas barracas e equipamentos para comercialização na Praça do Coreto, espaço patrimonializado que agrega concentrações de turísticas, rapidamente surgiram alguns fiscais e policiais que os retiraram deste espaço e os transferiram para os pontos determinados pelas agências/agentes públicos. Como verbalizado por alguns desses vendedores e "*hippies*", os

policiais e fiscais alegavam que as instalações de barracas na Praça do Coreto poderiam "atrapalhar a movimentação dos turistas".

A "limpeza social", como destaca Leite (2007), é, também, outra característica do processo de *gentrification*. A partir disto, realiza-se uma expropriação e restringe os usos praticados por alguns atores sociais nos espaços para que sejam apropriados por outros grupos e para outros usos.

Ao questionar uma vilaboense, que antes morava no *centro histórico* e há poucos meses foi habitar na Vila Santa Izabel (*bairro periférico*), sobre tal ato, ela destacou que

> *já tinha sido discutida esta questão de proibir barracas de comida contornando a praça, que antes podia, naquela parte de baixo ficava cheia de barraquinhas [...] tirou esses barraqueiros, essa associação de barraqueiros e deixou nessa rua aqui* [Rua Quintino Bocaiúna] *[...] Você já ouviu as histórias dos hippies? Que tirou os hippies da Praça, e veio com o caminhão... no FICA de dois, três anos atrás...*[52]

No mesmo sentido, uma interlocutora narra que foram expropriados do local onde instalaram a barraca ambulante durante um macro evento:

> *Teve um ano, antes do mandato dessa... da Selma, a... como que é o nome dela gente... eu esqueci o nome dela agora, ela chegou.... todo mundo com as caixas lá, né?! e mandou tirar nós de lá. Nós já estávamos tudo com os 'trem' montado. Ai eles vinham, chegaram em mim e no meu marido: 'e ai, que o vai fazer?' Nós não vamos sair, porque nós já estávamos com a barraca cheia de bebida, como que ia tirar? Então, não, nós não vamos sair não. Ai, no outro dia, já teve que passar pra lá, pro outro lugar. Ai continuou. E viu que não dá, só dá prejuízo*

Além destes, outro caso paradigmático de "limpeza social" foi também narrado por moradores das *áreas periféricas* e comerciantes na Praça do Coreto e Rua Moretti Foggia. Refere-se ao "caso do pipoqueiro", que se desloca todos os dias do setor Jardim Vila Boa (*bairro periférico*), à tarde, para a Praça do Coreto (espaço patrimonializado e turistificado). Ali, ele se fixa com seu carrinho metálico e de vidro, com rodinhas e estoura os milhos de pipoca em uma panela de alumínio e fogo a gás, produzindo pipocas adocicadas e salgadas para serem consumidas pelos moradores e, também, por outros atores sociais que percorrem e frequentam a praça.

Durante a realização de uma entrevista, perguntei à interlocutora, comerciante em loja de artesanatos na Rua Moretti Foggia, sobre algum fato subjetivamente significativo para

[52] Entrevista com Adriana, 38 anos, administradora de loja de artesanato na Praça do Coreto. Entrevista realizada em: 02/04/2013.

ela, que ocorreu em algum espaço patrimonializado, ela, então, destacou o "caso do pipoqueiro":

> *que me marcou? Tem! [...] o ano passado* [2012], *a história do pipoqueiro [...] porque sempre teve pipoqueiro na praça (do Coreto), só que a... só não posso citar nome, né?! O ano passado, na eleição passada teve uma pessoa que trabalhava com o turismo e ela queria tirar o pipoqueiro da Praça do Coreto, e ai foi briga, foi juiz e logo depois o juiz considerou a "ficagem" dele lá, sabe?! [...] Foi uma revolta muito grande, o povo fez manifestação mesmo*[53].

Outra comerciante de uma loja de artesanato que se localiza no arredor da Praça do Coreto, interpretou e narrou o mesmo fato:

> *a gente tinha uma secretária de cultura que ela era meio radical, sabe?! E na verdade a justificativa dela, de tirar o pipoqueiro, pra mim, eu não sou a favor dela tirar o pipoqueiro, mas a gente também tem que respeitar a justificativa da pessoa, que faz sentido, que era* ***justamente pela grande aglomeração*** *de gente e ele carregar um botijão de gás, né?! e tá manuseando fogo ali, no meio de todo mundo. E, então, quando levanta essa leve você já fica assim... e ai, quer proteger ou quer tirar?[...] Ela quis tirar o pipoqueiro daqui e levá-lo lá pro outro lado da rua [...] Essa questão do pipoqueiro na Praça é cultural... Esse pipoqueiro ai tá antigo, antes era um velhinho da pipoca, sempre existiu esse carrinho de pipoca, minha filha que é este tamanho de mulher que tava aqui, a gente tinha uma padaria, ela atravessava sozinha, pequenininha, com a moeda para comprar a pipoca do pipoqueiro [...] É complicado você tirar um pipoqueiro da Praça, mas isso aconteceu por conta desta gestão*[54]. [**Grifos meu**].

Em paralelo a este caso, trago para reflexão a "soverteria" que se localiza no Coreto da Praça do Coreto. Ela é administrada por quatro moradores que residem nas *áreas periféricas*. Seus produtos (os picolés e sorvetes) são produzidos ali mesmo, no estabelecimento comercial. Produzidos com sabores variados, incluindo os de frutas típicas do cerrado (cajazinho e caju, por exemplo), estes produtos são significantes para a visita e concentração dos turistas na Praça do Coreto. Portanto, o comércio se tornou um dos principais pontos relacionados ao comércio turístico empregado no *centro histórico* da cidade. A sorveteria não pôde operar nos dias em que a praça estava sendo "requalificada" ou "revitalizada", no ano de 2006. De acordo com um dos administradores do estabelecimento, foi um momento economicamente muito ruim para os proprietários, pois a sorveteria fora instalada em outro local dentro do *centro histórico*, mas não teve o mesmo fluxo consumista e, então, eles começaram a se endividar.

---

[53] Entrevista com Amélia, 22 anos, administradora de loja de artesanato na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

[54] Entrevista com Adriana, 38 anos, administradora de loja de artesanato na Praça do Coreto. Entrevista realizada em: 02/04/2013.

São dois estabelecimentos comerciais com propostas e consumos diferenciados, onde o primeiro, o "pipoqueiro", atende e integra, especialmente, um comércio direcionado aos próprios moradores; já a segunda, a "sorveteria", faz parte do sistema turístico que é operado na cidade. Porém, todos os dois foram vitimas das políticas públicas aplicadas sobre os setores patrimonializados. O "pipoqueiro" foi impactado pelas políticas patrimoniais de outra forma, pois, sem mais nem menos, sua presença passou a ser questionada naquele *espaço público*, porém, onde a "paisagem de poder" está instalada. Devido às intensas reivindicações e movimentações planejadas e executadas por vários moradores da cidade, foi confirmada a reintegração do "pipoqueiro" à Praça do Coreto.

A partir destes fatos apresentados, dos "*hippies*", do "pipoqueiro" e da "sorveteria", vê-se que a Praça do Coreto é um *espaço público* que é enobrecido e legitimado pelas esferas públicas locais, e que, a todo instante, ela tem seus usos (re)pensados e transformados para atender e agradar especialmente os "*de fora*", os turistas. Quando o resultado da "revitalização" foi apresentado aos moradores, vários deles desaprovaram a transformação.

> *Eu não entendo esse negócio, é tudo histórico, histórico, histórico, histórico, histórico, mas qual é o histórico dessa praça* [do Coreto]*? Porque eles tinham... era tudo uns canteiros, assim, envolta das arvores, que tinha... que dava pra sentar... Ai, arrancaram essas moretinhas todas, cortaram umas árvores, deram uma limpa geral nela. Tinha árvores enormes, era toda coberta praticamente. Deram uma limpa geral nela. Então, cortar árvore antiga pode. E ai o povo detestou, ficou tampado um montão de tempo e... até que tiraram o negócio. O povo detestou porque não tinha onde sentar. A praça ficou uma porcaria, porque a gente não pode sentar mais... onde que a gente senta...*[55]

Apesar dos discursos utilizados por alguns pesquisadores do patrimônio e turismo, da importância de uma contínua "ressonância" e relação social que deve ser estabelecida entre os moradores e os patrimônios, ou seja, de (re)aproximar e fazer com que haja diálogos entre os diversificados atores sociais e os espaços e bens patrimonializados (GONÇALVES, 2005; JEUDY, 2005), as práticas e estratégias que são pensadas, (re)elaboradas e executadas pelos agentes públicos locais visam atender, especialmente, os usos e consumos turísticos.

Sendo assim, junto a estes casos, onde se observa uma valorização das políticas públicas sobre os espaços urbanos, podemos destacar também a grande concentração de museus que estão localizados próximo à Praça do Coreto. A exploração e criação dos "lugares de memórias" (NORA, 1993) na Cidade de Goiás ocorreram após o primeiro processo de patrimonialização, em 1951, como, por exemplo, o Museu da Cúria Diocesana, que foi criado

[55] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Entrevista realizada em: 20/12/2013.

em 1958, na Igreja de Sant' Anna. O turismo direcionado para os museus se intensificou após a década de 1990, onde se tornou uma das principais indústrias econômicas do mercado global (BONIFACE; FOWLER, 1993; COSTA, 2010). Desde esta década, como afirmou Costa (2009, p. 36), "'vender o passado' (a história e seus remanescentes materiais)" se tornou "uma atividade rentável, que vem procurando embasamento na estrutura da interpretação patrimonial".

Choay (2011), a partir desta perspectiva, lançou uma alerta com relação à interatividade entre os fenômenos patrimônio e turismo. Para ela, a exploração turística e, concomitantemente, o mercado cultural instiga a musealização[56] e materializa o consumo mercadológico de determinados bens culturais. Estas práticas, segundo Arantes (2006), Tamaso (2007a) e Lima Filho (2010), provocam a estagnação, institucionalização e hierarquização dos bens patrimonializados e musealizados. Sendo assim, oblitera "novas possibilidades patrimoniais relacionadas à cidadania" (LIMA FILHO, 2010, p. 197), além de provocar conflitos entre moradores locais e as políticas museais e patrimoniais.

Para exemplificar, abordarei algumas práticas museais de salvaguarda que ocorreram na cidade, cujos intuitos visaram a "preservação" de bens culturais e também o consumo visual e cultural. A primeira delas refere-se à musealização do estandarte de Jesus Cristo, produzido pelo artista Veiga Vale[57], elemento fundamental na Procissão do Fogaréu. O estandarte original perdeu sua funcionalidade e dinamicidade na manifestação cultural e turística por conta do risco de deterioração da obra. Com isso, ela foi musealizada, alocada em exposição, no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, enquanto que se produziu uma réplica da imagem, por Maria Veiga Jardim, a que atualmente preenche e circula na manifestação[58].

A mesma prática aconteceu com a Cruz do Anhanguera, como analisada por Tamaso (2006a), que foi arrastada pelo Rio Vermelho durante a enchente que ocorreu na cidade, em 2001. A Cruz, que fazia/faz parte das "experiências, histórias, representações e memórias" dos vilaboenses (TAMASO, 2006a, pp. 246-247), foi também musealizada e alocada no Museu das Bandeiras. Para isso, se produziu uma réplica em seu lugar e, assim, a Cruz foi ficando "cada vez mais distante do morador da cidade, e cada vez mais observada pelos 'de fora', pelos turistas" (TAMASO, 2006a, p. 268).

---

[56] Refiro-me, com base em Lima (2012), Silveira e Lima Filho (2005), aos bens culturais que, na maioria das vezes, se transfiguram em "fontes documentais" das instituições museais.

[57] Escultor sacro goiano do século XIX, com influência barroca, rococó e neoclássica.

[58] Segundo Tamaso (2007a, p. 669), em 1969 se iniciou o processo de transferência das imagens de santos das igrejas para os museus, especialmente o Museu de Arte Sacra. Em primeiro instante esta prática foi condenada por alguns moradores, porém, devido a roubos desses objetos musealizados, inclusive o resplendor do Senhor dos Passos, alguns moradores passaram a apoiar esta ação.

Para Tamaso (2006a, p. 268-269), “enquanto os museus ampliam sua carga de significações e, por consequência, seu potencial turístico, as ruas vão perdendo seus marcos referenciais originais”. Portanto, a partir desta ótica patrimonial e museológica incidida sobre os bens e espaços da Cidade de Goiás, destaco a crítica empreendida pelos moradores das *áreas periféricas* com relação à cristalização de determinados símbolos culturais e à valorização mercadológica que se faz prevalecer sobre eles, ou seja, de os usarem enquanto elemento do sistema “*produtivista*”, como apontou Pérez (2003). Este sistema, segundo o autor, é empregado quando

> o património cultural é entendido [...] como um recurso para o turismo cultural e para outras actividades económicas. Esta postura considera o património cultural como uma mercadoria que deve satisfazer o consumo contemporâneo, daí a necessidade de um processo de interpretação que converta recursos em produtos ou mercadorias necessárias para o funcionamento de um sistema de produção pós-industrial. Esta atitude segue o critério do consumo e o da procura, utilizando o património cultural como representação das identidades culturais. Presta, porém, pouca atenção aos riscos da sobre-exploração turística (PÉREZ, 2003, p. 4-5).

Canclini (1994, 1997), Choay (2011), Costa (2010), Gonçalves (2007), Leite (2007), dentre outros pesquisadores, chamaram atenção para esta lógica de mercado turístico, das práticas e transformações incididas sobre alguns bens e espaços patrimoniais. Na visão destes autores, há uma contradição imperante entre a preservação de práticas culturais e a mercantilização dos bens e lugares patrimonializados, onde o Estado, ONGs e empresas privadas valorizam e buscam se apropriar de selecionados elementos simbólicos e de espaços públicos para institucionalizá-los e agregá-los à lógica da economia local, por meio do mercado turístico. Assim, sintetizando estas reflexões, Costa (2010, p. 78) ressalta que

> as cidades coloniais turísticas [...] enquanto símbolos históricos de nossa formação urbana e representantes de um urbanismo característico de uma conformação arquitetônica do espaço, enquanto obras artísticas transplantadas de uma época, ao entrarem no turbilhão da cultura da economia, do “culturalismo de mercado”, tendem a perder sua aura, seu espírito, a desenvolver uma espécie de forma híbrida de *cidades-patrimônio-mercadoria*.

Esta crítica foi feita por vários moradores das *áreas periféricas* que são comerciantes no *centro histórico*, sobre o contraste cultural e econômico que está posto na cidade. Para eles, há espaços patrimonializados onde as estratégias e valorizações políticas são operadas de forma mais centralizada. Os espaços que eles se referem são aqueles onde o mercado cultural, de consumo e lazer turístico são praticados de maneira mais intensa pelos variados grupos de

turistas. Alguns chegaram a classificar esta área como "*Miolinho*", "*Pedacinho*", "*Currutelinha*", "*Mundinho*".

> [Quais lugares destacaria como sendo importante dentro do centro histórico?] *Lugar? Pra mim é aqui, né?!* ***Aqui no centro, no 'miolinho'****, mas não ta tendo a coisa, assim, pra ser mais importante.* [Questionada sobre o que seria esse 'miolinho'] *[risos] É aqui mesmo, como chama? Como fala? é... aqui, nesse* ***'pedacinho'*** *aqui mesmo, na* ***Casa da Cora, na Praça do Chafariz, aqui na... nessa outra praça aqui, no Coreto***[59]. [**Grifos meu**].
>
> *Concentra mais? É... aqui nessa* ***"currutelinha"*** *mesmo... da Casa de Cora pra cá, assim, até na Praça do Coreto*[60]. [**Grifos meu**].
>
> *Mas, na verdade, o centro histórico para eles* [agentes do patrimônio e turismo], *ali, o que eles olham mesmo como* ***centro histórico é os lugares aonde os turistas vão****, que eles descem, que os turistas descem... ou na Praça do Chafariz, ou na Pracinha do Elivel, ai... dali, ele vai pro Mercado* [Municipal], *você entendeu?! Vai na Casa de Cora* [Coralina], *Igreja do Rosário, volta... é... Largo do Chafariz, Museu das Bandeiras, Praça do Coreto... ali... o centro histórico, aonde dá dinheiro pro pessoal forte lá é esse* ***"pedacinho"****, então, o que eles olham mais é ali [...] Aonde tem o turista é onde eles não deixam de mexer. Ali é o centro histórico*[61]. [**Grifos meu**].

Na representação delimitada por esses moradores/comerciantes, o *centro histórico* é configurado especialmente pela área turistificada, que, coincidentemente, se refere à área onde estão configurados os bens do primeiro processo de patrimonialização (1951). Sendo assim, para eles, onde se concentra as intervenções e práticas turísticas é onde se observa uma valorização estética potencializada das fachadas dos monumentos arquitetônicos, das praças e pontes; onde as intervenções urbanas ocorreram e ocorrem de forma mais intensificada. É uma "paisagem de poder" que se encontra instalada no interior da área tombada, como assim observou, também, Tamaso (2007a, p. 521), na distribuição e seleção das ruas onde foram instalados os lampiões. Enfim, como discursado pelos moradores das *áreas periféricas*, é como se, aos olhos das políticas locais, este fosse o segmento mais significante do *centro histórico*

[59] Entrevista com Arminda, 59 anos, administradora de comércio na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.
[60] Entrevista com Alice, 39 anos, administradora de comércio na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.
[61] Entrevista com Álvaro, 33 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Leão de Ouro. Entrevista realizada em: 15/02/2013.

Malha Urbana da Cidade de Goiás destacando o “pedacinho” enobrecido e turistificado. Fonte: imagem construída a partir de um mapa cedido pelo IPHAN da Cidade de Goiás e a partir do Google Earth (coletada em dezembro de 2013).

Indo nesta direção, das representações dos moradores das *áreas periféricas*, que vivenciam a realidade do mercado turístico, Leite (2007, p. 63) destaca que existem determinados segmentos urbanos onde está instaurada, também, uma "dimensão simbólica do poder" de forma mais concentrada. Isto acaba refletindo nos usos e nas dinâmicas socioeconômicas deles. Sendo assim, ele sintetiza que as

> práticas de *gentrification* não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimentos em áreas centrais; referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representem visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade (LEITE, 2007, p. 63).

A "*currutelinha*" ou "*pedacinho*", como referido pelos comerciantes, é configurado pelo perímetro urbano delimitado entre o Largo do Rosário e a Praça do Chafariz, cuja paisagem é preenchida por bens arquitetônicos que foram tombados isoladamente em 1951, exceto o Largo do Chafariz, que foi tombado integralmente (praça, monumento do chafariz e os casarios coloniais), e, atualmente, são usados como comércios, museus, igrejas, praças, agências bancárias, dentre outros consumos turísticos. Não é difícil de identificar sua delimitação: em dias que ocorrem os eventos de maiores proporções turísticas, especialmente o Carnaval, a Semana Santa e o FICA, eles são interditados pela Agência Municipal de Trânsito (AMT), aonde cavaletes de madeira são fixados nos extremos das ruas para impedir o trânsito de veículos neste trecho, sendo permitida quase que estritamente o fluxo de pessoas, no entanto, pode encontrar alguns carros dos moradores que residem nesta zona.

Contudo, é neste trecho da Cidade de Goiás, segmentado e valorizado pelas agências/agentes do patrimônio e turismo, onde a atuação política se impõe de forma mais abrupta. Aos olhares e ações promovidas pelas esferas públicas, este trecho possui paisagem diferenciada dos outros bairros da cidade, justamente por concentrar neles intensas atividades, manifestações e práticas simbólicas e turísticas. Ou seja, é o setor "espetacularizado" e "teatralizado" do *centro histórico* da cidade (POLETTO, 2003).

Ruas, pontes e lampiões decorados durante o carnaval do ano de 2013 na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. Oliveira

Cenário da Praça do Coreto durante o FICA de 2012. Detalhe para o show e iluminação do Coreto, além da movimentação social na Praça. Foto: Marcelo I. Oliveira

Se correlacionar a categoria "*pedacinho*", abordada pelos interlocutores, com a categoria "pedaço", analisada por Magnani (1996), para o antropólogo, o "pedaço" está relacionado a uma referência espacial em que um grupo social usa e compartilha de seus códigos de "reconhecimento e comunicação", ou seja, é uma conjuntura de símbolos culturais que estão concentrados em algum espaço, que são frequentados, valorizados, compartilhados e expressados por um determinado grupo social. No caso da Cidade de Goiás, alguns interlocutores abordaram a categoria "*pedacinho*" para destacar o espaço praticado pelo "outro", especialmente o turista. Assim, por mais que eles estejam em contato com este segmento espacial, patrimonializado e turistificado, pois trabalham em comércios e transitam por ele cotidianamente, não o compreendem como referência espacial-simbólica. Ressalto, porém, que nem todos os interlocutores se enquadram a esta perspectiva, pois alguns valorizam e reproduzem manifestações culturais e religiosas pelo "pedacinho". Sendo assim, neste caso, me refiro àqueles que, categoricamente, referiram e representaram o perímetro como "pedacinho", que são, especialmente, os administradores e funcionários de comércios turísticos que estão espalhados por ele.

É importante frisar que se as práticas socioculturais reproduzidas neste perímetro urbano estiverem, segundo os agentes do patrimônio, oferecendo e colocando em risco as estruturas dos bens patrimonializados, ou melhor, oferecendo perigo às "fontes econômicas" da cidade, logo os planejamentos e mudanças são executadas por esses agentes, provocando novamente alterações em seus usos. Por exemplo, direcionando esta reflexão para o "Largo (ou Praça) do Chafariz", alguns moradores das *áreas periféricas* e comerciantes na Praça do Coreto me destacaram que este espaço público teve algumas práticas socioculturais impedidas de serem reproduzidas neste espaço devido às políticas de salvaguarda, para preservá-lo

contra impactos, abalos e depredações que estavam ocorrendo nos casarios e museus que cercavam o Largo do Chafariz[62].

Esses agentes ligados aos planejamentos das políticas patrimoniais e turísticas da Cidade de Goiás decidiram construir um espaço para realização dos eventos, que comportasse um público maior e que não oferecesse nenhum risco às estruturas dos patrimônios, que são, além de históricos, política e economicamente significante. Uma nova solução foi dada e, então, construíram a Praça de Eventos, inaugurada em 2008, em um espaço afastado dos bens patrimonializados. Isto fez com que as atividades, que antes eram executadas no Largo do Chafariz, como os shows que são promovidos durante o FICA e também no Carnaval, por exemplo, fossem transferidos para este novo espaço público, a Praça de Eventos.

Além deste, outros dois processos políticos provocaram transformações nos usos e nas relações socioculturais estabelecidas por alguns moradores que residem nas *áreas periféricas* com a Praça do Coreto. O primeiro refere-se ao processo de "requalificação" da praça:

> *É porque, assim, é a minha opinião, né?! Eu acho, assim, que a praça do jeito que era, era bem melhor. Era bem mais aconchegante, bem mais agradável, tinha mais árvores, mais sombras... ai eles [**agentes dos patrimônio**] vieram, fizeram essa modificação ai... ficou tudo diferente, tudo... pra mim, tudo fora do que era, né?! Pra eles não, eles disseram que esse era... antigamente era desse jeito. Mas eu, eu to com 38 anos, sempre vi a praça daquele jeito [...] Ninguém aprovou. Fizemos manifesto, abaixo-assinado e não conseguimos nada. Eles fizeram do jeito que quiseram. **Só fizeram estragar, mais nada!**[63] Só isso, só vieram a destruir [...] Até os próprios turistas reclamaram, que não podia ter feito o que fizeram, né?! Os turistas que são acostumados a frequentar a cidade ficaram todo mundo contrariado*[64]. [**Grifos meu**].

O segundo se relaciona às atividades carnavalescas que eram realizadas por moradores das *áreas periféricas*. Os itinerários urbanos reproduzidos por eles, nos cortejos e desfiles dos blocos carnavalescos (atualmente são Escolas de Samba) foram modificados. Segundo um dos atuantes das atuais Escolas de Samba da cidade, os desfiles tiveram que ser reproduzidos num curto espaço de tempo: somente domingo à noite; e num curto espaço: na Avenida Dom Prudêncio (Beira Rio). A partir desta mudança, um interlocutor destaca e narra o seguinte:

---

[62] Tamaso (2007a, p. 476) destacou, também, as ações promovidas pelo Monumenta Goiás e as pressões dos moradores do Largo do Chafariz para retirada do anfiteatro (Teatro de Arena) que foi instalado em 2002.

[63] Sobre outras intervenções que foram executadas pelas agências e agentes do patrimônio no Largo do Coreto, e também no Largo do Chafariz, ver Tamaso (2007a).

[64] Entrevista com Anselmo, 38 anos, administrador de comércio na Praça do Coreto. Entrevista realizada em: 14/02/2013.

> *eu acho que foi uma das perca que não devia de ter acontecido, foi porque a escola, ela andava os quatro dias nas ruas de Goiás, nos becos, nas praças. Tinha lugar que eu lembro, quando eu era pequeno, que a gente era recebido por uma pessoa, assim, de um grau a mais... quer que a escola ia lá, dava uma cerveja, e cantava marchinha e aquilo ali era uma festa, aquilo ali chamava gente... era na verdade um bloco mesmo, aquilo ali era o carnaval de verdade [...] Tradicionalmente, eu lembro até hoje porque eu era pequeno, mas eu lembro até hoje, no sábado a gente subia a Rua Quinze (XV de Novembro), entrava na Rua São Paulo, virava lá na Praça da Madeireira Goiás, subia lá em cima, atrás do Chafariz [Largo do Chafariz), e descia pra buscar o rei momo [na Praça do Coreto]. Este trajeto todinho tocando, cantando, no sábado. No domingo era o desfile oficial, tradicionalmente na avenida. Na segunda-feira, a gente vinha pela Rua Quinze (XV de Novembro), atravessava ali no Largo do Rosário, subia ali na Pousada do Ipê, vinha na Rua Santa Bárbara e descia a Rua do Cemitério, onde tem o bloco do Pedrinho, a Marchinha do Pedrinho, e a gente ficava ali um pouquinho e animava e descia para a escola nossa, pra Rua Quinze de novo. Na terça-feira a gente ia pra praça, tinha que ir pra praça [...] Então, esse era o trajeto nosso [Quando questionado sobre o por que a mudança do trajeto, ele respondeu]. A valorização, né, irmão?! Eu acho que foi a valorização [...] Essa mudança em si foi a valorização da pessoa... do pessoal da cultura mesmo*[65].

Com estas narrativas, podemos perceber o quanto os conflitos vão se aflorando à medida que os trajetos[66] culturais vão tendo suas dinâmicas culturais distorcidas pelas lógicas políticas do patrimônio e turismo. Os moradores tiveram que (re)elaborar seus usos e itinerários por conta das estratégias políticas e econômicas empregadas pelas agências/agentes do patrimônio e turismo sobre os espaços públicos do *centro histórico*.

A partir disto, pode-se destacar, com base na assertiva de Carlos (2004, p. 111), o quanto as

> transformações espaciais produzem imediatamente transformações nos usos, funções e formas de apropriação do espaço e, com isso, transformações no modo de vida, pois modifica as relações de vizinhança e a vida dos habitantes bem como sua condição diante do lugar que diz respeito a sua vida e com a qual se identifica.

Indo em direção às reflexões realizadas por Sahlins (1990), repara-se que as alterações nos comportamentos, práticas e reproduções socioculturais decorrem de "eventos" sociais e políticos, por exemplo, que fazem modificar o modo de vida dos atores sociais, das suas relações cotidianas e simbólicas estabelecidas por eles com os espaços. Sendo assim, para Sahlins (1990, p. 191), o "evento não é somente um acontecimento no mundo, é a

[65] Entrevista com Armindo, 28 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Atlética União Goiana. Realizada em: 14/02/2013.

[66] Para Magnani (2002, p. 23) trajeto "é a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas [...] trajetos ligam equipamentos, pontos, manchas, complementares ou alternativos".

relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico". O "evento" provoca modificações na organização social, política, cultural e econômica de grupos sociais. Seguindo nesta linha de reflexão, o autor ressalta que as estruturas sociais só devem ser compreendidas através das inter-relações socioespaciais empíricas entre passado/presente; e, além disso, o autor reforça a idéia de que os eventos devem ser interpretados a partir das diversificadas narrativas e memórias que estão ancoradas sobre eles, pois, "o evento é a interpretação do acontecimento e a interpretação varia" (SAHLINS, 1990, p.191).

De fato, concordo com as análises de Sahlins (1990). Apesar de ser as práticas políticas, de intervenções, onde as cidades têm suas dinâmicas socioculturais transformadas a cada dia, devido ao aumentado da densidade populacional, que provoca novas relações sociais, e à heterogeneidade cultural que está posta sobre elas, os eventos que foram/são executados incitam mudanças nas relações estabelecidas pelos moradores e determinados espaços. Sendo assim, pode-se destacar que o título de Patrimônio Mundial foi um dos eventos que proporcionou transformações em certos setores do contexto urbano: tendo modificado os usos sociais e simbólicos de bens e espaços patrimonializados.

Como observado e sintetizado por Tamaso (2007a, p. 454),

> o título de patrimônio impôs abruptamente uma nova lógica comercial, que se baseava menos nas relações sociais, cristalizadas no decorrer das gerações, e mais na lógica do sistema financeiro globalizado. Já se podia então vislumbrar uma "paisagem de poder" sendo moldada em Goiás, em "torno da organização do consumo" da memória histórica (ZUKIN *apud* TAMASO, 2007a, p.454), cuja materialidade mais importante ainda residia no casario.

De acordo com alguns moradores que residem nas *áreas periféricas*, após o título, o *centro histórico* passou a sofrer intervenções e novas instalações, cujo enobrecimento foi se tornando ainda mais intensificado. Assim, esses moradores que migraram de outras regiões do Estado e do entorno da cidade para as *áreas periféricas* passaram a se sentir "excluídos" das práticas públicas realizadas na cidade, afirmando que as atenções dos órgãos governamentais, não governamentais e das agências/agentes do patrimônio pairaram sobre os bens e espaços culturais patrimonializados e enobrecidos: ruas, becos, largos, praças, museus, igrejas, pontes, casarios e manifestações que são reproduzidas no *centro histórico* da cidade; além de algumas manifestações, como a Procissão do Fogaréu.

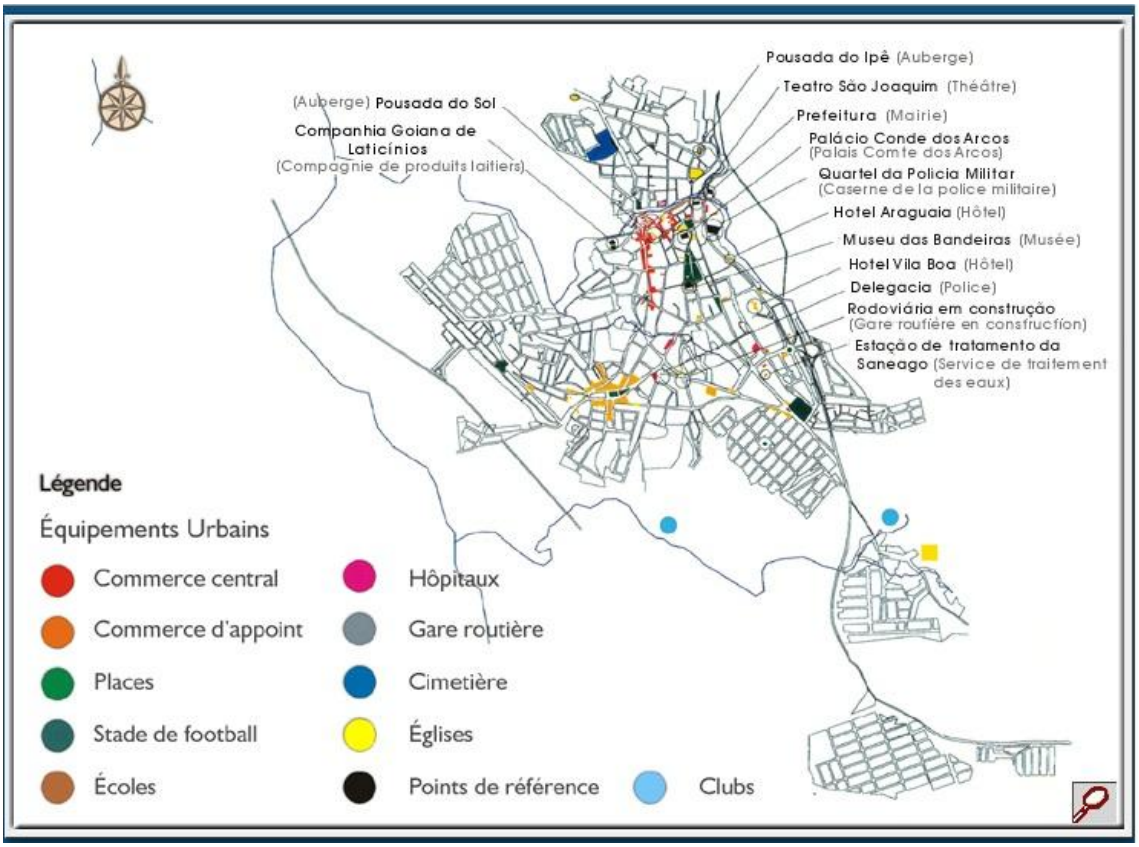
Entretanto, após terem migrado e segregado para as *áreas periféricas* e virem alguns processos de *gentrification* agir sobre o setor caracterizado e representado por eles como "*pedacinho*", "*miolinho*" e "*mundinho*", onde ocorreu o enobrecimento e subversão dos usos

sociais para o consumo cultural, de lazer e demais práticas mercadológicas, alguns desses moradores atravessaram e passaram a se deslocar e ocupar este setor que é, estrategicamente, (re)processado e economicamente valorizado pelos agentes/agências do patrimônio e turismo. Porém, alguns dos usos que eles fizeram/fazem deste traçado urbano estão relacionados às práticas turísticas que, então, passaram a ser introduzidas em seus cotidianos.

### 2.3. O sistema turístico na perspectiva dos moradores das áreas periféricas

Em primeiro instante, quando cheguei à Cidade de Goiás pela primeira vez, no primeiro trabalho de campo, durante o Festival Internacional de Cinema Ambiental, em 2012, logo comecei a observar e mapear os espaços turistificados, como eles estavam sendo sistematizados na área enobrecida da cidade. O foco do meu "olhar antropológico" (OLIVEIRA, 2006) se direcionava, principalmente, para o envolvimento dos moradores das *áreas periféricas*: como eles agiam e estavam integrados a este fenômeno que se desenvolve no "pedacinho" do *centro histórico*. E, então, a partir do momento em que fui aprofundando as investigações, a partir das conversas, entrevistas e a cada observação sobre a movimentação e organização social desses moradores no *centro histórico*, ficava cada vez mais nítida, aos meus olhares, a inserção deles no sistema turístico, sendo, para mim, a base estrutural do mesmo na Cidade de Goiás.

Apesar de se observar uma concentração de comércios turistificados no interior do *centro histórico* da cidade, o elo do turismo se expande para outros bairros da malha urbana, onde se percebe alguns hotéis localizados em bairros que estão fora do perímetro patrimonializado.




Concentração de comércios e demais equipamentos turísticos na malha urbana da Cidade de Goiás. Fonte: Multimídia do Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade

Os moradores das *áreas periféricas* estão presentes em todos os espaços turistificados da área enobrecida do *centro histórico*, servindo de mão-de-obra ou mesmo são proprietários de alguns estabelecimentos comerciais. Portanto eles são: administradores de comércios; camareiras(os); secretárias(os) e atendentes em hotéis; são administradores das transportadores de pessoas, os "moto-taxistas" – principal transporte de locomoção na cidade –; além disso, eles participam ativamente na manutenção e execução de manifestações que atraem grande número de turistas, como Carnaval, Semana Santa e Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), muitos são voluntários para realização de atividades nestes eventos, bem como no Centro de Atendimento ao Turista (CAT); são guias nos museus; zeladores das igrejas patrimonializadas; artesãos – são alguns deles que reproduzem as imagens de determinados espaços e bens patrimonializados em objetos mercadológicos; são garis, enfim, eles estão contribuindo ativamente para o processamento do sistema turístico que é operacionalizado na Cidade de Goiás.

Grupo de voluntários que limparam as ruas turistificadas durante o FICA de 2012 na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Rua Moretti Foggia com destaque para a quantidade de estabelecimentos comerciais e turísticos. Foto: Marcelo I. Oliveira.

Quando notei a participação e envolvimento desses moradores das *áreas periféricas* com o sistema turístico empreendido na Cidade de Goiás, percebi que a expectativa almejada por eles nos tempos do processo do título de Patrimônio Mundial estava, então, sendo concretizada. Há aproximadamente 13 anos atrás, na angústia do recebimento do título pela UNESCO, a cobiça desses moradores se restringia ao benefício econômico que eles poderiam adquirir com a referência internacional e valorização política, histórica e cultural que a cidade passara a atribuir. A realidade na época, como representado por alguns interlocutores e por Tamaso (2007a), se fixava na idealização de que o título iria repercutir de tal forma que os fluxos turísticos na cidade iriam se intensificar cada vez mais, e, com isso, eles seriam beneficiados economicamente.

> *No começo* [durante o processo da titulação de patrimônio mundial] *eles acharam que ia ser muito bom, né?! Mas não foi o que nós pensamos, o que o povo pensou. Achou que ia ter emprego, e outras coisas, novidades, né?!*[67]

No entanto, como discursado pelos interlocutores que estão inseridos e espalhados pelos comércios das ruas e praças da área enobrecida, embora estejam envolvidos com o turismo, o comércio voltado para este fenômeno teve outras vertentes. Segundo eles, a movimentação turística não foi como a esperada. Não teve um *boom* de turistas. Quatro motivos foram destacados por eles: (1) a atuação e as estratégias políticas das agências/agentes do patrimônio e turismo local sobre espaços patrimonializados, que acabaram não agradando o público; (2) a falta de divulgação e valorização de atividades culturais; (3) os valores inflacionados dos produtos comercializados nos setores turistificados;

[67] Entrevista com Arminda, 59 anos, administradora de loja de artesanato. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

e (4) a qualificação dos profissionais ingressados neste ramo, do turismo, considerada por eles como "ruim", de má qualidade.

> *Antes do título os preços realmente eram mais baixos, as coisas aqui eram mais baratas, o turismo não era muito é... não era o ponto-chave aqui, a gente não tinha esse tanto de artesanato que tem hoje, as pessoas hoje investem mais nos artesanatos, porque as pessoas vêm pra comprar coisas mesmo, só que muitas vezes eles querem mais coisas é... tradicional da cidade.*[68]
>
> *Uai, ta ficando bom. Ta melhorando, depois que essa prefeita assumiu melhorou mais o turismo* [...] *O outro prefeito não prestava! Nem limpar a cidade ele não limpava, né?! Ela chegava a feder de lixo na rua. Então... com essa ai ta melhorando, arrumando, o turista ta vindo mais.*[69]
>
> *É porque as pessoas não têm habilidades para atendimento local, entende?! Eles não têm treinamento para atender os turistas.*[70]

Em primeiro instante, não compreendia como esses moradores das *áreas periféricas*, mesmo desempenhando atividades que favorecessem o turismo, ou seja, participando ativamente de práticas que envolvem o mercado turístico na cidade e o desenvolvimento econômico, se diziam/sentiam "obscurecidos" dos planejamentos turísticos e ações que são operacionalizadas na cidade. Apresento aqui dois dos discursos por eles enfatizados:

> *eu acho que a Cidade de Goiás devia de valorizar mais os artistas que têm na cidade, não só das escolas* [de samba], *também os outros tipos de pessoas que fazem... levanta o nome da cidade, porque a Cidade de Goiás não é só patrimônio material, o patrimônio cultural também devia de ser valorizado, e não é. Goiás, depois que teve esse negócio de patrimônio aí ó, você só vê fachada de casa, estrutura de tijolo de adobe, mas a cultura de Goiás não é valorizada [...] Materializa muito a questão do centro histórico, não dá valor na gente. Nós podíamos muito bem fazer uma parceria com o centro histórico mesmo. Agora, Semana Santa, mesmo, junta tudo pra fazer a Semana Santa, e o Carnaval, eles poderiam muito bem ajudar a gente neste sentido, porque quem mais ganha com o Carnaval são os bares, os hotéis... e é onde esse pessoal que é envolvido no centro histórico, são os donos e responsáveis da maioria das pousadas grandes daqui de Goiás, e é eles que ganham dinheiro com o Carnaval não é nós, não. Nós, simplesmente, somos prestadores de serviço da prefeitura para fazer eles ganharem dinheiro [...]* ***Nós não sente*** **[excluídos]** ***não, irmão, nós é excluído, mesmo!***[71] [**Grifos meu**].

---

[68] Entrevista com Andréa, 26 anos, recepcionista e monitora do Museu da Casa de Cora Coralina. Entrevista realizada em: 10/05/2013.

[69] Entrevista com Aurélio, 61 anos, administrador de restaurante na Praça do Coreto. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

[70] Entrevista com Agostina, 25 anos, voluntária do Centro de Atendimento ao Turista. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

[71] Entrevista com Armindo, 28 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Atlética União Goiana. Realizada em: 14/02/2013.

> *Quando eles* [agentes públicos do patrimônio e turismo] *vão fazer alguma festa, a maioria das vezes é só entre eles mesmo, eles programam, eles divulgam* [...] *É... principalmente as pessoas mais velhas, que são mais favorecidas da prefeitura. Então, ai* ***as pessoas se acham excluídas mesmo...*** *eles não convidam a gente para participar das reuniões. Muito difícil.*[72][**Grifos meu**].

A partir do momento que fui, então, conversando com os moradores, observando, experienciando e escutando a cada dia seus discursos com relação às práticas patrimoniais e turísticas, passei a perceber como eles, às vezes, não têm suas atividades cotidianas e extraordinárias valorizadas pelas políticas públicas locais. Na primeira narrativa anterior, o interlocutor destaca que as atividades culturais que são realizadas no *centro histórico* beneficiam especialmente os agentes do patrimônio e turismo, além do grupo de vilaboenses que compõem à elite local, pois, além das ações políticas legitimadas e executadas por eles sobre o *centro histórico* da cidade, alguns são, também, proprietários de hotéis, pousadas, agência de turismo, restaurantes e demais comércios espalhados no campo turistificado (Pousada e Restaurante Ipê, Casa da Ponte Hotel, Pousada do Sol, por exemplo). Nestes estabelecimentos comerciais, em específico, os moradores das *áreas periféricas* são os funcionários.

Se vendo, então, distantes da realidade das ações políticas empreendidas na cidade, os moradores das *áreas periféricas* aproveitam as festividades dos "macro-eventos" para se beneficiarem economicamente, pois as concentrações maiores de turistas acontecem especialmente nos eventos de grande porte, como Carnaval, Semana Santa (Procissão do Fogaréu) e FICA. Durante estes "macro-eventos", o comportamento social, comercial e estético da área enobrecida da cidade se altera, inclusive para os moradores das *áreas periféricas*. São nestes eventos que eles vêem a oportunidade de garantir uma "renda a mais" por meio do turismo. Além de instalarem e administrarem barracas ambulantes pelos pontos estrategicamente direcionados pelos agentes públicos; alguns hotéis, pousadas, restaurantes e bares os contratam temporariamente, até o término dos eventos, especialmente no Carnaval e no FICA. Portanto, eles montam suas barracas de pastéis, sanduíches, cachorros-quente, artesanatos, espetinhos e bebidas pelas ruas Quintino Bocaiúva, próximo à Praça do Coreto, e Padre Luiz Gonzaga (Avenida Beira Rio), próximo à Praça de Eventos, bem como são contratados para serviços de garçons, camareiras(os), secretárias(os) de alguns comércios. Destacado, neste caso, um interlocutor que, durante 10 anos, é contratado temporariamente durante eventos para serviço de garçom, no Restaurante Ipê.

[72] Entrevista com Amélia, 22 anos, administradora de loja de artesanato na rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

Barracas de produtos alimentícios e artesanais fixados na Rua Quintino Bocaiúna durante o FICA (junho de 2012). Foto: Marcelo I. Oliveira

Barracas de produtos alimentícios e artesanais fixados na Rua Padre Luiz Gonzaga (Beira Rio) durante o Carnaval (fevereiro de 2013). Foto: Marcelo I. Oliveira

Em dias de macro-eventos os espaços patrimonializados e turistificados têm o trânsito de veículos interditado. A Praça do Coreto, a Rua Moretti Foggia e a Ponte da Casa de Cora Coralina são os principais espaços que são interditados. Além disso, nestes eventos percebe-se claramente como alguns estabelecimentos comerciais se apropriam dos *espaços públicos*: os restaurantes, bares, pastelarias e lanchonetes espalham mesas e cadeiras por estes espaços, que são preenchidas e ocupadas especialmente pelos turistas. Este cenário é reflexo da transformação de usos dos espaços patrimonializados na Cidade de Goiás, que são "invadidos" por comércios quando a cidade se prepara para receber os turistas em grandes concentrações.

Concentração turística na Praça do Coreto durante o FICA de 2012 na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. Oliveira

Praça do Coreto no carnaval de 2013 (ultimo dia de evento) na Cidade de Goiás. Destaque para as cadeiras e mesas de comércios espalhadas e fixadas nas ruas e na praça. Foto: Marcelo I. Oliveira

Com relação à outra paisagem temporal-urbana, social e mercadológica, dos dias em que não ocorrem os macro-eventos, observa-se, como narra alguns moradores das *áreas*

*periféricas*, que são comerciantes no *centro histórico*, “uma cidade parada”, turisticamente dizendo. Este cenário ficou mais nítido quando estava na cidade durante esses “dias normais”. Quase não se observava a movimentação social nos espaços turistificados. Devido a esta “falta de turistas” que os comerciantes não ficam fixados muito tempo em um mesmo estabelecimento. Conversando com alguns comerciantes, notei que a maioria deles está administrando seus estabelecimentos há três, quatro e cinco meses. Pude notar e presenciar alguns reflexos deste cenário, por exemplo, nos intervalos do Carnaval (fevereiro do ano de 2013) para dezembro do ano de 2013, ocorreu a mudança do proprietário (morador da *área periférica*) de um restaurante localizado na Praça do Coreto duas vezes. Inclusive, em maio do ano de 2013, o estabelecimento comercial encontrava-se fechado.

Restaurante fechado, em maio de 2013. Localizado no entorno da Praça do Coreto.
Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Para os moradores das *áreas periféricas*, que estão presentificados nestes espaços enobrecidos e turistificados, a falta de turista em “dias normais” é reflexo da falta de planejamentos e estratégias turísticas a serem empreendidas pelos agentes do patrimônio, turismo e, também, pelos próprios comerciantes. Com base nesta crítica levantada, pode-se questionar a instabilidade do sistema turístico empreendido na cidade: será que a destoante frequência de turistas na Cidade de Goiás, entre dias de macro-eventos e dias comuns, é resultado da não “reflexividade” dos moradores com os bens e espaços patrimoniais, como propôs Jeudy (2005)? Observa-se uma preocupação maior com as práticas de salvaguarda e

esquece-se de valorizar as práticas, usos e relações simbólicas que os citadinos estabelecem com os bens e espaços patrimonializados?

Por um lado, cabe reiterar que várias manifestações culturais compõem o quadro socioespacial do *centro histórico*. Entretanto, por outro lado, existem, sim, manifestações que recebem tratamentos e valorizações políticas diferenciadas. Por exemplo, existe uma disparidade entre o Afoxé Ayó Delê (manifestação cultural afro-religiosa que desde 2000 é promovida no *centro histórico* da Cidade de Goiás, cujos integrantes e participantes são moradores das *áreas periféricas*), que não recebe nenhum incentivo por parte das esferas públicas, e a Procissão do Fogaréu, manifestação organizada e executada por um vilaboense ligado ao grupo de elite da cidade, cujo envolvimento das políticas públicas é significante na execução da mesma, como já foi apontado.

Afoxé Ayó Delê, manifestação afro-cultural e religiosa promovida pelos integrantes e administradores do Espaço Cultural Vila Esperança. Fotos: Marcelo I. Oliveira

Através desta contraditória valorização política e econômica, pode-se perceber, então, como práticas e ações executadas no *centro histórico* recebem incentivos e repercussões turísticas diferenciadas. Inclusive, o calendário turístico promovido na cidade é justamente planejado e divulgado a partir das atividades reproduzidas nos macro-eventos que recebem uma atenção maior por parte das políticas públicas. As atenções partem não somente das esferas públicas locais, mas também de outras cidades, como Goiânia, que interfere na decorrência e execução de alguns eventos, como, por exemplo, o FICA, que é um macro-evento valorizado política e economicamente, recebendo contribuições e ações até mesmo da AGEPEL (Agência Goiana Pedro Ludovico Teixeira), órgão estadual cuja sede está em Goiânia.

Retomando ao questionamento levantado, destaco, então, que a instabilidade percebida na movimentação turística na cidade se deve, talvez, às práticas e relações que os

comerciantes e agentes do patrimônio e turismo estabelecem com aquele que seria o principal instrumento de rentabilidade econômica para a cidade, os patrimônios do *centro histórico*.

Ao questionar alguns dos interlocutores moradores/comerciantes sobre a "representatividade", sentido e importância do título de Patrimônio Mundial para eles, não sabem dizer qual o significado que a categoria patrimônio tem para eles, destacaram apenas que não tem nenhuma importância a Cidade de Goiás ser uma "cidade patrimonial", apesar de se relacionarem e apropriarem desta categoria para seus benefícios econômicos. Não tendo o intuito de generalizar, mas muitos não souberam dizer o que é "ser patrimônio". Sendo assim, eles apenas observam, não concordam e se sentem obscurecidos das práticas políticas (patrimoniais e turísticas) que são executadas no *centro histórico*. Portanto, alugam algum imóvel neste espaço enobrecido, se integram ao sistema turístico e vêem na valorização histórica e cultural que está posta sobre este setor, que passou pelos processos de patrimonialização, a oportunidade de adquirirem um desenvolvimento econômico.

Certa vez, uma vendedora de loja de artesanato e uma recepcionista de museu, ambas residem em *bairros periféricos*, me destacaram que somente passaram a se interessar pelas histórias e memórias que envolvem determinados bens e espaços patrimonializados a partir do momento em que passaram a interagir com os seus locais de trabalho, que estão inseridos no *centro histórico*. De certa forma, a introdução no mercado turístico contribuiu para o lampejo de seus olhares e despertou interesses em conhecer sobre as memórias, os passados que estão ancorados no espaço urbano patrimonializado, onde elas estão em constante interação.

Observando, a partir dos pontos de vista de alguns pesquisadores que tiveram o fenômeno do turismo como foco de análise (CARNEIRO, 2004; FARIA, 2006; RABELO, 2006; RUFINO, 2006; SCHENA, 2006), percebe-se a importância e necessidade de se ter um planejamento qualificadamente estruturado sobre as práticas turísticas, cujos suportes e instrumentos devem estar capacitados, especialmente com relação aos profissionais, comerciantes e demais integrantes da sociedade local.

De acordo com estes autores, os diversos atores sociais precisam estar em permanente interação com os bens e espaços patrimonializados, (re)atualizando e (re)produzindo suas práticas socioculturais, pois, somente assim poderão adquirir bons retornos econômicos por meio do turismo (neste caso, além dos agentes públicos, incluo também os moradores/comerciantes e demais atores envolvidos com as atrações culturais realizadas na Cidade de Goiás). Além disso, não deve esquecer-se de reformular e qualificar os atendimentos nos comércios, a circulação de transportes, amplificar e qualificar os guias

turísticos, meios de hospedagens dentre outros serviços que são imprescindíveis para a efetivação do exercício turístico. Estruturas estas que, talvez, estejam em déficit na Cidade de Goiás durante os dias "normais".

No fim de semana que fui à cidade para acompanhar o Afoxé Ayó Delê (10 e 11 de maio de 2013), pude observar algumas falhas ocorridas no sistema turístico durante os dias "normais". Apesar de a data estar relacionada a uma manifestação cultural religiosa, não era um dia de intensa movimentação turística, mas havia um grupo de aproximadamente 20 turistas que chegaram à cidade através de uma excursão. Eles chegaram no horário de almoço, por volta de 11h30m, e logo notei que estavam procurando algum restaurante para almoçarem, dentro do Mercado Municipal, espaço patrimonializado e também turistificado. Em um dos restaurantes que entraram, foram perguntar a funcionária se havia disponibilidade de atendimento e a quantidade de almoços que pudesse alimentar todo o grupo, no mesmo instante a proprietária do estabelecimento se aproximou e os dispensou, alegando que não havia quantidade de almoços o suficiente para suprir a demanda alimentícia dos turistas.

Além deste, outro fato observado com relação às falhas no sistema turístico refere-se a algumas práticas reproduzidas por comerciantes, também durante dias "normais" – após um dos macro-eventos que ocorreu na cidade. Em uma segunda-feira, após a Semana Santa (01/04/2013), ainda se percebia turistas transitando pelas ruas, largos, igrejas e pontes patrimonializadas da cidade, e, mesmo com a presença desses turistas, alguns comércios situados na área patrimonializada, enobrecida e turistificada da Cidade de Goiás, como restaurantes, lanchonetes e bares na Praça do Coreto, encontravam-se fechados durante todo o dia; além dos museus, que também estavam fechados, mas, neste caso, o fechamento é reflexo das práticas institucionalizadas em quase todos os museus do mundo inteiro, a segunda-feira se restringe ao dia de manutenção. Imaginei que o não funcionamento dos comércios estivesse representando o cansaço contraído pelos comerciantes durante os cinco dias de evento, porém, alguns moradores das *áreas periféricas*, à base de criticas, reforçaram que este comportamento é frequente às segundas-feiras e também em alguns domingos.

> *Têm poucos restaurantes aqui na cidade, assim... para estar recebendo um grande fluxo de turistas é muito pouco mesmo. Mas, se você for olhar por dias normais, não dá para eles estarem mantendo. Mas, a cidade, ela deixa muito a desejar na parte de lazer, para estar recebendo o visitante e até mesmo para as pessoas da cidade. Igual, pra gente que folga na segunda-feira, às vezes a gente quer aproveitar para sair na segunda, e* ***na segunda está tudo fechado****,* ***junto com os museus****... Então, pra gente, é muito ruim [...] A única pizzaria que abre na segunda-feira é o "Portal da Pizza" [...] A mesma coisa... como que um restaurante fecha em um dia de semana? Então, as pessoas que vem para passar o fim de semana muitas vezes estão de férias, podem ficar aqui mais dias, e* ***na segunda-feira não tem nada para fazer****.*

> *Essa regra de museu eu não questiono porque é mundial, é o dia que fecha para a limpeza, porque o museu tem que ter um cuidado maior com ele, principalmente por serem coisas antigas, né?! [...] Mas, eu acho que de comida você precisa sempre. Então,* ***que jeito você faz, se na segunda-feira não tem um lugar para você jantar?*** *[...] Deixa a desejar mesmo, principalmente por ser uma cidade patrimônio*[73]. [**Grifos meu**]

Através destes dois fatos, levanto alguns questionamentos sobre o turismo praticado na Cidade de Goiás: a cidade estaria despreparada para o turismo? Por que não se percebe fluxos moderados de turistas em dias "normais", fora das atividades dos macro-eventos? É devido a estas falhas que se observa no sistema turístico empregado na cidade? Como está a qualificação desses comerciantes e agentes do turismo?

Procurando responder a estes questionamentos, conversei com alguns comerciantes (os moradores das *áreas periféricas*), cujos comércios se localizam na área valorizada turisticamente. A narrativa apresentada por eles é a de que as falhas deste gênero são resultados da falta de organização, planejamento, interesse e relações entre eles próprios (comerciantes) e das políticas públicas locais. Ao perguntar uma interlocutora se percebia uma falta de incentivo da esfera pública local para engrenagem do turismo, ela destacou o seguinte: "*às vezes, também, pode ser das próprias pessoas* [moradores e comerciantes] *[...] Não é, não?! Porque, às vezes, a gente fica arribando a culpa nos outros, mas tem que ver a da gente*"[74].

Correlacionando este discurso às reflexões realizadas por Urry (2001), o sociólogo direciona e responsabiliza as ações de gerenciamento e reestruturação destes suportes aos poderes públicos e também aos administradores dos comércios das cidades turísticas, onde, segundo ele, cabe a esses agentes do turismo promover planejamentos, criar e aplicar estratégias que consigam atrair, atender e suprir as necessidades dos visitantes.

Durante os primeiros momentos do trabalho de campo os comerciantes me disseram que os turistas que visitam a cidade fazem duras críticas com relação à qualidade no atendimento e a outras estruturas do sistema turístico empregado na cidade (gastronomia, recepcionistas, comerciantes, falta de guias), logo os questionei se não havia na cidade alguma instituição direcionada para a qualificação desses profissionais do turismo, como um Centro de Especialização Profissional (CEP), por exemplo, logo me apontaram que sim, e que vários deles já fizeram cursos nele.

---

[73] Entrevista com Andréa, 26 anos, recepcionista e monitora de museu no *centro histórico*. Entrevista realizada em: 10/05/2013.

[74] Entrevista com Arminda, 59 anos, administradora de loja de artesanato na Rua Moretti Foggia. Entrevista realizada em: 01/04/2013.

O CEP teve uma atuação social significativa para o fenômeno turismo desde pouco antes do título de patrimônio mundial, na sua fundação. Sendo o lugar de especialização e preparação dos moradores para a movimentação mercadológica do sistema turístico, o CEP foi oficialmente inaugurado em 2001, no mesmo mês em que a cidade recebia a titulação inferida pela UNESCO, em dezembro. Sua criação esteve articulada à demanda de profissionais, para ingressarem e operacionalizarem na área do Turismo, dos hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes etc. Esta demanda se deu principalmente após a realização das primeiras edições do Festival Internacional de Cinema Ambiental, que se iniciou na cidade em 1999. Com isso, os cursos oferecidos inicialmente pelo CEP foram: Culinária Regional; Serviços de Garçom/Garçonete; e Recepção/Atendimento.

Apesar de o primeiro espaço físico ocupado pelo CEP ter sido a Pousada Dona Sinhá (localizada no *centro histórico* da Cidade de Goiás) e o segundo o Quartel do XX (Quartel do 20º Batalhão de Infantaria), de acordo com um dos interlocutores desta pesquisa, a intenção era que ele estivesse sido instalado em alguma *área periférica*, pois, de acordo com este interlocutor, o objetivo do CEP era: executar uma ação social de cidadania, ou seja, de incluir os moradores de classes econômicas populares da Cidade de Goiás, tanto os que estavam localizados nas *áreas periféricas*, quanto os que estavam inseridos no *centro histórico*, ao sistema turístico. O CEP seria, então, uma porta de entrada para o desenvolvimento econômico desses moradores.

Atualmente, depois de ter passado por outras estas duas sedes, no interior do *centro histórico*, o CEP está com sua sede localizada no Setor Aeroporto, *área periférica*. Apesar de continuar sendo, institucionalmente, operado na cidade, alguns interlocutores apontaram que a motriz do CEP não mantêm a mesma força de antes; até mesmo devido ao baixo fluxo dos empreendimentos turísticos que estão empregados na cidade.

Em um dos trabalhos de campo, cheguei a ir ao CEP para coletar informações sobre os primeiros alunos formados na instituição, especialmente os que residiam nas *áreas periféricas*, pois tinha a intenção de compreender suas expectativas na época da criação da instituição, e de que forma o CEP contribuiu para suas integrações ao turismo na cidade. De forma bem gentil e atenciosa, a diretora e algumas profissionais da instituição se colocaram à disposição da pesquisa e chegaram a me fornecer materiais contendo dados sobre alguns dos primeiros profissionais formados no CEP. Tendo em mãos os endereços das residências desses profissionais, fui logo à procura de alguns deles. Ao chegar aos endereços das residências, notei que ora estavam desabitadas, ora outros atores estavam residindo(a) na

residência. Todavia, depois de percorrer por várias residências, cheguei a entrar em contato com a família de uma mulher que havia iniciado e não concretizado o curso técnico em turismo, com habilitação em gastronomia, pois, segundo sua mãe, ela não se encontra mais na cidade porque foi executar o mesmo curso em outra cidade, também patrimonializada: Pirenópolis (GO).

O CEP chegou a oferecer vários outros cursos, como de informática, línguas estrangeiras, técnico em vendas, qualidade no atendimento ao público e técnica de bordados. Até o ano de 2006, um total de 2065 alunos havia concluído os cursos. Mesmo tendo esta atuação social, de qualificação profissional dos moradores para atender à demanda do mercado turístico, de acordo com um dos profissionais que teve participação e atuação de ensino no CEP: "a cidade não absorveu os moradores que fizeram curso no CEP".

Se por um lado a introdução total destes profissionais ao mercado turístico na cidade não foi executada, por outro, constata-se que a maioria dos interlocutores, moradores das *áreas periféricas* que estão diretamente envolvidos com o mercado turístico na Cidade de Goiás, são profissionalmente qualificados pelo CEP, alguns chegaram a realizar mais de um curso. Portanto, creio que a instabilidade na movimentação turística na cidade não esteja relacionada somente à questão da má qualidade profissional. Alguns dos interlocutores chegaram a apontar para outro fator que, a meu ver, seja o ponto chave desta inconstância dos turistas na cidade. Segundo eles, não existem pertinentes relações e diálogos entre as políticas públicas locais, os comerciantes e algumas manifestações culturais que são reproduzidas no *centro histórico*. Por vez, é realizada alguma reunião para discutir a operacionalização de seus estabelecimentos junto ao mercado turístico. Como reflexo desta não-prática, de não promoverem reuniões entre os diversos moradores (comerciantes) e os agentes do patrimônio e turismo, apresento um fato que sintetiza claramente o que estou tentando destacar, me refiro à falta de guias turísticos e/ou de um local de assistência aos turistas na cidade. Tanto um quanto o outro, a meu ver, são imprescindíveis para o sistema turístico, pois permitem e estimulam a mobilidade, comunicação e mapeamento dos locais de serviços instalados na cidade, como hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, agências bancárias etc., além de, superficialmente, (re)apresentar aos turistas os bens naturais, históricos e culturais que compõem a paisagem sociocultural da cidade.

A Cidade de Goiás, urbanisticamente, até é preenchida com um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), porém seu funcionamento acontece somente durante as programações dos macro-eventos. Fora essas programações ele é mantido de portas fechadas,

como ocorreu no dia 07/02/2013, quinta-feira, antes do carnaval na Cidade de Goiás, por volta de 16h00 da tarde.

Local onde se situa o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) na Cidade de Goiás. Na fotografia, pode-se observar que está fechado. Foto: Marcelo I. Oliveira

Os próprios moradores e comerciantes reconhecem estas falhas abordadas. E as soluções apontadas por alguns deles se referem: à melhoria na qualidade dos serviços e suportes turísticos, como também nos atendimentos aos diversos comércios, como dos guias de museus, garçons, recepcionistas, secretárias(os) etc. Além disso, apontaram para que haja uma proliferação qualificada de restaurantes, lanchonetes, pizzarias, banheiros e de sinalizações nas ruas turistificadas da cidade; clamam por mais valorizações aos personagens e a outras manifestações culturais reproduzidas pelos moradores, especialmente os que residem nas margens do *centro histórico* da cidade. Enfim, os moradores das *áreas periféricas* clamam por melhores planejamentos e ações turísticas, pois entendem que este fenômeno pode, sim, se tornar o grande potencial econômico para eles próprios e também para a cidade. Para isso, segundo eles, precisa haver, sobretudo, uma reformulação no plano político, social e comercial da cidade.

Tomando isto como reflexão, penso que os moradores e os agentes responsáveis por gerir as políticas públicas dos espaços patrimonializados e turistificados temem uma "invasão comercial" no *centro histórico*, por sujeitos "*de fora*", onde, após se introduzirem nestes espaços, poderão desmantelar as âncoras culturais e históricas que envolvem os casarios e demais bens patrimonializados em favor da valorização mercadológica. Isto pode ser notado pela relação e apego que os proprietários dos imóveis na área enobrecida do *centro histórico*

têm com as relíquias patrimoniais: apesar de não residirem na cidade, pois muitos deles chegaram a se deslocar para Goiânia e não se desvincularam daqueles bens que estão ligados às histórias e memórias de seus antecessores. Alguns moradores chegaram a me dizer a seguinte frase: "quem é de fora eles [agentes do patrimônio e turismo] não deixam deslanchar aqui na cidade". Cheguei a encontrar em alguns trechos do *centro histórico*, às ruínas, dois estabelecimentos comerciais.

Estabelecimentos comerciais desapropriados. Eles estão localizados na área patrimonializada da Cidade de Goiás. Fotos: Marcelo I. Oliveira

O turismo pode ter sido introduzido no cotidiano dos moradores ao longo das últimas décadas, mas eles crêem que os bens culturais/patrimonializados ou "fantasmas do passado", como enfatizou Certeau (1994), persistem em "assombrar" suas vidas, ou seja, os bens e espaços patrimonializados continuam vivos, tendo significados e servindo de usos para várias atividades, manifestações e demais formas de sociabilidades praticadas pelos moradores da cidade.

De fato, quando os dois fenômenos, patrimônio e turismo, passaram a ser introduzidos no contexto urbano da Cidade de Goiás, alguns sentidos atribuídos aos espaços "impactados" foram ressignificados e alterados. Assim, outros usos e significados foram designados a eles, especialmente com relação às práticas mercadológicas. No entanto, cabe ponderar que, devido a essas ressignificações e mudanças processadas no *centro histórico*, os moradores das *áreas periféricas* se aproximaram mais dos bens e espaços patrimonializados. Não me refiro somente em favor das práticas turísticas, como foi discorrido ao longo deste capítulo, mas, cotidiana e extraordinariamente, demais práticas foram introduzidas e reproduzidas por eles neste espaço: as diversas manifestações culturais, os encontros e sociabilidades presentes nas praças, nas ruas e pontes do *centro histórico* são provas disto, como será discorrido no próximo capítulo. Portanto, entremeio a este jogo das políticas

patrimoniais e turísticas, observa-se a presença não somente material de lugares patrimonializados e turistificados, mas há imaterialidades, cujas vivências dos moradores vão dando sentidos aos “lugares de memória”, lugares de trabalho, lugares de lazer, lugares de sociabilidades, lugares de manifestações.

Assim, quando os moradores que migraram e deslocaram para as *áreas periféricas* da cidade se dizem/sentem “excluídos” da cidade, eles estão se referindo especificamente às políticas e planejamentos que são implantados pelos agentes do patrimônio e turismo no *centro histórico* da Cidade de Goiás, que acabam tendo alguns usos expropriados e impedidos de serem praticados em alguns espaços neste setor urbano. É certo que, com o enobrecimento estético, ou seja, com a valorização e atenção política centralizada sobre alguns setores no *centro histórico*, os moradores das *áreas periféricas* ficaram obscurecidos pelas esferas públicas locais e se viram um pouco afastados de determinados contextos culturais, políticos e econômicos da cidade, pois tiveram que passar a conviver com a falta de infra-estrutura em seus bairros e falta de valorização das suas manifestações culturais, mas eles estão construindo suas próprias relações com o *centro histórico*, eles também estão preenchendo e movimentando o lado social e comercial da área enobrecida. Quem sabe um dia as práticas reproduzidas por eles não receberão uma valorização, que passarão também por algumas intervenções das políticas patrimoniais e turísticas e, então, serão incluídas aos demais patrimônios culturais da cidade...

## CAPÍTULO 3:
## DAS MARGENS DA CIDADE PARA O *CENTRO HISTÓRICO*

Acorda de manhã, por volta de 5h, levanta da cama, molha o rosto, escova os dentes, cuida dos animais de estimação, monta em sua bicicleta e segue o itinerário percorrido todos os dias, que vai da Rua da Lama, onde se localiza a sua residência (*bairro João Francisco*), até o Mercado Municipal, espaço patrimonializado, onde está instalado seu comércio. Chegando lá, coloca a massa (produzida no dia anterior) dos deliciosos "bolos de arroz"[75] (um dos principais alimentos comercializados neste espaço) para assar. Desde então, o comércio passa a receber o fluxo de consumidores a todo instante, até aproximadamente 10h. Após este horário, quando o movimento em seu estabelecimento fica um "paradão"[76], ela vai lavar as vasilhas sujas, ralar o queijo, comprar os ingredientes no supermercado, que fica ao lado do Mercado Municipal, e também de outros vendedores, que transportam os produtos de suas fazendas (como o vendedor de queijo), para, então, preparar a massa do bolo de arroz que será assado e comercializado no dia seguinte. Depois de preparada a massa, despede da mãe e dos irmãos, monta em sua bicicleta novamente e segue o itinerário de volta para sua casa, por volta de 15h, onde vai lavar as vasilhas sujas do jantar do dia anterior, as roupas sujas, limpar a casa e preparar o jantar para o marido que trabalha como motorista na secretaria municipal de saúde do município. Esta é a rotina praticada todos os dias "comuns"[77] pela comerciante de uma lanchonete localizada na Praça Vinicius Fleury, mais conhecida como Mercado Municipal e Rodoviária Antiga. E, assim como ela, sua mãe, irmãos e outros(as) comerciantes fixados nesta praça reproduzem a mesma prática, só que, por vezes, com a produção e comercialização de alimentos e produtos diferentes. Com isso, a partir das 5h da manhã, os espaços e bens arquitetônicos que passaram a madrugada toda silenciosa, sendo representados apenas como patrimônios materializados, vai se imaterializando pouco a pouco desde antes do nascer do sol, ou seja, eles vão sendo preenchidos por sons, movimentações, significados, usos, memórias e relações sociais dos comerciantes, os moradores das *áreas periféricas*, e, também, por consumidores (seja os transeuntes turistas ou os próprios moradores).

---

[75] A categoria "bolo de arroz" é usada pelos citadinos por vários anos, porém, durante o trabalho de campo ouvi a categoria "bolinho de arroz" sendo pronunciada por alguns moradores da Cidade de Goiás. Nesta etnografia, me referenciarei ao alimento como "bolo de arroz", que também é pronunciado pelas vilaboenses que o produz.

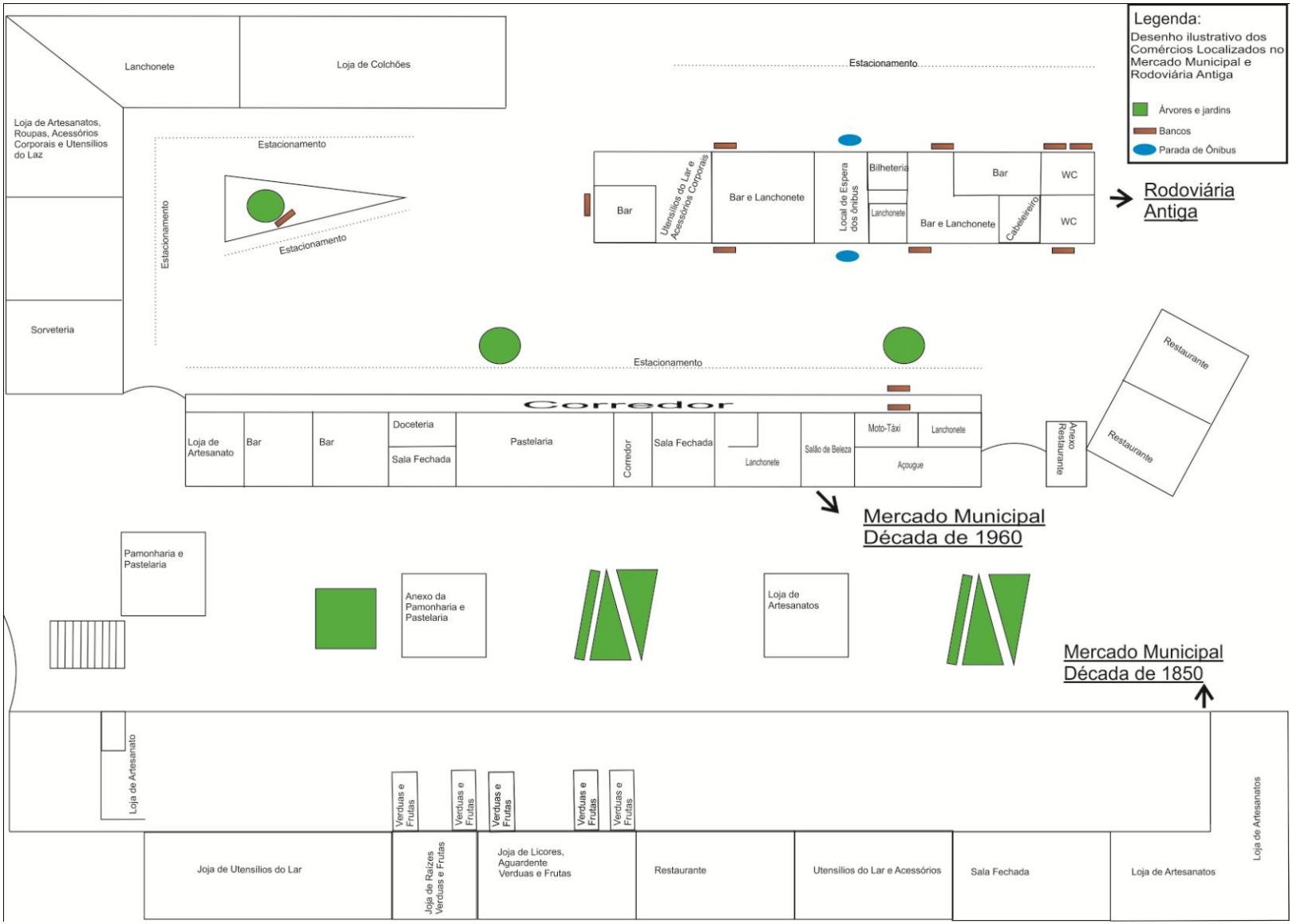
[76] Categoria narrada pelos comerciantes do Mercado Municipal. Ela representa os momentos onde o fluxo de trocas comerciais nos estabelecimentos está fraco.

[77] Não me refiro aos dias de "macro-eventos", pois, assim como toda movimentação política, econômica e cultural da cidade, nesses dias as rotinas sociais dos comerciantes também se alteram.

## 2.1. A Imaterialidade do Mercado Municipal

Construído na década de 1850 e tombado pelo IPHAN em 1978, o Mercado Municipal da Cidade de Goiás está inserido no *centro histórico* da Cidade de Goiás e recebe fluxos de turistas, como na Rua Moretti Foggia e Praça do Coreto. Entretanto, diferentemente destes dois espaços que estão localizados no setor enobrecido e são valorizados política e economicamente de forma mais intensa pelas esferas públicas, o Mercado Municipal, como apontou um comerciante, está "deixado" pelas agências/agentes políticos(as). Sua estética está bastante degradada, até mesmo a sua iluminação não é contemplada pelos lampiões, um dos símbolos privilegiados da área patrimonializada, enobrecida do *centro histórico* (TAMASO, 2007a; 2011).

A temporalidade dos prédios que compõem o conjunto arquitetônico do Mercado Municipal da Cidade de Goiás é destoante. Enquanto um prédio, com arquitetura mais decorada, de estilo eclético, tem sua construção datada de 1850, o outro, com arquitetura mais simples, em formato de um galpão, foi construído na década de 1960. Destaco também, entremeio a estes dois monumentos arquitetônicos, a Rodoviária Antiga, que foi construída em meados do século XX, onde era o pátio do Mercado Municipal.




Desenho ilustrativo da distribuição arquitetônica e dos comércios situados no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Fonte: Marcelo I. Oliveira

Prédio arquitetônico do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, com estilo eclético e construído na década de 1850. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Prédio arquitetônico do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, construído em 1960. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Embora o Mercado Municipal da Cidade de Goiás tenha um valor monumental significativo para o contexto histórico, social e econômico da cidade, o que fez com que passasse pelo processo de patrimonialização, pode-se questionar: qual relevância desta representatividade histórica e arquitetônica sem as memórias, as sociabilidades, os produtos comercializados e variados usos sociais reproduzidos cotidianamente pelos moradores, especialmente os das *áreas periféricas*, no Mercado Municipal da Cidade de Goiás?

Refletindo sobre as temporalidades que estão postas nos contextos urbanos das cidades patrimoniais ("Tempo Social" x "Tempo Monumental") (HERZFELD, 2003; JEUDY, 2005), é importante destacar a articulação e interação que deve haver entre os "valores e sentidos históricos" com os "valores e usos sociais" dos bens patrimonializados. É a partir destas relações e trocas que os patrimônios vão "sobrevivendo" e continuando a existir no tempo modernizado dessas cidades (ROCHA, 2009).

Para Massey (2000, p. 178), a noção de tempo-espaço pode ser socialmente compreendida a partir do "movimento", da "comunicação através do espaço" e da "extensão geográfica das relações" estabelecida pelos atores sociais. Se compararmos as temporalidades, experiências e vivências dos moradores das *áreas periféricas* no Mercado Municipal e no "pedacinho" enobrecido do *centro histórico*, pode-se perceber as diferenças nas relações sociais concentradas nestes dois contextos urbanos patrimonializados. Enquanto no "pedacinho" enobrecido eles estão trabalhando no ramo do mercado turístico há poucos anos (alguns com pouco menos de um ano), no Mercado Municipal a relação que esses vilaboenses mantêm com os comércios, cotidianamente, vem ocorrendo fazem 20, 30 e até mesmo 40 anos.

Vale ressaltar que os usos que os comerciantes fazem do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, desde décadas passadas, influencia diretamente nos usos, sentidos e significados que os demais atores sociais fazem e atribuem a ele, sejam outros moradores, turistas ou consumidores.

> *Minha família ta aqui tem 38 anos. Meu pai ta aqui mais. Minha mãe ta com 32 anos aqui. A família do meu pai tem mais. A família do meu pai deve estar aqui com uns 70 já. Meu pai já tinha comércio. Setenta não, acho que uns 50. Meu pai já tinha comércio aqui, avô, bisavô, bisavó, né?! [...] Antes era açougue, café... lanchonete. Tem muita variedade, né?! de comércio aqui. Atualmente que a gente ta com verdura, artesanatos e algumas coisas artesanais, né?! que é licores, conservas, raízes do mato, pingas com frutos do cerrado [...] O mercado faz parte do comércio e da vida também. A família do meu pai ta aqui com uns 50 anos já. Eu to com 29 anos aqui. Fui nascido e criado aqui dentro. Conheço todo mundo. Vi isso aqui melhorar, piorar... porque antes não tinha supermercado, essas coisas... Ponto de referência qual que era? O Mercado! Aqui era a área comercial da cidade, hoje em dia decaiu muito [...] Perdeu o tradicionalismo de chegar, comprar e levar, você entendeu?! Supermercado hoje em dia você chega e já tem tudo: tem farmácia, tem açougue... [...]* [vilaboenses do centro histórico] *frequenta* [o Mercado], *mas poucos. Mais é de fora* [bairros periféricos] *ou turistas. O pessoal da cidade mesmo, do centro, são poucos.*[78]

Compreendendo o valor simbólico que o comércio agrega por ter sido (re)apropriado e transmitido de geração em geração, o interlocutor destaca que os comerciantes do Mercado Municipal estão desiludidos com a reforma, proposta para este espaço há mais de três anos. Eles compreendem que estão contribuindo para a movimentação social e comercial deste espaço patrimonializado, no entanto, segundo ele, não são amparados e valorizados pelas esferas públicas locais.

> *O Mercado mesmo, nós estamos esperando uma reforma aqui faz três anos já, uai, do IPHAN, do patrimônio. Fala, fala, fala que tem um milhão ai para investir neste Mercado aqui, mas nunca veio... olha a situação dos banheiros, a situação do ambiente aqui: sujo, quebrado... e, assim, é porque o IPHAN é aqui do lado.*[79]

Levando em consideração as intervenções realizadas em outros espaços patrimonializados, como na Praça do Coreto, onde os agentes do patrimônio fizeram prevalecer o tempo e estética monumental deles, desprivilegiando os tempos sociais praticados pelos demais moradores[80], ou seja, os usos e sentidos que os moradores faziam

[78] Entrevista com Alberto, 29 anos. Administrador de comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Realizada em: 07/02/2013.
[79] Entrevista com Alberto, 29 anos. Administrador de comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Realizada em: 07/02/2013.
[80] Estou me referindo aos usos que eram reproduzidos pelos blocos carnavalescos, que foram impedidos de reproduzi-los na Praça do Coreto.

desses espaços. Alguns comerciantes temem que ações semelhantes a esta sejam também executadas no Mercado Municipal. Eles destacam a necessidade de reformas na estrutura arquitetônica e nos ambientes que compõem o Mercado, mas desaprova qualquer alteração que venha a ser feita com relação aos usos sociais que fazem deste espaço desde décadas anteriores, do tempo de seus antepassados.

Para vários comerciantes, moradores das *áreas periféricas*, o Mercado Municipal é um espaço simbolicamente significativo, pois está diretamente envolvido com suas trajetórias de vida. Por exemplo, ao conversar e questionar uma comerciante sobre os valores que ela atribui a este espaço, sua resposta logo se direcionou para o lugar de trabalho, a lanchonete que é administrada por ela, juntamente com sua mãe. Porém, seus discursos foram sendo preenchidos por lembranças do pai falecido há aproximadamente um ano. Foi ele quem comprou o estabelecimento para ela e sua mãe trabalharem; além disso, ele trabalhava como taxista no Mercado até o dia de sua morte.

> *O Mercado é muito importante porque é o meu lugar de trabalho, eu vivo daqui, é o meu "ganha pão", tenho uma vida inteira construída aqui. Meu pai trabalhava na roça, coitado, conseguiu juntar dinheiro, com muito sofrimento, até conseguir comprar este ponto aqui, comprou pra nós* [com os olhos cheios de lágrimas][81].

Quando a interlocutora destaca no decorrer da conversa que pretende permanecer no "lugarzinho de sempre", sua fala está associada às estruturas dos comércios que poderão deixar de existir após as reformas do Mercado Municipal, bem como à preexistência de suas memórias, as quais estão presentes os seus familiares e o seu lugar de trabalho, a sua "segunda casa", como ela ressalta.

É importante frisar que a categoria memória, como compreende Bergson (1999), é configurada a partir de percepções e lembranças que aparecem por meio das ações praticadas pelos atores sociais, portanto, o passado, segundo Bergson (1999), somente pode ser apreendido através do presente. Neste sentido, Bachelard (1988) destaca que nós evocamos o passado para vivermos o presente e pensarmos o futuro (devir).

Como pode perceber, o Mercado Municipal da Cidade de Goiás possui valores e significados que vão além de comércio e trabalho. Por isso, vários comerciantes almejam que os agentes do patrimônio não desprezem o tempo social e desfaçam de seus estabelecimentos comerciais, haja vista que neles encontram-se ancorados os valores simbólicos, as temporalidades vivenciadas junto com outros familiares.

[81] Narrativa da conversa realizada com proprietária de comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás.

Em Herzfeld (2003) pode-se observar este mesmo conflito, entre as temporalidades (monumental e social) na cidade de Creta, cidade grega que passou por processos de patrimonialização. Segundo ele, os agentes que estão diretamente envolvidos com as práticas patrimoniais dominam e legitimam as continuidades e usos dos bens patrimonializados, restando aos citadinos "aceitar" as intervenções que são propostas e executadas por eles.

Para Jeudy (2005) o conflito entre a configuração e perpetuação das duas temporalidades urbanas é explícito nas cidades patrimoniais. De acordo com ele, este "jogo das temporalidades" faz prevalecer a "dimensão patrimonial", que tende a assegurar "a figura única de uma certa espessura do tempo" (JEUDY, 2005, p. 107). Com isso, entremeio às políticas patrimoniais que estão introduzidas no "jogo das temporalidades" dos bens e monumentos históricos, percebe-se um obscurecimento com relação ao tempo social, que na maioria das vezes é desconsiderado por aqueles que detêm o poder.

De certa forma, os comerciantes, e também os usuários do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, se vêem acuados com relação às ações patrimoniais, uma vez que já foram reféns delas após a enchente do Rio Vermelho, que ocorreu em 2001, onde vários estabelecimentos comerciais que se localizavam em frente ao Mercado, à margem do rio, foram destruídos e, posteriormente, impedidos pelos agentes/agências do patrimônio de serem (re)construídos (TAMASO, 2007a). Este fato apresenta um contraponto do ocorrido com o Museu da Casa de Cora Coralina, que também está localizado à margem do Rio Vermelho, o qual teve parte da sua estrutura arquitetônica destruída, também, na enchente, mas, logo depois, ela foi reconstruída novamente. Nesta mesma direção, outro caso que pode ser aqui destacado é o conflito gerado a partir da construção da Avenida Rio Vermelho, que ligaria o *centro histórico* aos *bairros periféricos*, especificamente o setor Rio Vermelho (TAMASO, 2007a). Sendo aceita pela maioria dos moradores, o projeto de construção da avenida foi vetado pelos agentes/agências do patrimônio[82], pois, segundo eles, a obra impactaria a paisagem patrimonializada do setor urbano. Portanto, com base nestes casos apresentados, nota-se que se fez prevalecer o valor e tempo monumental dos espaços e bens patrimonializados, em detrimento dos valores e tempo social vivenciado pelos moradores.

Todavia, mesmo com receio de serem expropriados de seus estabelecimentos comerciais, os comerciantes do Mercado Municipal continuam (re)produzindo e

[82] "O conflito deflagrado em torno da construção da avenida se deu imediatamente após a conquista do título e da enchente, revelando que a equação identidade/patrimônio não é agenciada da mesma maneira pelas identidades plurais em convívio na cidade. Se para uns, sobretudo os desprovidos de automóvel, a avenida facilitaria o percurso da *periferia* para o *centro*, democratizando o acesso aos bens e serviços, para outros ela traria impactos irreversíveis ao patrimônio urbano (estético) e arqueológico" (TAMASO, 2007a, p. 592).

comercializando variados alimentos e objetos que provocam a movimentação social e mercadológica deste espaço. Dentre os elementos comercializados, destaco os alimentícios: pastéis, os bolos de arroz, empadão, pamonha, frutas, verduras, legumes, carnes (bovinas e suínas), almoços servidos nos três restaurantes que se localizam dentro do Mercado Municipal; utensílios do lar; acessórios corporais; bebidas alcoólicas e sucos de frutos do cerrado (cajazinho e caju, por exemplo).

> *Eu gosto do Mercado. Eu acho que* ***ele é mal cuidado****, mas ele é um ponto fantástico. Tudo quanto é lugar* ***o Mercado é a alma da cidade****. O Mercado Municipal é a alma da cidade. Ali você sabe da vida.* ***É borbulhante a vida no Mercado Municipal****. Uma pena ser mal cuidado, mas eu acho um lugar fantástico. O turista ama o Mercado, tem o bolinho de arroz da Dona Inês.*[83] [**Grifos meu**].

Apesar de o Mercado Municipal ser a "alma da cidade", onde as relações e trocas comerciais e simbólicas são reproduzidas cotidianamente, como apontado pela interlocutora, ele está "mal cuidado", ou seja, está "impuro" (DOUGLAS, 1976), com a estética e os ambientes descaracterizados: as paredes estão sujas e se deteriorando, os prédios estão infestados de pombos, que, das estruturas dos telhados, defecam pelo chão do Mercado Municipal, às vezes até nos próprios frequentadores e consumidores.

Dentre os espaços patrimonializados do *centro histórico*, considero o Mercado Municipal da Cidade de Goiás como sendo o frequentado e usado pelos moradores das *áreas periféricas* com mais veemência. Não que os demais espaços do *centro histórico* não estejam sendo usado por esses moradores, mas, cotidianamente, a movimentação do Mercado Municipal por parte desses vilaboenses é intensa. O Mercado Municipal é popularmente preenchido por atores sociais de todos os gêneros e classes sociais distintas: proprietários e funcionários de sítios dos em tornos da área urbana, agentes e funcionários das esferas públicas, proprietários e funcionários dos comércios localizados na Rua XV de Novembro e da própria área enobrecida; moradores do *centro histórico* e das *áreas periféricas*. Com isso, por conta desta configuração social heterogênea, percebe-se uma multiplicidade de usos diferentes praticados por esses frequentadores e usuários.

Alguns usuários chegam ao Mercado Municipal, consomem bolos de arroz, pastéis, salgados, empadas, biscoitos de queijo, ingerem cafés, sucos, refrigerantes e bebidas alcoólicas. Além de práticas sociais relacionadas ao consumo, outros usuários do Mercado Municipal vão para realizar "trocas comerciais", onde se observa pequenos sitiantes

[83] Entrevista com Anabela, 67 anos, artesã e comerciante de doces na Avenida Beira Rio. Realizada em: 02/04/2013.

comercializando os produtos confeccionados e retirados de seus sítios com os comerciantes do espaço urbano. Junto a estas práticas, destacam-se os moradores que vão para trocar conversas com os amigos. Contudo, depois de reproduzirem estes usos, os usuários e consumidores seguem seus trajetos até seus lugares de trabalho, casas.

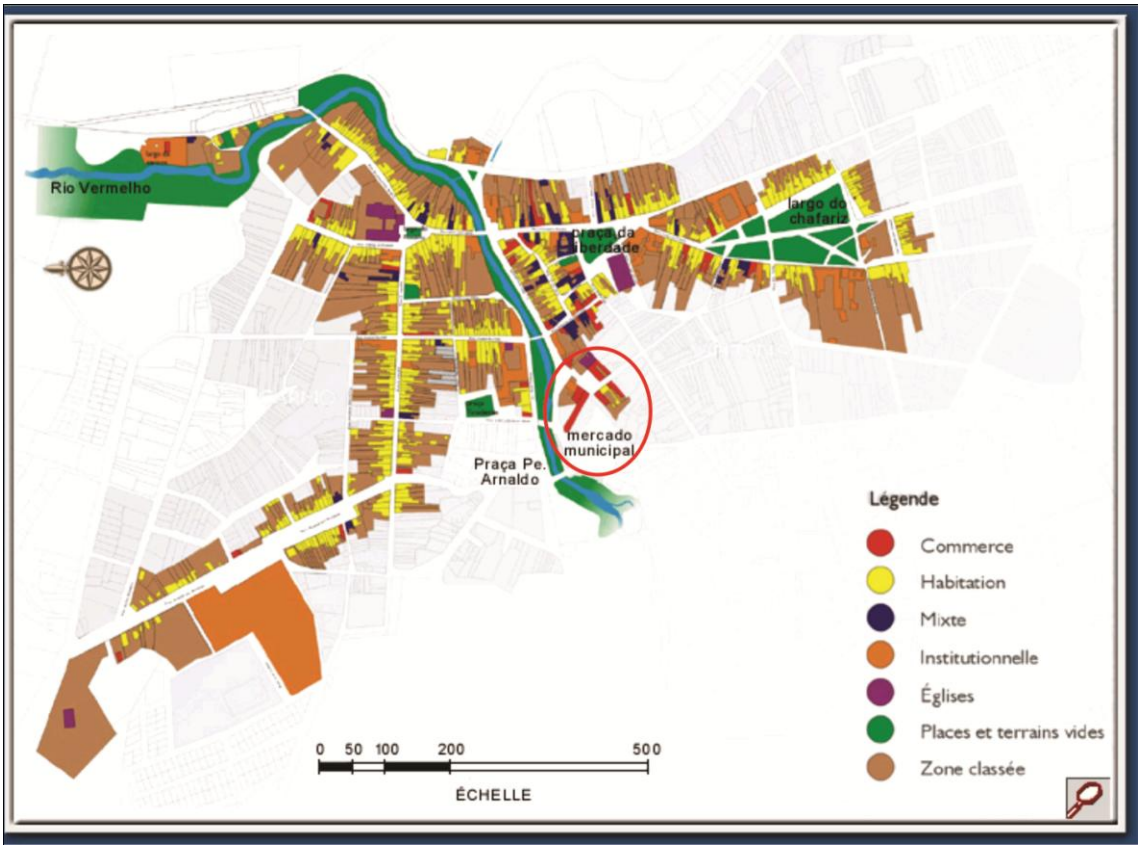
Morador consumindo bebida alcoólica no Mercado Municipal da Cidade de Goiás.
Foto: Marcelo I. de Oliveira

Moradoras comprando bolo de arroz no Mercado Municipal da Cidade de Goiás.
Foto: Marcelo I. de Oliveira

Observando como são configurados os usos e os "trajetos" percorridos pelos moradores no Mercado Municipal cotidianamente, pode-se relacioná-los ao que Magnani (1996) caracterizou como "mancha". Para ele, a "mancha"

> sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos - apresenta uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso - o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários. (MAGNANI, 1996, p. 21)

Associo, então, a paisagem do Mercado a esta categoria, "mancha", devido à grande concentração de comércios que se encontram presentificados neste espaço, que externamente são ampliados para a Rua XV de Novembro e Rua Professor Ferreira. Estes comércios são preenchidos por diversos e distintos atores sociais, cujos "trajetos" e usos praticados por eles marcam a movimentação social cotidiana deste espaço.




Malha urbana da Cidade de Goiás, destaque para a "mancha" comercial do Mercado Municipal. Fonte: Multimídia do Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade; Editado por Marcelo I. de Oliveira

Para Magnani (1996), a "mancha" é representada a partir dos usos e "trajetos" reproduzidos pelos citadinos nos espaços. Sendo assim, no Mercado Municipal da Cidade de Goiás, observam-se alguns usos que são cotidianamente praticados pelos moradores (comerciantes e usuários), por exemplo, os consumidores dos diversos produtos alimentícios; os que vão todos os dias para ingerir bebidas alcoólicas; os que vão somente para almoçar; os que vão para comprar jornais, verduras, frutas e carnes. É a partir destes usos, sobretudo, que as "redes comerciais e sociais" vão sendo tecidas neste espaço urbano.

> *No Mercado eu passo todos os dias, né?! Desço lá* (é a Rodoviária) *e passo lá pra pegar meu jornalzinho.*[84]

> *O Mercado é só o Emival, a pastelaria do Emival, ou o lanchinho do Macalé, o tradicional bolo de arroz lá, só.*[85]

[84] Entrevista com Angenora, 58 anos, zeladora de igreja no *centro histórico*. Realizada em: 02/04/2013.
[85] Entrevista com Angelina, 28 anos, vendedora em loja de artesanato na Rua Moretti Foggia. Realizada em: 02/04/2013.

Portanto, o conjunto de usos e de movimentações sociais reproduzidas no Mercado Municipal da Cidade de Goiás é significante para revelar os sentidos que os moradores das *áreas periféricas* designam a ele.

> *O Mercado é histórico também, mas ali, às vezes, quase... é muito difícil de ir turista. Às vezes vai mais é um turista que tá... um pessoal mais fraco de situação que vai pra comer um salgado; tem uma comida mais barata [...] lá dentro do Mercado tem restaurante que é mais barato*[86].

Moradores da cidade conversando em banco do Mercado Municipal da Cidade de Goiás.
Foto: Marcelo I. de Oliveira

Roda de Capoeira realizada no Mercado Municipal da Cidade de Goiás.
Foto: Marcelo I. de Oliveira

As relações socioespaciais tecidas cotidianamente no Mercado Municipal, através de trocas comerciais, conversas, fofocas[87] e consumos podem ser relacionadas e analisadas a partir do que Barnes (1987) caracterizou por "redes sociais". O autor analisou e utilizou esta categoria com o propósito de compreender "como noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma indivíduos usavam laços sociais de parentesco e amizade". Assim, esta categoria, analisada empiricamente, passou a revelar também "os limites e a estrutura interna dos grupos" (BARNES, 1987, p. 163), ou seja, as ações e relações sociais que "efetivamente acontecem" em determinados contextos espaciais.

Também, refletindo sobre as relações socioespaciais, Casey (1996) destaca que os espaços, quando transformados em lugares, ou seja, quando são socialmente experienciados e atribuídos de valores não revelam apenas as cenas de ação reproduzidas pelos atores sociais, mas também os sentimentos e expressões dos mesmos. Portanto, segundo o filósofo, além de

[86] Entrevista com Álvaro, 33 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Leão de Ouro. Realizada em: 15/02/2013.
[87] De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 121), "fofocas" são entendidas como "informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras".

observar apenas o acontecimento em si, o pesquisador deve se atentar para as representatividades simbólicas que determinados grupos sociais atribuem aos espaços.

Nesta mesma direção, Rodman (2003) aponta que as observações antropológicas devem ser direcionadas para os sentimentos e diversas representações sociais atribuídas pelos distintos grupos sociais sobre os espaços, ou seja, como os grupos se distribuem nos espaços e como eles interagem com os demais atores e grupos sociais que frequentam esses espaços. Para ela,

> places have multiple meanings that are constructed spatially. The Physical, emotional, and experiential realities places hold for their inhabitants at particular times need to be understood apart from their creation as the locales of ethnography. While anthropologist indeed create places in ethnography, they hold no patent on place-making (RODMAN, 2003, p. 641).

Corredor do Mercado Municipal. Destaque para as pessoas almoçando no restaurante e para as bancas de objetos. Foto: Marcelo I. de Oliveira

Moradores da cidade sentados em banco e conversando no Mercado Municipal. Foto: Marcelo I. de Oliveira

A categoria "redes sociais", discorrida por Barnes (1987), possui definição similar à categoria "sociabilidade", que foi primeiramente discutida e analisada por Simmel (1983, p. 169), onde a definiu como "a forma *lúdica* da *sociação*". A "sociação", neste caso, "é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses" (SIMMEL, 1983, p. 166). Portanto, a sociabilidade para o sociólogo

> não tem propósitos objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre [...] as condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social (SIMMEL, 1983, p. 170).

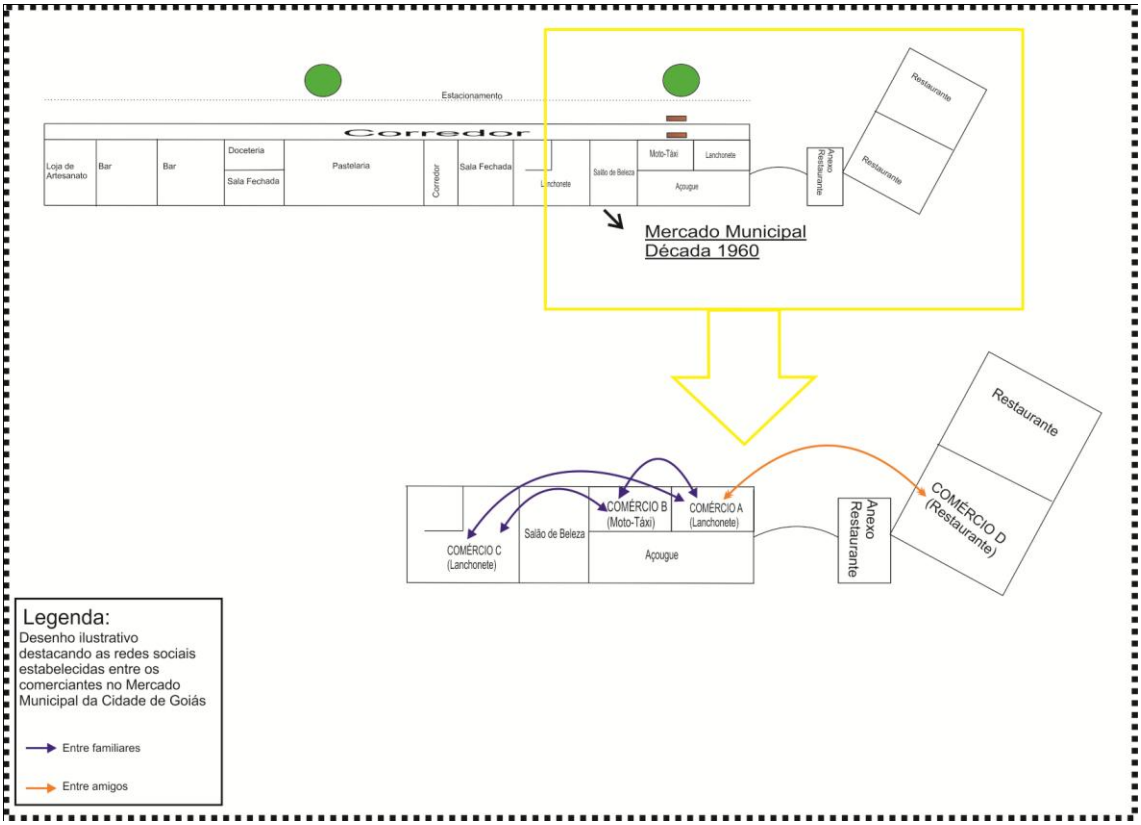
A partir da narrativa de uma comerciante, cujo estabelecimento está localizado na Rua Moretti Foggia, pode-se observar tanto as sociabilidades e trocas comerciais que ela estabelece com o Mercado Municipal, quanto as relações de afinidade estabelecida com uma comerciante:

> *é... às vezes peço alguma informação... Porque tem uma senhora lá* (no Mercado) *que ela trabalha quase no mesmo ramo meu, e... às vezes pega uma mercadoria, me pede uma mercadoria e eu mando... eu pego dela pra cá, você entendeu?! Tipo, doce, mel... essas coisas que vem de fazenda, entendeu?! E... essas coisas caseiras. Às vezes pede alguma informação e eu mando pra lá, às vezes eu vou lá pra ver se tem... pra eu informar pros meus fregueses... é isso ai... A gente frequenta mais aqui assim..*[88]

Correlacionando, então, estas relações que a comerciante estabelece no Mercado Municipal com as análises realizadas por Carlos (2004, p. 50), destaco que estas práticas e usos revelam "os sentidos dos 'lugares'", que são expressos e podem ser mapeados e traduzidos, "porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso".

Além e entremeio às práticas e usos direcionados à lógica comercial, as sociabilidades reproduzidas no Mercado Municipal da Cidade de Goiás são expressas também pelas "relações de amizades" e "relações familiares". Por exemplo, há comércios localizados próximos um do outro em que os respectivos proprietários pertencem a uma mesma família: filhos, filhas, mães, irmãos, esposos, esposas, tios e sobrinhos. No prédio de construção mais recente, o comércio A, que é administrado por mãe e filha, se relaciona com o comércio B e C, que são administrados por seus filhos e irmãos, respectivamente; bem como o comércio B se relaciona com A e C, e o C se relaciona com A e B. Além destas relações entre comércios e familiares, destaco que há comércios que são administrados unicamente pelos membros de uma mesma família (pai, mãe e filho).

[88] Entrevista com Aparecida, 44 anos, comerciante na Casa do Doce na Rua Moretti Foggia. Realizada em: 26/03/2013.




As relações estabelecidas no Mercado Municipal são tecidas por meio das "redes de laços sociais entre pessoas, que se origina a partir de considerações de parentesco, amizade e reciprocidade" (BARNES, 1987, p. 184). Quando a mãe do comércio A (lanchonete) repassa alguns produtos para serem comercializados no comércio C (pastelaria e lanchonete), administrado por seus dois filhos, esta prática é reproduzida sem a cobrança comercial dos produtos; do mesmo modo, ocorre quando o administrador do comércio B (moto-táxi), que é filho da administradora do comércio A, busca e leva sua mãe para o Mercado Municipal sem cobrar pela corrida. Estas ações representam, então, o grau de afinidade e reciprocidade que está estreitado consaguineamente entre os familiares que possuem comércios distintos no Mercado Municipal.

Já as "relações de amizade", elas podem ser observadas através das trocas estabelecidas entre um produtor de queijo (pequeno sitiante) com uma administradora do comércio A (lanchonete). Ele entrega seus produtos para a comerciante, aceitando que ela "pague depois". Outro exemplo é quando a mãe e filha do comércio A (lanchonete) almoçam no comércio D (restaurante), cujas famílias não obtêm nenhum grau de consanguinidade, e o preço do almoço é cobrado por um valor "mais barato", ou mesmo deixa para "pagarem depois". Estas são práticas revelam as relações de afinidade entre pequenos sitiantes com os

comerciantes do Mercado Municipal e entre os próprios comerciantes de famílias distintas, cujos laços de amizade foram estabelecidos desde décadas passadas.

Uma experiência neste sentido também ocorreu comigo. Quando cheguei pela primeira vez na cidade, durante o primeiro trabalho de campo, ao me dirigir a um restaurante no Mercado Municipal para almoçar, o valor do almoço era cobrado através do preço tabelado, que estava destacado na parede do restaurante. Entretanto, a partir do momento que passei a frequentar o espaço e me relacionar e interagir com as(os) funcionárias(os) e as administradoras, nos últimos dias do trabalho de campo, ao me preparar para almoçar no mesmo estabelecimento, a proprietária do restaurante me perguntava em tom baixinho: "quanto a minha filha fez pra você?". Ao responder que não sabia, pois não havia conversado sobre isto com ela, logo ela respondeu: "vou fazer mais barato pra você". Às vezes, também, me esquecia de retirar dinheiro no caixa eletrônico para o almoço, então ela se aproximava e dizia que não havia problema eu pagar depois. Portanto, estas práticas não são reproduzidas de um dia para o outro, elas são reflexos das proximidades e afinidade que fui adquirindo ao longo do tempo em que frequentei aquele estabelecimento e convivi com aquelas pessoas, que por sinal são muito simpáticas.

Por meio destas experiências e observações, destaco que pensar e refletir antropologicamente as sociabilidades estabelecidas no Mercado Municipal da Cidade de Goiás é observar que ele não é meramente representado como um palco de "trocas comerciais", mas de práticas sociais que envolvem o comportamento cultural-cotidiano das famílias e amigos que estão presentificadas no seu interior. Por isso, acho importante frisar que a maioria dos moradores responsáveis pela configuração do cenário social e comercial do Mercado Municipal, da reprodução e execução dessas ações, são os moradores de classes populares, que acordam todos os dias as quatro ou cinco horas da manhã, saem dos *bairros periféricos* e se deslocam até o Mercado Municipal, espaço patrimonializado, localizado dentro do *centro histórico*, que são os espaços onde estão situados os seus lugares de trabalho. Ali, eles (re)produzem os alimentos, confeccionam alguns objetos de utensílios do lar, adereços corporais, enfim, (re)processam os produtos que, além de estarem ancorados de valores comerciais, estão ancorados de valores culturais. Portanto, são esses moradores os principais responsáveis por motivar a reprodução social-comercial e dar sentido aos usos que outros moradores da cidade fazem do Mercado Municipal.

A concentração de usos e de elementos que estão presentificados no contexto social e comercial do Mercado Municipal, se perpetuando por várias décadas, de geração em geração

familiar, se correlaciona ao conceito de “tradição”. O historiador Hobsbawn (1984), analisando as práticas socioculturais a partir deste conceito, destacou que a “tradição” é a repetição gradual e genuína de práticas reproduzidas pelos atores sociais. Segundo Giddens (1997), um dos críticos da teoria formulada pelo historiador, ressaltou que o conceito de tradição não pode ser compreendido de forma rígida e estática, apesar de estar atrelado às categorias “tempo” e “espaço”, ou seja, à persistência e repetição de aspectos, modos, crenças, valores e usos ao longo do tempo, através das memórias dos agentes sociais, ele sofre mudanças e transformações nas suas (re)atualizações.

Para Canclini (1997), outro autor que refletiu sobre o conceito de tradição, as temporalidades socioespaciais (passado/presente; tradicional/moderno; antigo/novo) não devem ser compreendidas como dicotômicas ou antagônicas. Ambas possuem significados, sentidos e valores, portanto, devem ser respeitadas e entendidas.

Direcionando esta reflexão para o Mercado Municipal, percebe-se, a partir das narrativas dos interlocutores, como algumas práticas e usos que os moradores fazem e reproduzem neste espaço são reproduzidos, tradicionalmente, por várias décadas, tanto em relação aos produtos comercializados e concentrados neste espaço, quanto às sociabilidades sociais e comerciais.

Quem adentra ao Mercado Municipal da Cidade de Goiás pela primeira vez, como aconteceu comigo, percebe que entremeio às trocas comerciais outras movimentações, sons e usos sociais configuram seu contexto socioespacial, como as risadas, histórias, encontros, conversas, “fofocas” reproduzidas por entre os corredores, bancos, cadeiras e mesas e nos estabelecimentos comerciais, que estão distribuídos pelos dois prédios que compõem o conjunto arquitetônico do Mercado Municipal. Assim, as diversas formas de sociabilidades vão sendo estabelecidas entre: (1) os próprios comerciantes que regressam todos os dias dos seus *bairros periféricos* para este espaço patrimonializado; (2) entre os comerciantes, consumidores, os usuários e frequentadores dele.

Quando digo que os produtos do Mercado Municipal estão, também, ancorados de valores culturais, estou destacando que alguns dos produtos comercializados ali possuem outros sentidos que são compartilhados pelos consumidores, que vão além das “trocas comerciais”. Quando ouvia durante as conversas e entrevistas com os interlocutores da pesquisa algumas frases referentes a alguns produtos que são comercializados neste espaço, como, por exemplo, sobre “o bolo de arroz do Mercado” ou “o empadão do Mercado”,

comecei a perceber o valor e significado que turistas e os moradores atribuem a estes alimentos, que são tradicionalmente (re)produzidos e comercializados no Mercado Municipal.

Empadão Goiano produzido e comercializado em comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira

Bolo de arroz produzido e comercializado em comércio no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira

Estes dois alimentos, por exemplo, não podem ser vistos apenas como algo físico, palpável e comestível, mas como alimentos que estão carregados de valores culturais, de saberes e de memórias. Por exemplo, uma mulher que se alimentava do bolo de arroz da Dona Inês, às 7h da manhã, no Mercado Municipal, enquanto saboreava lentamente o bolo, ela destacou que não costuma comer bolo de arroz, "mas tem vez que dá vontade, ainda mais o bolo de arroz daqui (do comércio da Dona Inês), que é 'especial'". A partir da narrativa da interlocutora, questiono: por que este bolo de arroz em específico, daquele comércio no Mercado Municipal, produzido por aquela senhora e sua filha (Dona Inês e "Leninha") é especial? Por que ele provoca uma mobilização social de vários turistas, fazendo com que eles se desloquem da então trafegada rodovia estadual, que se localiza na margem da cidade, para o Mercado Municipal com o propósito de consumi-lo?

Seja pelo sentido envolvente do paladar, cujas protagonistas dos saberes e gostos desses bolos de arroz é Dona Inês e sua filha, é notório que os bolos de arroz concentrados no Mercado Municipal da Cidade de Goiás são provocadores de sociabilidades estabelecidas pelos consumidores (turistas e os próprios moradores). De certa forma, eles contribuem para que diversos grupos sociais se desloquem, frequentem e usem o Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Portanto, eles não estão relacionados apenas às "trocas comerciais", mas, além disso, envolvem e instigam outras práticas sociais e simbólicas.

O bolo de arroz da Dona Inês, produzido e comercializado no Mercado Municipal, é um dos elementos significativos para a Cidade de Goiás, onde, além de ser "especial", é um

dos tradicionais elementos culinários deste espaço. Assim, como no caso do "empadão goiano" (PÉCLAT, 2003), o bolo de arroz da Dona Inês possui outros valores tradicionais, de memórias, saberes e fazeres, que podemos referenciá-lo como um patrimônio cultural intangível do Mercado Municipal. Tem moradores e turistas que deslocam até o Mercado, exclusivamente, para comprar e consumir este bolo de arroz, em específico.

Não somente o bolo de arroz e empadão, mas outros produtos comercializados no Mercado Municipal, como o pastel do Emival, são produzidos a partir dos saberes e fazeres transmitidos por herança familiar e das memórias daqueles que atualmente os produzem: os moradores das *áreas periféricas*, que se instalaram no Mercado e estão fixados ali há várias décadas, atribuindo a ele "vida social e cultural".

Este conjunto de práticas, movimentos e usos sociais que os moradores fazem do Mercado Municipal refere-se à imaterialidade da qual destaco no título deste tópico, se inicia todos os dias com o nascer do sol até o fechamento do último estabelecimento comercial, por volta de 22 e 23h.

Reproduzindo uma análise do comportamento e práticas sociais reproduzidas cotidianamente no Mercado Municipal da Cidade de Goiás, ressalto que, na parte da manhã, por volta de 5h00, ele começa a ser preenchido pelos comerciantes de lanchonetes e pastelarias, que saem das *áreas periféricas* e se deslocam para o Mercado, aonde vão confeccionar e preparar os produtos alimentícios para os diversificados consumidores. Além disso, neste mesmo horário, o espaço também é representado como ponto de encontro dos garis da cidade, já que existe um ambiente dentro do Mercado Municipal onde são alocadas suas ferramentas de trabalho. Com os garis, se inicia os primeiros consumos nas lanchonetes e pastelarias. Eles se deslocam até as lanchonetes e pastelarias para ingerirem café, suco, comer bolo de arroz, biscoito de queijo, salgado.

Após as 6h00 o fluxo social dos consumidores nas lanchonetes aumenta, com o trânsito e trajetos de funcionários dos órgãos públicos e de estabelecimentos privados, onde fazem uma parada no Mercado Municipal para o "café da manhã" e depois seguem a caminhada para seus locais de trabalho. Neste mesmo horário, outros moradores saem de suas casas, realizam seus trajetos até o Mercado Municipal, para comprar os alimentos da refeição do café da manhã compartilhado com a família em suas casas.

Depois das 7h00 nota-se a abertura dos demais estabelecimentos, como do açougue, lojas de artesanatos, bares, pequenos mercados, comércios de frutas e verduras, aguardentes, utensílios para o lar, chegam os moto-taxistas, enfim, todos os estabelecimentos comerciais já

estão com as portas abertas. Com isso, se inicia e intensificam a movimentação e consumo em todos os estabelecimentos comerciais localizados dentro do Mercado Municipal. E junto com a comercialização, inicia-se a configuração dos encontros, conversas e fofocas de amigos pelos bancos e corredores do Mercado; percebe-se a presença de pequenos sitiantes, que chegam com suas mercadorias, produzidas em suas fazendas, para comercializar com os diversos comerciantes do Mercado.

Devido o prédio da Rodoviária Antiga ainda estar em funcionamento, com o transporte rodoviário que liga a Cidade de Goiás a alguns distritos e municípios dos arredores, além de Goiânia, também se percebe a movimentação social de usuários do transporte rodoviário a partir das 7h00.

Após 11h00 o fluxo social do Mercado Municipal é direcionado especialmente para os restaurantes, para a refeição do almoço. No Mercado Municipal existem três restaurantes. É importante destacar que os valores dos produtos comercializados neles são mais populares, são distintos dos preços estabelecidos nos restaurantes localizados na área enobrecida. Por exemplo, os restaurantes do Mercado Municipal cobram quase a metade do preço do almoço por pessoa do que o comercializado no restaurante localizado na Praça do Chafariz. Creio que, devido a isso, os atores sociais que frequentam estes dois ambientes cotidianamente possuem características diferentes. Os restaurantes situados na área enobrecida são frequentados especialmente por empresários e agentes dos órgãos públicos, como secretários, diretores, advogados, dentre outros. Eles chegam vestidos de ternos e gravatas, na maioria das vezes. Além disso, destaca-se também a presença dos turistas nestes restaurantes. Já os restaurantes do Mercado Municipal da Cidade de Goiás, eles são diariamente frequentados por pequenos sitiantes e funcionários das fazendas localizadas próximas à Cidade de Goiás, por funcionários dos órgãos públicos (garis, enfermeiros(as), motoristas de veículos das secretárias municipais), funcionários e administradores dos comércios do próprio Mercado e de outros comércios da Rua XV de Novembro, também se percebe a presença (não com tanta frequência) de administradores e funcionários de estabelecimentos comerciais da área enobrecida, além de turistas. Os restaurantes do Mercado recebem consumidores a partir das 11h00 da manhã, horário de almoço vai até por volta de 14h00.

Das 14h00 até 18h00, percebe-se que as relações e sociabilidades se dão mais através de conversas e encontros entre os próprios moradores, ou entre os moradores com os comerciantes do Mercado Municipal, do que através de práticas comerciais. Sendo assim, após o entardecer, o portão do Mercado Municipal, que dá acesso para a Rua Professor

Ferreira, no Largo do São Francisco, é fechado, bem como os comércios, que também começam a fechar as portas. No entanto, os bares continuam abertos. Com o baixo trânsito social na parte da noite, o Mercado fica restrito aos consumidores de bebidas alcoólicas. Contudo, por volta de 22h00 e 23h00, já não se percebe nenhuma movimentação social neste espaço.

Este cenário social e comercial do Mercado Municipal da Cidade de Goiás se repete cotidianamente. Apenas aos finais de semana que as movimentações sociais e de consumo são reproduzidas pelos moradores de forma mais intensa.

Contudo, como apresentado aqui, o Mercado Municipal da Cidade de Goiás é o espaço público patrimonializado, ou seja, do *centro histórico* mais usado e frequentado pelos moradores das *áreas periféricas*, desde os comerciantes até os usuários e consumidores. De fato, a temporalidade que está se prevalecendo no Mercado Municipal é o tempo social e não a estética e valor monumental, como no "pedacinho" enobrecido, por enquanto. Sendo assim, entremeio à materialidade dos prédios que configuram o conjunto arquitetônico do Mercado Municipal, existe uma imaterialidade marcada por memórias, sociabilidades, trajetos e usos sociais, o que contribui para a sua continuidade e existência no cenário urbano do *centro histórico*.

## 3.2. Das Manifestações Culturais

Além de destacar neste capítulo as relações socioespaciais estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* com o Mercado Municipal da Cidade de Goiás, creio que é importante ressaltar também a participação dos mesmos nas manifestações culturais que são reproduzidas dentro do *centro histórico*. Como ponderado em alguns momentos, no capítulo anterior, algumas manifestações culturais recebem maiores valorizações políticas em detrimentos de outras, especialmente as organizadas e realizadas pelos moradores do *centro histórico* e agentes dos patrimônios da cidade. Embora esta disparidade seja reluzente no cenário sociocultural urbano da Cidade de Goiás, os moradores das *áreas periféricas* parecem reproduzir suas práticas culturais não com o intuito de atrair turistas para a cidade, mas de (re)afirmar, expressar e apresentar à cidade práticas religiosas, símbolos e valores socioculturais que são cultuados por eles, e que, também, estão ancorados na cidade, pois, às vezes, não são "reconhecidos" e sequer valorizados pelas esferas públicas locais. Eis, então,

que apresento as práticas e manifestações que eles reproduzem na área patrimonializada, ou seja, no *centro histórico* da Cidade de Goiás.

Das manifestações que presenciei e observei, aponto o Afoxé Ayó Delê, o Bloco Pilão de Prata e a Capoeira como manifestações Afro-culturais; o desfile das três Escolas de Samba da cidade: Associação Esporte Clube Leão de Ouro, Associação Atlética União Goiana e a Mocidade Independente do João Francisco, que são as principais manifestações carnavalescas; além das procissões cristãs que são realizadas na Semana Santa (o Fogaréu e o Bom Jesus dos Passos).

Em todas estas manifestações, percebi o envolvimento e empenho de todos os participantes em (re)apresentar para a cidade, especialmente para aqueles que estão diretamente relacionados à gestão dos cargos nas esferas públicas e da preservação e conservação patrimonial, que eles também fazem parte da configuração sociocultural da Cidade de Goiás, ou seja, eles também são agentes sociais. Assim, as manifestações reproduzidas e organizadas por eles podem ser entendidas como práticas sociais cujas expressões envolvem propósitos políticos, culturais e identitários.

O Afoxé Ayó (Alegria) Delê (da Casa), cujo significado é, então, "Alegria da Casa", foi planejado e introduzido no cenário sociocultural da Cidade de Goiás em 2000, por um mineiro que migrou para a cidade em 1986. Tendo a intenção de valorizar a diversidade cultural do contexto regional e também nacional, este ator social, juntamente com outros imigrantes da Itália, comprou um terreno e fundou o Espaço Cultural Vila Esperança, em 1991. O Espaço Cultural Vila Esperança é uma organização não-governamental composta por uma escola educacional (ensino fundamental) e outros espaços onde são promovidas várias atividades referentes à pluralidade cultural brasileira, especialmente com relação às culturas afro-brasileiras e indígenas.

Como narra um dos administradores do espaço, desde quando foi fundado, o foco do Espaço Cultural Vila Esperança foi

> *trabalhar a diversidade, valorizar as culturas brasileiras, pra lutar contra preconceito e discriminação através da arte e da ludicidade, da brincadeira como uma coisa... do percurso educativo, pedagógico sério. E ai, todos os projetos que foram criados, foram pra cumprir isso ai. Trabalhar a questão da cidadania, de consciência política, histórica e cultural. A cidadania. E ai vamos fazendo o que a gente pode, né?! Todos os projetos foram sendo criados... a gente sempre... claro que tudo aqui é a partir da periferia, a partir daqui, então a gente teve essa desvantagem, de insistir em trabalhar aqui, de ficar aqui, de fazer força para as pessoas virem aqui, só ir à cidade, pro centro histórico, quando não tivesse jeito mesmo, porque...* ***também se a gente não for ao centro histórico, a gente não existe. Sempre foi assim. A cidade que legitima é a cidade do centro histórico****, é*

> *capaz de uma pessoa nunca saber o que tem aqui, o que rola aqui há cinco minutos dali a pé. Eu não sei se isso é preguiça, eu não sei se isso é uma espécie de boicote, não sei se isso é psicológico, se isso é espiritual, que diabo é... Teve gente que depois de 20 anos foi capaz de descobrir a Vila Esperança através da Rede Globo, morando aqui no centro histórico. Pode um negócio desses?* [**Grifos meu**][89]

Embora o Espaço Cultural da Vila Esperança esteja localizado no Centro da Cidade de Goiás, como destacado no endereço de localização da mesma, ele se encontra configurado espacialmente no limite do polígono patrimonial da Cidade de Goiás. Sendo assim, como destaca um dos organizadores e administradores:

> *nós ficamos assim, sem lugar. Aqui é o lugar, o único. Eu acho emblemático que a gente esteja, assim, na transição, a gente não ta no centro histórico e não está na periferia, porque, realmente, a gente está num não-lugar aqui*[90].

Cabe aqui fazer um parêntese quanto à categoria "não-lugar", destacada pelo interlocutor. Nos estudos antropológicos, a categoria "não-lugar" foi analisada pelo antropólogo francês Augé (2007), que a definiu como espaços desprovidos de valores identitários, relacionais ou históricos. Sendo assim, ele discorre sua análise a partir de alguns espaços que possuem intensas movimentações sociais, como os aeroportos, vias expressas, salas de espera, centros comerciais, estações de metrô e supermercados. Na visão do autor, estes espaços estão materializados no tempo presente dos passageiros e, por isso, não estão ancorados de símbolos, significados, valores históricos e identitários. Para ele, "o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude" (AUGÉ, 2007, p. 95).

A categoria posta pelo interlocutor se difere da definição realizada por Augé (2007), pois o Espaço Cultural da Vila Esperança possui uma contextualização e relevância histórica para alguns moradores e seus administradores, por ser um dos lugares que retrata e discute sobre a diversidade cultural que, desde o processo de colonização, esteve presente no cenário local e nacional; além disso, ele se encontra ancorado de valores identitários, especialmente com relação a aspectos culturais e religiosos da cultura afro-brasileira, e, atualmente, há moradores da cidade que estão em constante interação com as atividades educacionais e manifestações que são ali planejadas e promovidas. Portanto, o Espaço Cultural da Vila

[89] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.
[90] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.

Esperança é sim um lugar possuído de símbolos, sentidos e significados desde sua fundação, em 1991.

Todavia, quando o interlocutor destaca que eles estão "num não-lugar", ele está se referindo à posição geográfica do Espaço Cultural da Vila Esperança na malha urbana patrimonializada e, também, às práticas políticas das esferas públicas locais. Eles estão, espacialmente, situados na margem da área patrimonializada, portanto, segundo o interlocutor, não se encontram nem "no centro histórico, nem na periferia". Além disso, as atividades e ações promovidas por eles não são valorizadas pelas esferas públicas locais.

Dentre as manifestações e atividades culturais organizadas e executas pelos administradores do Espaço Cultural Vila Esperança no *centro histórico* da Cidade de Goiás está, então, o Afoxé Ayó Delê. Como descrito no Boletim Informativo[91] distribuído em 2002, durante a reprodução desta manifestação na Cidade de Goiás, seus planejadores e organizadores almejavam, desde então, ver o "cortejo do Afoxé tocar uma alma africana, um fio que costura as diferenças feitas por culturas várias". Assim,

> *os tambores que soarão pelas ruas de pedras, monumentos e patrimônio construídos por mãos negras, em terra indígena, sob a opressão européia (e pseudo-européia), evocarão não só nossos ancestrais adormecidos em nós, mas também os valores estéticos, e a diversidade de um povo – sua visão original do mundo e sua vontade de viver!*[92]

Integrado por moradores que residem especialmente nas *áreas periféricas*, o Afoxé Ayó Delê busca, sobretudo, enaltecer os aspectos culturais e religiosos da cultura africana que se introduziu no Brasil desde o período de colonização européia. Para isso, seus participantes realizam uma preparação para a reprodução da manifestação, que percorre por várias ruas, pontes e praças do *centro histórico*. De acordo com o Boletim Informativo da manifestação ocorrida em 2002[93], as vestimentas são designadas para os integrantes e participantes da manifestação de acordo com os gêneros dos mesmos: masculino ou feminino. O traje feminino é especialmente o "Kanga": uma vestimenta branca que envolve o corpo dos ombros até os pés, porém, pode-se observar algumas participantes com trajes de cores diferentes; e também o "Ojá", que se refere à faixa usada em torno da cintura ou busto do corpo. O traje

[91] Boletim Informativo do Afoxé Ayó Delê – Elaborado por Robson Max e Lucia Augustini – Espaço Cultural Vila Esperança (2002).
[92] Trecho retirado do folder distribuído em março de 2002 pelos organizadores do Afoxé Ayó Delê da Cidade de Goiás.
[93] Boletim Informativo do Afoxé Ayó Delê – Elaborado por Robson Max e Lucia Augustini – Espaço Cultural Vila Esperança (2002).

masculino é formado pelo “Abadá”, que é uma túnica folgada pelo corpo, o “Xocotô” (calça larga e franzida) e o “Filá” (uma espécie de gorro de forma cônica ou cilíndrica).

Traje feminino utilizado no Afoxé Ayó Delê, manifestação afro-cultural e religiosa realizada na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira

Traje masculino utilizado no Afoxé Ayó Delê, manifestação afro-brasileira realizada na Cidade de Goiás. Foto: Marcelo I. de Oliveira

Além dos trajes, destaca-se também a variedade de instrumentos que são tocados durante a procissão: o Agogô (instrumento formado por duas campânulas de ferro), o caxixi (um chocalho contendo sementes ou pedras que são envolvidas e trançadas por palhas), o xequerê (cabaça coberta com redes de fios enfiados com contas e búzios ou sementes), os tambores Akan, Batá, Dundun, Ilus de Ijexá, Djembe e Atabaque, e também o berimbau.

As bandeiras e imagens de divindades religiosas afrobrasileiras também são carregadas durante o percurso que passa por entre as ruas patrimonializadas do *centro histórico* da Cidade de Goiás.

Ao perguntar um dos organizadores se realmente é significante para ele ter o *centro histórico* como palco da manifestação do Afoxé Ayó Delê, ele me respondeu que:

> *É! Porque é uma questão de justiça! Então, é uma questão de justiça porque nessas pedras e nessas casas, e mesmo nas histórias dessas ruas e tudo... é a história do povo negro*[94].

Além disso, ele entende que o ato de percorrer pelas ruas do *centro histórico* significa receber uma visibilidade maior por parte das esferas públicas e dos próprios moradores.

[94] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.

As cargas históricas depositadas nos espaços patrimonializados vão sendo adensadas de valores simbólicos atribuídos pelos grupos sociais, que estão em interação com eles. Com isso, como destacou Tamaso (2007a, p. 653), as manifestações colocam "o patrimônio em movimento, ao mesmo tempo em que movimentam o patrimônio, ao adensarem de significado". Com o reconhecimento e apropriação dos moradores com o Afoxé Ayó Delê, os administradores compreendem que mais valorização vai sendo transmitida à cultura afro-brasileira que está presentificada no *centro histórico* e nas *áreas periféricas*, portanto, por todo contexto urbano da Cidade de Goiás.

O Afoxé Ayó Delê movimentando os patrimônios da Cidade de Goiás, bem como os patrimônios da Cidade de Goiás movimentando o Afoxé Ayó Delê. Fotos: Marcelo I. de Oliveira

Desde quando se iniciou o Afoxé Ayó Delê na Cidade de Goiás, em 2000, até o ano de 2012, ele fora compreendido e reproduzido como um "bloco carnavalesco" que buscava apresentar aos demais moradores da cidade e ao público turístico aspectos da cultura afro-brasileira que está presente e ancorada no contexto histórico da região. Segundo alguns dos organizadores desta manifestação, o carnaval era o único "espaço" que eles tinham para reproduzir a manifestação. Entretanto, entendendo e reiterando que as culturas afro-brasileiras têm suas práticas amparadas pela legislação brasileira[95], e a partir do momento que as expressões religiosas se fortaleceram dentro da manifestação praticada por eles, outros fundamentos foram sendo designados a ela, como narra um dos organizadores:

[95] Neste caso, destaque para os Artigos 5º e 215º da Constituição Federal de 1988, onde o Estado assegura o exercício democrático dos direitos sociais e individuais (Artigo 5º) e a proteção para as manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras (Artigo 215º); além da Lei 10.639, de janeiro de 2003, que versa sobre as diretrizes do ensino educacional das escolas públicas e privadas para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana.

> *a gente participava no carnaval por causa da questão de público e mesmo por tradição, e depois saímos à medida que o Afoxé foi ficando mais fundamentado na questão do Axé religioso. Então, pra alguns é só cultura e pra nós, iniciados, também é Axé, é fundamento e religião. Então, saímos da "muvuca", da bagunça, do carnaval, estamos saindo em maio, em homenagem às mães, e... pra poder sair sossegado [...] O Afoxé é uma coisa religiosa, só que é uma... é... é bem discreto, a parte pública fica muito mais forte, tanto é por causa do carnaval, né?! porque o Afoxé saia no carnaval [...] o espaço que ele tinha pra ir pra rua ou tocar seus tambores, seus toques, cantar suas cantigas... era o carnaval, né?! Porque ai, aos olhos dos leigos, era só um folclore, né?! Agora não precisa disso mais. A gente tem assegurado na constituição, pelo menos, né?! Se não tem de fato, tem por direito. Ai fica mais fácil.*[96]

Se desde os primeiros movimentos o Afoxé Ayó Delê acontecia durante as atividades carnavalescas, atualmente ele acontece um dia antes da comemoração nacional do dia das mães, sendo reproduzido, então, no segundo domingo de maio.

No dia da manifestação me desloquei, na parte da tarde, até o Espaço Cultural da Vila Esperança, para observar os preparativos, e, então, percebi uma intensa movimentação dos organizadores e de participantes do Afoxé Ayó Delê na preparação e arrumação dos elementos simbólicos que estão integrados à manifestação, como as imagens das divindades, os instrumentos e as vestimentas.

Ás 20h00 deste mesmo dia, os integrantes da manifestação, de idades diversificadas (de crianças até idosos), começa a se aglomerarem na porta do Espaço Cultural da Vila Esperança, de onde sai e termina o cortejo que percorre pelas ruas de pedras, pelas pontes, largos e praças do *centro histórico*. O cortejo da manifestação ocorre até pouco depois da 00h00.

[96] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.

**LEGENDA:**

- Espaço Cultural da Vila Esperança
- Itinerário do Afoxé Ayó Delê
- Área Patrimonializada da Cidade de Goiás
- Setor Rio Vermelho (Cidade de Goiás)
- Setor Aeroporto (Cidade de Goiás)
- Setor São Vicente (Cidade de Goiás)
- Setor Serra Dourada (Cidade de Goiás)
- Setor João Francisco(Cidade de Goiás)

Localização do Espaço Cultural da Vila Esperança com *bairros periféricos* nas proximidades e itinerário do Afoxé Ayó Delê. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira

| HINO DO AFOXÉ AYÓ DELÊ | MÚSICA CANTADA NO ITINERÁRIO DO AFOXÈ AYÓ DELÊ |
|---|---|
| Afoxé Ile I Dê Ô (Bis)<br>Afoxé Ayó Ayó Delê (Bis)<br><br>O Negro, Na Batida Do Agogô (Bis)<br>Vai Dançando, Vai Gingando,<br>Se Virando, Se Enroscando<br>Na Batida Do Tambor<br><br>Kilofé Adê Dê Ni Abébé (Bis)<br>Adê Dê Ni Abébé<br>Adê Dê Ofa Omi Ô! | É D'Oxum (Gerônimo)<br><br>Nessa Cidade Todo Mundo É D'Oxum<br>Homem, Menino, Menina, Mulher<br>Toda Essa Gente Irradia Magia<br>Presente Na Água Doce<br>Presente Na Água Salgada<br>E Toda A Cidade Brilha<br><br>Seja Tenente Ou Filho De Pescador<br>Ou Importante Desembargador<br>Se Dá Presente É Tudo Uma Coisa Só<br>A Força Que Mora N'Água<br>Não Faz Distinção De Cor<br>E Toda A Cidade É D'Oxum<br><br>É D'Oxum, É D'Oxum, É D'Oxum<br>Eu Vou Navegar, Eu Vou Navegar<br>Nas Ondas Do Mar, Eu Vou Navegar<br>É D'Oxum, É D'Oxum, É D'Oxum |

Dias antes da reprodução do Afoxé Ayó Delê, alguns integrantes e participantes da manifestação percorreram de porta em porta avisando aos moradores do cortejo, que iria passar pelas ruas que dão acesso às suas casas. Sendo assim, deve aqui ressaltar a ação desses moradores que receberam, nas portas de suas casas, o cortejo da manifestação. Alguns ficavam aguardando nas portas e janelas de suas casas, e quando a avistavam começavam a dançar, cantar, elogiar e tirar fotos. No entanto, ao contrário destas ações interativas, pude observar alguns moradores fechando as portas e janelas de suas casas, cochichando com outras pessoas e balançando a cabeça em movimentos de desaprovação; além disso, cheguei a presenciar, também, um vilaboense passar com seu carro no meio do cortejo, enquanto ele

percorria pela Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio). Alguns integrantes da manifestação chegaram a chamar atenção e vaiar a ação do vilaboense, que, mesmo assim, atravessou o cortejo buzinando e xingando. Destaca-se que não somente no Afoxé Ayó Delê que observei e presenciei estas ações (de interatividade e desaprovação), mas nas demais manifestações religiosas afro-brasileiras reproduzidas na Cidade de Goiás.

Fazendo uma correlação com Ouro Preto (MG) (LIMA FILHO, 2010), cidade patrimonializada, talvez a desaprovação e desrespeito de alguns moradores para com a manifestação do Afoxé Ayó Delê sejam reflexos do catolicismo que se prevaleceu cristalizado na Cidade de Goiás por várias décadas[97]. Em Ouro Preto (MG), por exemplo, a Irmandade dos Pretos de Santa Ifigênia reproduz, (re)atualiza e ritualiza algumas celebrações (festa de Santa Ifigênia, Santo Reis, Nossa Senhora do Rosário e a Congada) relacionadas às práticas culturais e religiosas afro-brasileiras como forma de "resistência e acomodação" (LIMA FILHO, 2010, p. 211). Assim, estas celebrações "trazem elementos de uma religiosidade afro-brasileira costurada num contexto católico altamente repressor nos tempos coloniais" (LIMA FILHO, 2010, p. 214).

Devido à rígida estrutura católica que empreendeu valores éticos e morais na Cidade de Goiás, os organizadores e integrantes das manifestações afro-brasileiras entendem que ao percorrerem com seus cortejos pelas ruas da área patrimonializada, eles estão, de certa forma, contribuindo para a dissolução de um etnocentrismo sociocultural e religioso que ainda encontra-se enraizado em alguns moradores.

Portanto, mesmo com desaprovação e ações desrespeitosas de alguns moradores com o Afoxé Ayó Delê, seus integrantes e participantes reproduziram o itinerário na área patrimonializada, dançando e cantando aos sons dos diversificados instrumentos, homenageando os elementos naturais que compõem a paisagem urbana da Cidade de Goiás, às mães e às divindades (Orixás) das religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé) que também estão presentificadas no cenário social, cultural e religioso da Cidade de Goiás.

O Bloco Pilão de Prata também é uma manifestação que busca valorizar as expressões, práticas culturais e religiosas afro-brasileiras que estão inseridas na Cidade de Goiás. Ele é um bloco carnavalesco, cuja reprodução acontece durante o carnaval, desde o ano de 2009. É organizado por moradores da comunidade que envolve os bairros que estão configurados dentro do polígono patrimonial, como Carmo, Santa Bárbara, Alto Sant'Anna e a Carioca, ou, como o próprio coordenador da manifestação enfatiza, pelos moradores que

[97] Sobre o catolicismo em Goiás no século XIX e XX, ver Silva (2004).

residem “do lado de cá do rio”, se referindo à divisa urbana que o Rio Vermelho ajuda a delimitar. Segundo ele, “do lado de cá do rio foi permitido aos negros construírem suas instalações”.

É importante ressaltar que esta divisão socioespacial, empiricamente destacada pelos interlocutores, foi analisada por Tamaso (2007a). Assim, como sintetizado pela antropóloga:

> *Lado de lá* e *lado de cá* são dois “pedaços” da cidade tradicional, marcados espacialmente por alguns pontos de referência. São ambas as categorias usadas por todos, pois estão sujeitos à posição espacial do sujeito social no momento da fala. Separam-nas o Rio Vermelho. Mas creio que internamente cada “pedaço” – *lado* do Rosário e *lado* de Sant’Ana – se subdividem em outros “pedaços”. Do lado do Rosário, as igrejas do Carmo, da Abadia e de Santa Bárbara, configuram núcleos destes “pedaços” espacial e socialmente mais estreitados. O lado de Sant’Ana se subdivide em Largo do Coreto, Lardo do Chafariz (Praça Dr. Brasílio Caiado), Largo de São Francisco junto com o Mercado (TAMASO, 2007a, p. 498).

O Rio Vermelho, então, dividiu o polígono patrimonial em dois contextos socioespaciais: o “lado de cá do rio”, espaço que, em primeiro instante, ficou restrito aos negros escravizados, onde, atualmente, vivem alguns de seus descendentes e, também, é preenchido por descendentes de famílias oligárquicas que, ao longo do tempo, foram se deslocando para este lado; ele é oposto ao “lado de lá do rio”, que foi configurado pelos principais monumentos designados à política regional, além de casarios das famílias oligárquicas.

Como destacado por Tamaso (2007a), considerado “impuro”, o “lado de cá do rio” é onde se situa a Igreja do Rosário dos Pretos. As casas deste setor urbano possuem fachadas de estilo mais modesto, sem tanta ornamentação, enquanto que as casas e os prédios públicos instalados “do lado de lá do rio” possuem estilo mais eclético.

> *A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é um espaço “nosso”, porque o bloco foi criado dentro da comunidade do “lado de cá do rio”, né?! Que vai desde a Carioca à Santa Bárbara ao Alto Sant’Anna, pegando o Morro da Laje, o Chupa Osso, essas comunidades das quais estabeleceram sua vivência ao longo dos anos num espaço que foi permitido aos povos africanos ocuparem.*[98]

Embora o “lado de cá do rio” seja um setor urbano composto por bairros e comunidades que estão situados dentro do polígono patrimonial da Cidade de Goiás, o Bloco Pilão de Prata é composto e integrado, também, por moradores dos *bairros periféricos*, como a Vila Lions e Santa Bárbara (“do lado de cá”), setor Rio Vermelho e João Francisco (“do

[98] Entrevista com Acácio, 36 anos, reside na Rua 3 de Maio, é um dos organizadores do Bloco Pilão de Prata. Entrevista realizada em: 13/02/2013.

lado de lá"), que cultuam e valorizam as práticas afro-brasileiras que foram trazidas para a região desde séculos atrás, através dos africanos escravizados. Assim, discursando sobre o Bloco Pilão de Prata, um dos fundadores e coordenadores sintetizou que

> *o Bloco Pilão de Prata é um bloco Afro-cultural. Ele é afro porque nós trabalhamos com elementos de natureza africana que vieram pra cá. E também com elementos que vêm dialogando com a gente de fora. Mas, dentro deste diálogo, a gente consegue encontrar os nossos saberes, retificar de onde veio a África em determinadas manifestações. Como se instalou no cerrado...*[99]

Fica claro nesta narrativa como o Bloco Pilão de Prata e a cultura afro-brasileira inserida no imaginário e contexto urbano da Cidade de Goiás está sendo (re)construída a partir, também, de outros diálogos, das trocas socioculturais com outras regiões, assim como se percebe também com a figura mitológica de um "rei" em Ouro Preto (MG): Chico Rei (africano libertador) (LIMA FILHO, 2010, p. 211). Sendo assim, enfatizo que é por meio desses trânsitos que o "outro lado" da história, ou o "lado de cá do rio" da Cidade de Goiás está sendo descoberto e (re)atualizado por alguns moradores da cidade. Os negros africanos e/ou descendentes dos mesmos, que vieram carregados de valores culturais, na maioria das vezes, foram e continuam estando submersos em relação aos fatos históricos de aprisionamento, escravização, dor e de sofrimento desses negros que foram trazidos e arrastados para a região. Por isto, destaco a "resistência" das manifestações afro-brasileiras executadas na Cidade de Goiás, no intuito de contribuírem para que outras referências, valores, culturais e religiosos sejam compreendidos, valorizados, expressos, representados e novamente inseridos no contexto social-urbano da cidade.

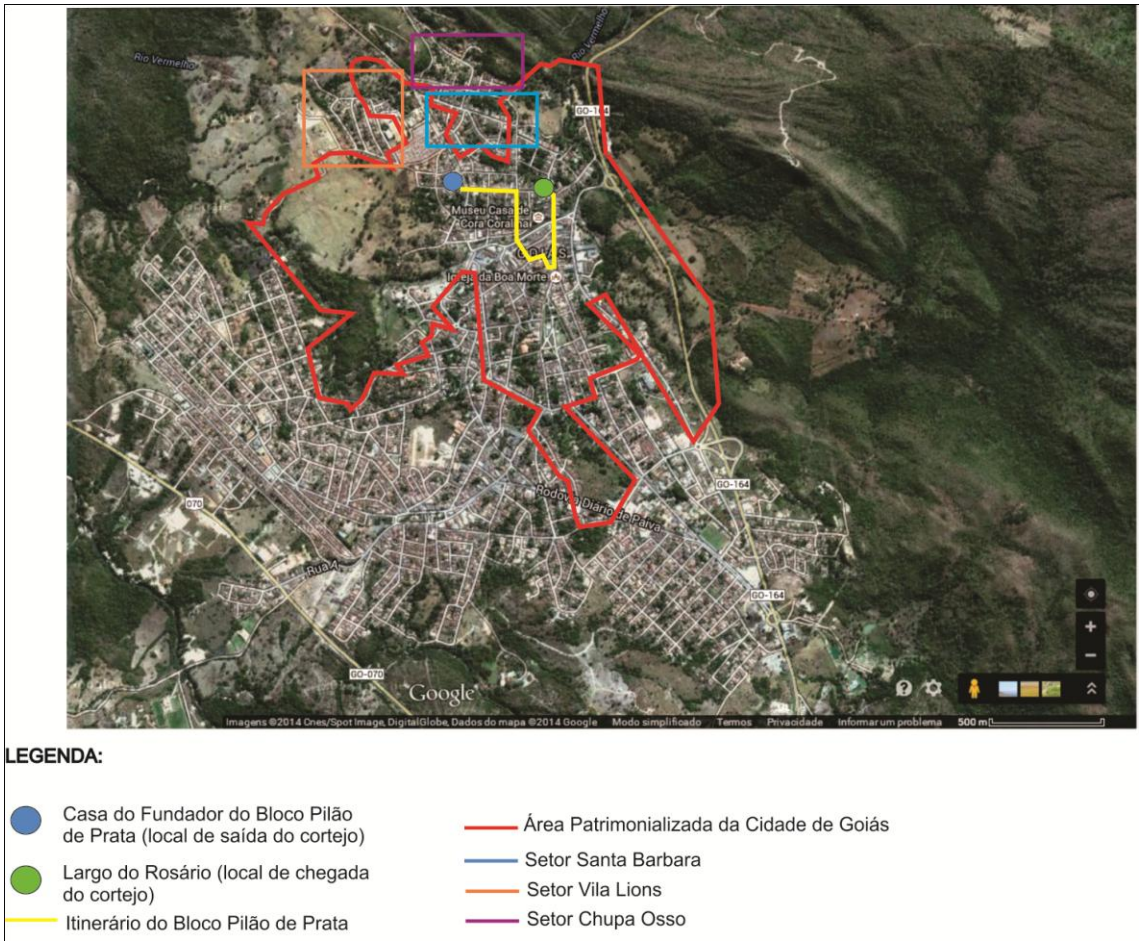
Como destacou um dos organizadores do Bloco Pilão de Prata, a manifestação é compreendida como

> *um lugar onde as pessoas têm a possibilidade de se encontrar. Tem um ponto de partida: 'quem eu sou? de onde que eu venho?' É parar pra poder pensar nisso, além de festejar*[100].

Como o Afoxé Ayó Delê, o cortejo do Bloco Pilão de Prata também percorre ruas, pontes, largos e praças do *centro histórico* da Cidade de Goiás. Os participantes do Bloco também possuem vestimentas que são distribuídas e distinguidas por gêneros: masculinos e

[99] Entrevista com Acácio, 36 anos, reside na Rua 3 de Maio, é um dos organizadores do Bloco Pilão de Prata. Entrevista realizada em: 13/02/2013.
[100] Entrevista com Acácio, 36 anos, reside na Rua 3 de Maio, é um dos organizadores do Bloco Pilão de Prata. Entrevista realizada em: 13/02/2013.

femininos (as vestimentas se assemelham ao do Afoxé Ayó Delê), além dos barulhos ecoados por variados instrumentos, cânticos e danças.




Local de saída, chegada e o itinerário percorrido pelo Pilão de Prata durante o carnaval do ano de 2013 na Cidade de Goiás; além dos *bairros periféricos* cujos moradores participam do bloco. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira.

Bloco Pilão de Prata desfilando pelas ruas e bens patrimonializados da Cidade de Goiás durante o carnaval de 2013. Fotos: Marcelo I. de Oliveira.

O Bloco Pilão de Prata tem como ponto de partida a porta da casa de seu fundador, na rua 3 de Maio nº 14. O cortejo passa por espaços do “lado de cá” e do “lado de lá” do Rio Vermelho, percorre pelas Pontes do Carmo e da Casa de Cora Coralina, Praça do Coreto, Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio), Rua D’Abadia e o Largo do Rosário (ponto de chegada). O itinerário é marcado pelo entretenimento e interação de turistas (nos espaços onde se têm uma concentração maior deles – Praça do Coreto) e de moradores, especialmente do “lado de cá”, que ficam aguardando o cortejo passar pelas ruas que dão acesso às portas e janelas de suas casas. Alguns chegam a caminhar, dançar e cantar junto com o cortejo.

Moradores aguardando nas calçadas das portas de suas casas, na Rua 3 de Maio, o cortejo do Bloco Pilão de Prata – Cidade de Goiás (carnaval do ano de 2013). Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Turistas observando e interagindo com o Bloco Pilão de Prata na Praça do Coreto – Cidade de Goiás (carnaval do ano de 2013). Foto: Marcelo I. de Oliveira

Momentos de ensaio e preparação para o início do cortejo do Bloco Pilão de Prata pelas ruas patrimonializadas da Cidade de Goiás, no período de carnaval do ano de 2013.
Fotos: Marcelo I. de Oliveira

| MUSICAS CANTADAS DURANTE O CORTEJO DO BLOCO PILÃO DE PRATA NA CIDADE DE GOIÀS[101] | | |
|---|---|---|
| A! OGUM IÊ!<br>OGUM É TATÁ DO MAREMBÊ!<br><br>Pilão de Prata Vai Descer o Morro,<br>Vai Descer o Morro, Vai Descer o Morro!<br><br>Na Lua Prata que Oxalá Mandou Chamar!<br>Na Lua Prata Que Oxalá Mandou Chamar! | O Pilão De Prata Vem,<br>Vem Descendo A Ladeira<br>O Pilão De Prata Vem,<br>Vem Descendo A Ladeira<br><br>Ê! ALA Ê! ALA Ê! ALA Ê! ALA Ê! ALA Ê! ALA! | Onde Vai, Papai Ojô<br>Vou Depressa Por Aí<br>Vou Fazer Minha Folia<br>Com Os Filhos De Gandhi<br><br>A Nossa Turma<br>É Animada<br>Sai No Meu Bloco<br>Pra Fazer Batucada<br><br>É MORI, MORIÔ, BABÁ BABÁ, Ô, KILOXÊ, JOCÔ |
| Ô FILÁ LÁ Ê Ô<br>LÊLÊ Ô Á | ÔLÔMI MÁA<br>ÔLÔMI MÁAIÓ!<br>ÔLÔMI MÁAIÓ!<br>ÉNHIIABA ODÔ! Ô IÊIÊÔ!<br>AAI OXUM | E Trabalhava Na Estiva,<br>Na Estiva De Goiás!<br>Só Pra Ti Ver<br>Fevereiro Em Santo Amaro! |
| Ô Meu Santo Benedito!<br>Eu Sou Filho De Ogum!<br>Pra Vencer Essa Demanda<br>Com Ajuda De Olorum | | |

[101] Músicas descritas em um folheto entregue pouco antes do cortejo do Bloco Pilão de Prata sair para as ruas patrimonializadas da Cidade de Goiás.

O itinerário do Bloco Pilão de Prata se iniciou pelas ruas patrimoniais por volta de 19h00 e finalizou por volta de 22h00, aproximadamente, no Largo do Rosário, no mesmo momento em que se aproximava também o Bloco do Largo do Rosário[102], promovido e organizado por *filhos de Goiás*, cujas famílias residem na área patrimonializada. Neste espaço, em harmonia, os dois blocos se encontraram e os sons dos instrumentos dos dois blocos foram se misturando e, então, a movimentação social neste espaço foi se intensificando (integrantes dos blocos, moradores que assistiram e percorreram os itinerários dos blocos e turistas).

Movimentação social (turistas e moradores) no momento de chegada do "Bloco do Largo do Rosário" no Largo do Rosário – Cidade de Goiás, no carnaval do ano de 2013. Foto: Marcelo I. de Oliveira

Outra manifestação que expressa alguns dos valores da cultura afro-brasileira inserida na Cidade de Goiás é a Capoeira. Alguns grupos, às vezes, se reúnem nas praças e no Mercado Municipal (espaços patrimonializados) da Cidade de Goiás, onde, através da formação das "rodas de capoeira", realizam os "jogos" dualísticos entre seus integrantes.

Durante os trabalhos de campo, observei um grupo de capoeira reproduzindo suas práticas na área patrimonializada da Cidade de Goiás: o grupo de "Capoeira Angola Meninos de Angola". Ao som do berimbau, do atabaque (tambor) e do pandeiro, os integrantes (mestres, professores e alunos) realizavam alguns movimentos corporais pelo chão, onde mãos, pés e cabeças se entrelaçavam entre um integrante e outro (pois o "jogo" somente é

[102] O Bloco do Largo do Rosário tem integrantes das áreas periféricas, inclusive membros de baterias das Escolas de Samba de Carnaval.

destinado a dois componentes, enquanto os outros integrantes do grupo formavam a roda e ficavam tocando instrumentos ou batendo palmas). A manifestação durava em torno de duas horas, aproximadamente.

Grupo de Capoeira Angola Meninos de Angola em roda reproduzida na Praça do Coreto – Cidade de Goiás (2012). Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Grupo de Capoeira Meninos de Angola em roda reproduzida na Praça do Coreto – Cidade de Goiás (2012). Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Além do grupo de "Capoeira Angola Meninos de Angola", encontra-se presente no contexto sociocultural da Cidade de Goiás o grupo de "Capoeira Quilombo de Angola" (grupo vinculado à Escola Pluricultural Odé Kayodê da Vila Esperança). Porém, os professores deste segundo grupo estão vinculados ao primeiro, assim como alguns deles estão vinculados às manifestações do Afoxé Ayó Delê e do Bloco Pilão de Prata.

Percebe-se, então, que há moradores que estão envolvidos com várias manifestações e espaços do *centro histórico* da Cidade de Goiás, como narra um interlocutor e comerciante no Mercado Municipal:

> Marcelo: Você costuma frequentar, assim, o *centro histórico*?
>
> Interlocutor: *Sim, eu frequento muito*.
>
> Marcelo: Além do trabalho [Mercado Municipal], você participa de eventos, essas coisas?
>
> Interlocutor: *participo. É... agora mesmo, tem o grupo do Afoxé (Bloco Pilão de Prata), né?! Que acontece na cidade, durante o carnaval. Tem o grupo de capoeira que é bem tradicional aqui...*
>
> Marcelo: que é o...?
>
> Interlocutor: *Capoeira Angola [...] Tem 22 anos que têm este grupo.*

Marcelo: Então, você está me falando que participa destes eventos... Este grupo costuma, assim... para vocês ensaiarem, para vocês treinarem capoeira... vocês costumam frequentar onde? Quais locais aqui?

Interlocutor: *É o centro, aqui mesmo.*

Marcelo: Pois é, mas quais espaços... praças...?

Interlocutor: *Praças. Praças e têm os espaços, né?!*

Marcelo: Quais espaços e quais praças que vocês frequentam, assim?

Interlocutor: *a Praça do Coreto, Praça do Mercado, Praça do Chafariz...*

Marcelo: Além das praças, têm os espaços?

Interlocutor: *Têm os espaços. O Espaço Cultural Vila Esperança.*

Os dois grupos de capoeiras também são compostos por moradores que residem nas *áreas periféricas* da Cidade de Goiás. Especialmente nos dias em que ocorrem os eventos turísticos na cidade, eles se reúnem na Praça do Coreto ou no Mercado Municipal e, nestes dois espaços patrimonializados, formam suas rodas de capoeira, que acabam atraindo vários espectadores (moradores, comerciantes e turistas), que observam atentamente cada movimento realizado pelos capoeiristas. Enquanto praticavam e jogavam capoeira, a maioria desses espectadores ajudava na reprodução de alguns cânticos e nos ritmos dos instrumentos a partir das batidas nas palmas das mãos.

Dando seguimento às demais manifestações praticadas na área patrimonializada da Cidade de Goiás, cujos organizadores e participantes são moradores das *áreas periféricas*, destaco o carnaval, um evento que provoca o deslocamento de vários turistas para a cidade, cujo propósito baseia-se na procura de entretenimento: assistirem aos shows musicais, ingerir bebidas alcoólicas, usar drogas, manter relações afetivas e sexuais; práticas estas que acontecem nos carnavais realizados em várias cidades brasileiras.

Dentre as atividades que são reproduzidas durante o carnaval na Cidade de Goiás, além do Bloco Pilão de Prata e o Bloco do Largo do Rosário, os quais já foram aqui citados, ressalto as Escolas de Samba, que desfilam no domingo de carnaval, na Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio).

Enquanto os turistas assistem as Escolas de Samba como desfiles atrativos do carnaval da Cidade de Goiás, com performances, cujos corpos estão fantasiados e em movimentos pela Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio), barulhos das baterias, alegorias e blocos que desfilam pelas Escolas de Samba, os presidentes e integrantes as

compreendem como expressões socioculturais tradicionais da cidade, que, socialmente, envolvem a cidade inteira. O envolvimento e as representações das Escolas de Samba são tão significantes para os integrantes que eles chegam a abandonar seus lugares de trabalho para se dedicarem exclusivamente aos preparativos do carnaval, como mesmo destaca dois presidentes de duas Escolas:

> *é um trem que se você não tiver uma coisa por dentro, que faz você ir e gostar, e fazer a coisa acontecer, você não faz, não, irmão. É um trem que eu não dou conta nem de explicar pra você. Eu já abandonei serviço, eu trabalhava no frigorífico, não tava dando certo, não conciliava o horário (com os preparativos e ensaios do carnaval) e eu abandonei. Já fiz outros tipos de serviços e abandonava. Não fui embora de Goiás ainda por causa da Escola, mesmo*[103].
>
> *Eu faço carnaval porque eu gosto, mas eu não ganho um centavo pra fazer carnaval não. Eu faço por prazer, porque eu gosto*[104].

Ao todo, são três Escolas de Samba que desfilam no Carnaval da Cidade de Goiás: a Associação Esporte Clube Leão de Ouro; a Associação Atlética União Goiana; e a Associação Mocidade Independente do João Francisco. A mais antiga delas é a Associação Atlética União Goiana. Ela foi fundada no início do século XX. As outras duas possuem fundações mais recentes: a Leão de Ouro foi fundada em 2006 e a Associação Mocidade Independente do João Francisco em 1988. Todas elas provocam uma intensa movimentação social na Cidade de Goiás, onde vários moradores estão integrados a elas, especialmente os moradores das *áreas periféricas*.

> *A maioria do pessoal é do Setor Aeroporto mesmo, mas tem pessoal do Papyrus, que é de outro setor [...] É com pessoal que às vezes não tem oportunidade nas outras duas escolas que são as grandes, né?! Ai vem pra cá. Porque a gente da oportunidade pra todo mundo. Vem o pessoal do Rio Vermelho. Tem gente da Vila Paraíso. Goiás II. Maioria é fora do centro histórico. Hoje a gente não tem nenhum componente do centro histórico*[105].
>
> *Abrange todos os bairros da cidade. A comunidade maior é do Setor Rio Vermelho, mas tem integrantes de todos os bairros, inclusive do centro histórico*[106].
>
> *A escola em si envolve a cidade inteira. Têm componentes do Goiás II, do Papirus, Rio Vermelho, João Francisco, Vila Cristina. A maioria é desse lado de cá, que*

---

[103] Entrevista com Armindo, 28 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Atlética União Goiana. Realizada em: 14/02/2013.

[104] Entrevista com Aguinaldo, 54 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Mocidade Independente do João Francisco. Realizada em: 14/02/2013.

[105] Entrevista com Álvaro, 33 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Leão de Ouro. Realizada em: 15/02/2013.

[106] Entrevista com Aguinaldo, 54 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Mocidade Independente do João Francisco. Realizada em: 14/02/2013.

> *envolve a Vila Lions e Alto Sant'Ana, mas envolve a cidade inteira [...] O carnaval não tem padrão para quem pode, abre as portas pra todo mundo*[107].

Apesar de serem algumas das principais atrações do carnaval na Cidade de Goiás e fazer promover uma intensa movimentação e participação dos moradores, os organizadores e integrantes das Escolas de Samba dizem se sentirem desvalorizados e "sem espaço" para reproduzirem suas manifestações. Eles enfatizam que as esferas públicas e os planejadores dos eventos promovidos na cidade poderiam integrá-los aos outros eventos, como o FICA, por exemplo:

> *no FICA devia de valorizar a gente, dar espaço para uma apresentação à altura. Vão estar ai tanta gente, de todo lado do Brasil, tanta gente de fora, pra gente fazer... a gente apresentar a gente pro mundo. Eu acho que eles deviam de ser... eu sempre frisei isso, mas só que nós não temos espaços neste sentido, por aqui em Goiás eles preferem dar dinheiro para quem é de fora do que dar valor para quem é aqui de dentro* (falando sobre algumas manifestações). *Goiás não cresce por causa disso*[108].

Ainda neste sentido, segundo eles, o incentivo que é deliberado pelos órgãos municipais, ou seja, o dinheiro que é repassado das esferas públicas como apoio à realização dos desfiles das Escolas de Samba ocorre poucos dias antes da data de reprodução das mesmas. Por isso, a elaboração das fantasias, das alegorias, da compra dos instrumentos da bateria, enfim, de muitos elementos significativos para os desfiles das Escolas de Samba são realizados em curto prazo. Devido a isto, ao curto prazo para elaborar as fantasias e demais ornamentações, que alguns integrantes abandonam seus lugares de trabalho para se dedicarem exclusivamente às produções de ornamentações e preparativos do carnaval. Alguns chegam a ficarem várias noites sem dormir.

Portanto, as esferas políticas interferem diretamente no carnaval praticado pelas Escolas de Samba, pois são estrategicamente designados a elas os espaços onde suas práticas podem/devem ser reproduzidas. Como disse no capítulo anterior, o carnaval praticado pelos integrantes das Escolas de Samba era aquele aonde as baterias percorriam por quatro dias pelas ruas, praças, becos, pontes e largos da Cidade de Goiás, atualmente, assemelhado aos desfiles que ocorrem em outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, os desfiles acontecem apenas Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio), no domingo à noite; além da

[107] Entrevista com Armindo, 28 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Atlética União Goiana. Realizada em: 14/02/2013.
[108] Entrevista com Armindo, 28 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Atlética União Goiana. Realizada em: 14/02/2013.

Praça de Eventos, que é o espaço cedido para comunicar os resultados das notas dos enredos dos desfiles, que ocorre na terça-feira posterior.

As Escolas de Samba foram interferidas, literalmente, no direito de se manifestarem, usarem e reproduzirem suas expressões culturais pelos espaços patrimonializados da Cidade de Goiás. O que se percebe é que restaram apenas relatos de memórias de um "carnaval de rua", cujos blocos passavam por vários espaços da Cidade de Goiás (entre *centro histórico* e *áreas periféricas*) e não somente em uma única avenida num único turno do dia.

> *Aquele carnaval no Coreto lá, o carnaval era sempre feito ali e foi proibido pelo pessoal do patrimônio histórico, de fazer o carnaval lá. (Foi proibido) Porque eles disseram que estragavam os patrimônios, as coisas. Ai tirou. Antigamente a disputa entre as Escolas era feita na praça (do Coreto)*[109].

> *A justificativa é de que o centro histórico não pode ter movimento grande. Tanto que o carnaval nosso era feito no centro, na Praça do Coreto , onde que é o centro. A alegação deles é que o movimento de turistas, o movimento que faz durante o carnaval, com os palanques montados no centro, pode prejudicar as construções barrocas. Coisas que nunca aconteceram, porque o carnaval toda vida foi feito lá [...] Antigamente não era escola de samba, era Bloco. Desfilava de sábado a terça-feira. Fazia de tudo pras escolas não se encontrarem. Havia disputas [...] A Praça do Coreto era o ponto de encontro das escolas, passava por vários bairros. A cidade ficava toda movimentada com as escolas*[110].

Sob forte chuva[111], os desfiles do ano de 2013 foram visualizados por vários turistas e moradores[112]. Alguns deslocaram de seus *bairros periféricos* até a Avenida Dom Prudêncio (Avenida Beira Rio), na área patrimonializada, para prestigiarem as Escolas de Samba que seus familiares integram e participam. Sendo assim, aos gritos e palmas, a avenida foi sendo preenchida por moradores fantasiados, por cânticos (enredos) e sons provocados por vários instrumentos, pelos desfiles blocos, os sambas dos mestres-salas e portas-bandeiras, as belezas dos carros alegóricos (não com grandes portes, mas o suficiente para preencher a avenida), enfim, por vários elementos carnavalescos que embelezaram a avenida. Durante os desfiles, os espectadores se posicionam nas margens da avenida, uma das críticas apontada pelos presidentes das Escolas de Samba, pois acaba prejudicando os desfiles. Alguns deles chegam até a invadir a avenida. Enquanto isto, os jurados ficam posicionados nas janelas da antiga Casa do Bispo, edifício ocupado e usado atualmente pelo IPHAN, observando e avaliando os desfiles das Escolas.

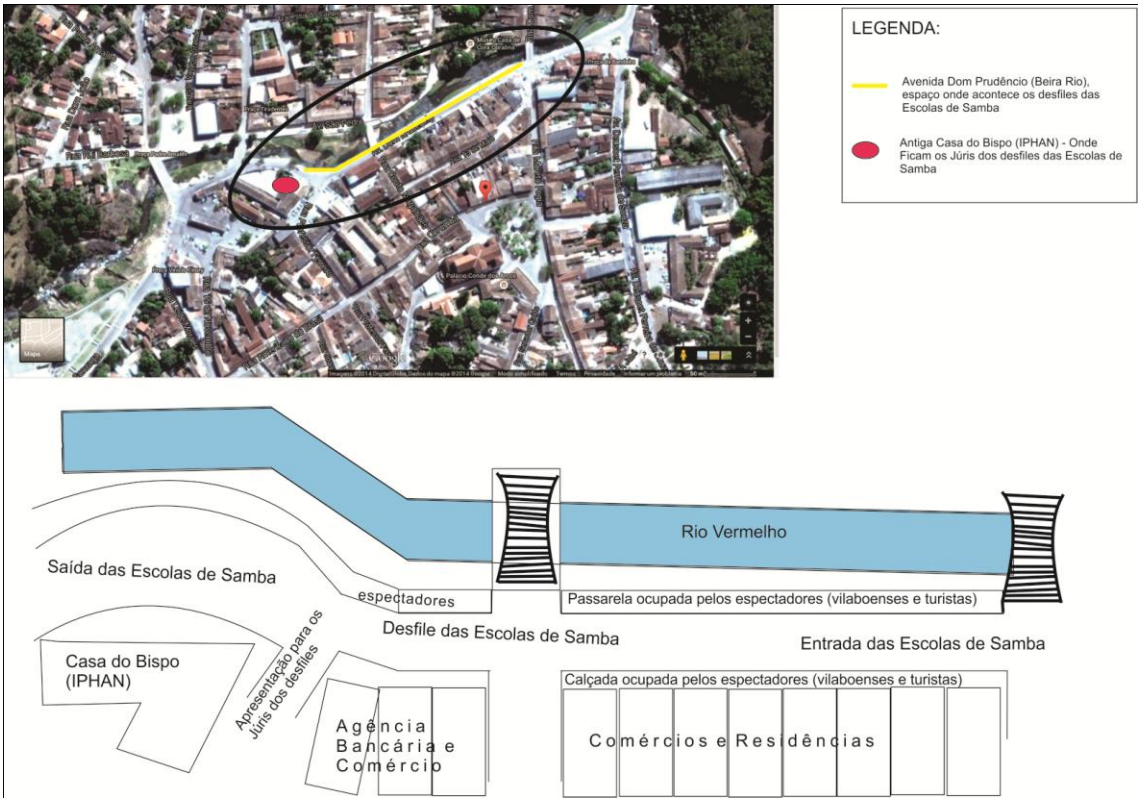
---

[109] Entrevista com Álvaro, 33 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Leão de Ouro. Realizada em: 15/02/2013.

[110] Entrevista com Aguinaldo, 54 anos, integrante e organizador da Escola de Samba Associação Mocidade Independente do João Francisco. Realizada em: 14/02/2013.

[111] Por conta da chuva, não consegui fotografar os desfiles das Escolas de Samba.

[112] Aqueles que não encaravam a forte chuva tentavam se acolher debaixo dos toldos dos comércios.




Desenho ilustrativo do espaço onde acontecem os desfiles das Escolas de Samba da Cidade de Goiás, na Avenida Dom Prudêncio (Beira Rio). Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editado por Marcelo I. de Oliveira.

Em todas as manifestações culturais, vê-se que os moradores das *áreas periféricas* estão diretamente relacionados à organização, administração, coordenação, presidência e participação. Já nas procissões da Semana Santa, especialmente a Procissão do Fogaréu e a Procissão do Senhor Morto, esses moradores perdem estes status e passam a ser vistos como simples participantes ou coadjuvantes. Entretanto, ao observar seus olhares e a forma como eles intensificavam nas narrativas discursadas sobre suas presenças e participações nestas duas procissões, creio que eles compreendem-nas como as oportunidades de se verem/estarem inseridos no contexto sociocultural da elite vilaboense da Cidade de Goiás.

Embora os indivíduos sejam selecionados para assimilar os "modelos, padrões e paradigmas" (TURNER, 2008, p. 13) praticados na sociedade vilaboense, alguns têm que passar por um processo de avaliação pelos representantes dos grupos sociais até serem convidados e aceitos para adentrar neles. A partir desta reflexão, destaco a observação de um morador da *área periférica*, que convive na Cidade de Goiás desde a década de 1980, sobre a participação dos moradores das *áreas periféricas* na Procissão do Senhor Morto:

> *o sonho do povo, de um pobre era... eu via porque a gente lidava com povo pobre... era participar da Irmandade dos Passos, botar aquela roupazinha roxa, era o sonho da inclusão. A gente via esses pobres tudo "fudidos" aqui dessa periferia, morando em caverna, mas ficava felicíssimo. E a gente via eles na procissão, todos... pareciam príncipes com aquela roupinha roxa, que tinha conseguido entrar. Era uma coisa incrível isso*[113].

A partir desta narrativa, nota-se a observação destacada por um morador que veio "*de fora*" para a Cidade de Goiás. Ele ressalta a representatividade da Procissão do Senhor Morto para o contexto social, político, identitário e religioso dos moradores das *áreas periféricas*. É vestindo os trajes roxos (murça), caminhando, tocando alguns instrumentos de sopro, cantando, segurando as velas, ajudando a segurar a imagem de Jesus Cristo na Cruz, percorrendo pelas ruas do Largo do Chafariz, da Praça do Coreto, da Rua Moretti Foggia, enfim, pelas ruas da área patrimonializada da Cidade de Goiás que eles se vêem e se sentem integrantes e representantes do cenário social-urbano da cidade.

Embora qualquer morador, ou turista, possa participar da Procissão do Senhor Morto, como também na Procissão do Fogaréu, a utilização das murças e dos balandraus (as vestimentas) somente é deleitada àqueles ligados à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, pois esta Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos é a organizadora desta celebração cristã.

Procissão do Senhor Morto reproduzida na Cidade de Goiás, durante a Semana Santa, no ano de 2013.
Fotos: Marcelo I. de Oliveira.

A Procissão do Senhor Morto é reproduzida na sexta-feira da paixão. Ela se inicia por volta de 20h00, no Largo do Chafariz, após a encenação do descendimento da Cruz de Jesus Cristo. Sendo assim, a procissão sai do Largo do Chafariz, passa pela Praça do Coreto,

[113] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.

percorre até o Largo do Rosário, passa pela Rua Eugênio Jardim e Rua D'Abadia (a mesma rua com nomes diferentes), pela Rua do Carmo, cruza a Ponte do Carmo, segue na Rua Couto Magalhães, vira na Rua Corumbá, chega novamente na Praça do Coreto e termina no interior da Igreja Matriz de Sant'Anna.

Como na Procissão do Senhor Morto, a Procissão do Fogaréu é contemplada com a participação dos moradores das *áreas periféricas*. Eles compõem o quadro dos farricocos, o conjunto da bateria e colaboram com a formação dos cordões humanos, que divide a Procissão do público, dos espectadores. No entanto, todos os integrantes destas estruturas da procissão passaram por um processo de escolha que é delegada aos organizadores da manifestação, a OVAT. Como um interlocutor destacou: vários outros moradores das *áreas periféricas* "sonham" em fazer parte do quadro de integrantes da manifestação, mas muitos deles não são descendentes de famílias tradicionais oligárquicas da Cidade de Goiás, que são os principais integrantes.

A partir do discurso do interlocutor, pode-se fazer uma correlação com o pensamento de Turner (2008, p. 12-13), onde destacou que

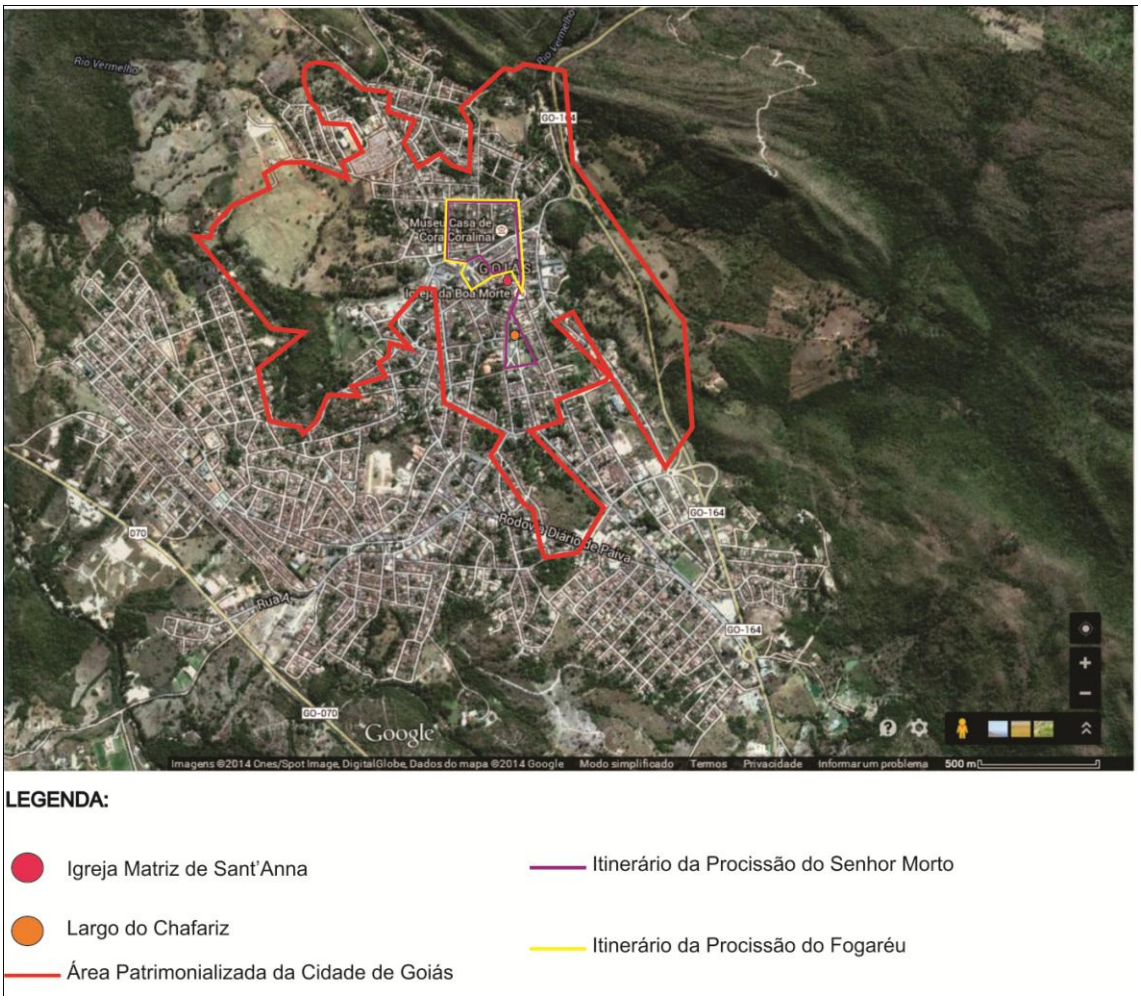
> os grupos sociais humanos costumam encontrar sua abertura para o futuro na variedade de suas metáforas referentes ao que seria a vida boa e na disputa entre seus paradigmas. Se há ordem, ela é raramente preestabelecida [...] ela é conquistada, resultado de vontades e inteligências conflitantes e concorrentes, cada qual baseada em algum paradigma convincente.

Há regras para seleção dos participantes e integrantes Procissões do Fogaréu e do Senhor Morto. Por exemplo, não é qualquer morador que se veste de farricoco (o protagonista principal da Procissão do Fogaréu) (CARNEIRO, 2005), somente homens podem usar esta vestimenta, e, além disto, algumas outras condições de perfis dos participantes são necessárias, como destacado na entrevista do organizador da manifestação:

> para viver a experiência de farricoco não há muita exigência, diz Elder Camargo de Passos, uma espécie de gerente dos preparativos da Procissão do Fogaréu. "Mantenho uma lista dos interessados e vou substituindo na medida da necessidade. A única condição é que a pessoa tenha no mínimo 1,70 m de altura, que é para suportar bem a túnica", diz. Aí, a chance fica aberta a quem estiver atento ao único ensaio do roteiro, realizado sempre no fim do dia da procissão. Quem falta, perde o lugar. Não é necessário ser morador da antiga capital, mas quem é leva vantagem[114].

[114] Entrevista cedida pelo organizador do evento, Elder Camargo de Passos, ao jornal O Popular em 07/04/2004, e destacada na dissertação de CARNEIRO (2005, p.75).

Nas duas Procissões que são executadas dentro da Semana Santa na Cidade de Goiás pode-se observar a figura do farricoco. Porém, ele é protagonista da Procissão do Fogaréu, que é realizada na quarta-feira. A manifestação se inicia a partir das 24h00 e se conclui por volta de 2h00 da madrugada de quinta-feira. Ela se inicia e finaliza na porta do Museu da Boa Morte, que está localizada no em torno da Praça do Coreto, como destacado no capítulo anterior.




Itinerários das Procissões do Senhor Morto e do Fogaréu. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); editada por Marcelo I. de Oliveira.

Todas as manifestações aqui abordadas configuram as práticas ritualísticas que são reproduzidas no contexto urbano da Cidade de Goiás. Elas representam aspectos sociais, culturais, religiosos, políticos e econômicos de grupos distintos, como, por exemplo, o Afoxé Ayó Delê e a Procissão do Fogaréu. Ambas as manifestações contemplam interesses e valores próprios dos grupos. Enquanto a primeira procura ressaltar e valorizar aspectos da cultura

afro-brasileira na Cidade de Goiás, a segunda, apesar de ser uma manifestação religiosa cristã, visa, além disso, interesses econômicos por meio do turismo.

Todavia, apesar dos interesses distintos, as duas e demais manifestações procuram valorizar as relações estabelecidas entre os moradores e a área patrimonializada da Cidade de Goiás. Entremeio aos "dramas sociais"[115] (TURNER, 2008) que envolvem o *centro histórico*, sobre as práticas e aspectos culturais, políticos, religiosos e identitários que eles reproduzem e relacionam, pondero que é a partir destas manifestações que podemos observar as "múltiplas vozes" dos moradores, bem como aspectos referentes à diversidade cultural que compõem a paisagem urbana, histórica e social da Cidade de Goiás. É por meio das manifestações que os moradores das *áreas periféricas* expressam seus valores simbólicos e, também, se sentem agentes sociais na cidade. Como destacado, cheguei a ouvir frases discriminatórias vindas do público, dos espectadores, enquanto algumas manifestações percorriam pelas ruas e praças da Cidade de Goiás, especialmente as de cultura "afro", mas quando direcionava meu olhar para os integrantes durante as manifestações, vi que eles relevavam estes discursos, pois pude notar uma vibração, suntuosos sorrisos estampados nos rostos, as danças sendo reproduzidas nas desalinhadas pedras das ruas, cânticos em vozes altas, batidas fortes nos instrumentos musicais, enfim, vários movimentos que, a meu ver, expressavam os sentimentos e valores de estarem fazendo parte daquelas manifestações sobre os patrimônios da Cidade de Goiás. Portanto, eram patrimônios se integrando aos corpos, bem como os corpos se integrando e manifestando nos patrimônios da Cidade de Goiás (CASEY, 1996; TAMASO, 2006a).

### 3.3. Lugares de lazer e contra-usos

O *centro histórico* da Cidade de Goiás, além de ser representado por sentidos de usos correspondentes aos lugares de trabalhos e lugares religiosos, como apontado até aqui, ele está representado também por lugares de lazer, que "cultivam estilos particulares de entretenimento, mantêm vínculos de sociabilidade e relacionamento" (MAGNANI, 1996, p. 3) entre os moradores e, também, os grupos de turistas.

Segundo Magnani (1996), em primeira instância, a categoria "lazer" teve suas análises e definições direcionadas com base nos contrapontos aos trabalhos operários, durante a Revolução Industrial. Sendo assim, esta categoria se tornou analítica no campo científico

[115] Os "dramas sociais", segundo Turner (2008, p. 33-40), é configurado a partir de "unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflitos". Assim, este conceito encontra-se nas "relações entre as pessoas em sua qualidade de *status* papel e entre grupos e subgrupos enquanto segmentos estruturais".

após os resultados de manifestações sociais-políticas que reivindicavam a diminuição da jornada de trabalho dos operários, o direito de descanso semanal remunerado, férias e demais benefícios para eles. Neste sentido, como sintetiza o antropólogo,

> a questão do lazer, portanto, surge dentro do universo do trabalho e em oposição a ele: a dicotomia é, na verdade, entre tempo de trabalho e tempo livre ou liberado, e por lazer entende-se geralmente o conjunto de ocupações que o preenchem (MAGNANI, 1996, p. 12).

Transportando esta categoria para o contexto empírico das sociedades modernas, nota-se que o lazer está muito além de uma

> mera necessidade de reposição das forças despendidas durante a jornada de trabalho: representava, antes, uma oportunidade, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro, de estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. O que não é de pouca importância para uma população cujo cotidiano não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania (MAGNANI, 1996, p. 12-13).

Portanto, o "lazer" se define a partir de práticas de entretenimentos que se dão através dos encontros de grupos sociais nos espaços, ou "pedaços", como destacou Magnani (1996). Seguindo nesta perspectiva, podemos citar alguns espaços urbanos e paisagens naturais onde o lazer está configurado: praças, parques, bares, clubes, circos, casas noturnas, balneários, cachoeiras, campos de futebol, quadras de esporte, dentre outros. Estes espaços, considerados em sua maioria como públicos, são marcados por laços de sociabilidades, onde acontecem os encontros entre os atores que vão para entreterem, ou seja, desfrutarem das atividades inseridas e oferecidas neles[116]. Se eles abarcam valores sociais, logo não podem ser observados como meros espaços físicos apenas, mas como lugares agregados de símbolos, sentidos e usos sociais, pois, como destacado por Leite (2007, p. 198), "determinadas sociabilidades públicas guardam relações práticas e simbólicas com os *lugares* sociais nos quais se estruturam".

O lazer, ou lazeres na Cidade de Goiás podem ser configurados e observados em alguns espaços públicos, devido aos usos que são reproduzidos neles, como, por exemplo, a Praça do Coreto: nela se percebe a concentração de turistas, que vão para a cidade em épocas de macro-eventos, especialmente, e carregam consigo caixas de isopor contendo bebidas

[116] Para Leite (2007, p. 198), a "noção de *espaço público*" é construída a partir das "relações de reciprocidade causal entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais". Sendo assim, prosseguindo com o pensamento, o sociólogo destaca que "enquanto espaço social, um *espaço público* não existe *a priori* apenas como *rua* (que, ao contrário, é sempre *rua*, vazia ou não), mas estrutura-se pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos" (LEITE, 2007, p. 200).

alcoólicas compradas, na maioria das vezes, em supermercados de suas próprias cidades de origem; e, estando concentrados ali, além de desfrutarem das atividades dos eventos, vão para dançar, cantar e se relacionarem afetivamente com outros(as) turistas ou moradores da cidade. A praça é tomada por vários grupos diferentes que, em formato de rodas espalhadas pela praça, eles ficam sentados no chão com seus instrumentos musicais, começam a cantar, ingerir bebidas alcoólicas, usar outras drogas, enquanto que algumas famílias (pai, mãe e filhos) passeiam pela praça, visitam os museus que estão no entorno, tomam picolés e sorvetes no Coreto, enfim, são diversificados usos e momentos de sociabilidades que estão empregados e relacionados ao lazer na Praça do Coreto.

Neste mesmo cenário, percebe-se a presença e inserção dos moradores. Eles usam a Praça do Coreto da mesma forma que os turistas, no entanto, não carregam consigo caixas de isopor contendo bebidas alcoólicas, pois compram as bebidas nos próprios estabelecimentos comerciais da cidade; sobretudo, se reúnem em grupos e vão interagir entre eles e com as atividades ocorridas nos eventos. Durante os macro-eventos, estas práticas de entretenimento, compartilhadas por ambos os grupos sociais (turistas e citadinos), se iniciam por volta de 13h00 e são reproduzidas até a madrugada, por volta de 3h00 ou 4h00.

De forma menos intensificada, aos finais de semanas comuns, fora os macro-eventos, o lazer na Praça do Coreto fica restrito aos moradores, especialmente; apesar de aparecer um ou outro turista. Na parte da manhã e da tarde, pais e mães passeiam com seus filhos, que correm e brincam pela praça e tomam picolés e sorvetes. Estes usos vão se modificando quando o clarão da noite e dos lampiões vai tomando conta da paisagem da praça: os grupos de moradores, a maioria jovens e adultos, entre 18 e 30 anos, se aglomeram nas cadeiras e mesas dos bares que tomam conta de uma das ruas e de uma parte da Praça do Coreto. Os usos são direcionados, sobretudo, para a ingestão de bebidas alcoólicas, trocas de conversas, relacionamentos afetivos, tocarem instrumentos musicais e cantarem, além de desfrutarem das músicas reproduzidas em máquinas de jukebox (máquinas de som), que estão localizadas em cada bar e ficam direcionadas para as mesas, ruas e praça. Os moradores inserem dinheiro nessas máquinas e escolhem suas próprias músicas. Às vezes, a mistura de dois ou três estilos musicais marcava a sonoridade do lugar. As músicas eram escolhidas particularmente pelos heterogêneos grupos de moradores, por isso se percebia uma variação no gênero musical (rock, funk, rap, samba e sertanejo). Percebi que estes usos eram reproduzidos também pelos grupos de moradores das *áreas periféricas*, que, em grande número, compartilhavam destes entretenimentos na Praça do Coreto.

É importante reiterar que cada grupo social frequenta e usa os lugares a partir de seus valores, gostos e desejos, seja para lazer ou promover outras atividades. Para Leite (2007, p. 287-288), "*lugares* são espaços de convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de entendimento sobre o que significa um certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais partilhados". Dos lugares usados para lazer e entretenimento, segundo os interlocutores, os moradores das *áreas periféricas*, destaca-se, além da Praça do Coreto, a Praça de Eventos e o Largo da Carioca.

Imagem da malha urbana destacando os lugares de lazer representados pelos moradores das *áreas periféricas*, na Cidade de Goiás. Fonte: imagem de satélite obtida a partir do Google Earth (acessado em janeiro de 2014); fotos e edição de Marcelo I. de Oliveira.

A Praça de Eventos é um espaço que foi construído recentemente, em 2008, para servir de palco para os principais shows dos macro-eventos. De segunda a sexta, e também em alguns finais de semana comuns, ele é frequentado e usado pelos moradores para praticar exercícios físicos: caminhadas, corridas e alongamentos. Em alguns finais de semana, neste mesmo espaço, à noite, os usos se transfiguram para as atrações e entretenimentos que se dão através dos shows musicais: os "pagodinhos".

> *Dia de sexta e sábado* [para ela e os amigos] *o movimento é na Praça do Coreto, ou na Praça de Eventos quando tem pagodinho, sempre costuma ter pagode*[117].

Embora alguns interlocutores, moradores das *áreas periféricas*, tenham exposto que o *centro histórico* da cidade não oferece nenhuma atratividade relacionada ao lazer, pude notar a participação, presença e entretenimento deles nos momentos extraordinários dos macro-eventos e, também, nos fins de semana na Praça do Coreto e Praça de Eventos. Eles chegavam a grupos formados ou sozinhos e, a partir de então, se misturavam e interagiam com outros grupos de moradores e, também, com turistas. Com isso, começavam os entretenimentos: beber, conversar, arrumar um(a) "ficante"[118], cantar, dançar, enfim, executar e reproduzir várias práticas que eram compartilhadas e empreendidas pelos grupos que já se encontravam presentes nos lugares de lazer.

Um dos lugares que me chamou atenção durante a pesquisa foi o Largo da Carioca, que é um caso especial a ser analisado. Ele está localizado no *centro histórico*, é um espaço que passou por processo de restauração pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, finalizado em julho de 2013. Além disso, destaca-se os elementos naturais que compõem sua paisagem, como poços de água e cachoeiras do Rio Vermelho, além de uma fonte de água encanada e potável. Com a intervenção promovida pelo IPHAN, foi instalado um parque contendo vários brinquedos para crianças, bancos e passarelas.

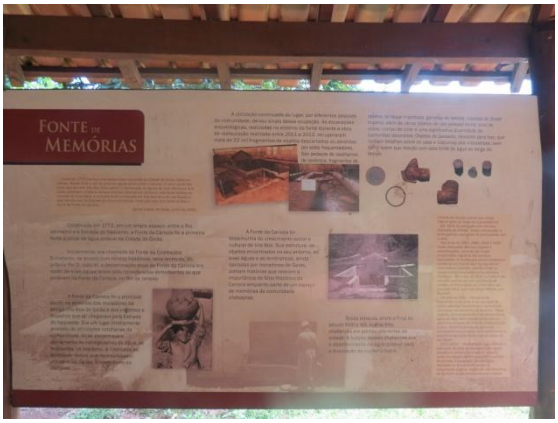
Tombado em 1978, o Largo da Carioca tem um destaque na configuração histórica e urbana da Cidade de Goiás: por ter sido a primeira fonte pública de água potável da cidade, por volta de 1772, como consta em uma exposição, "Fonte de Memórias", que se encontra instalada no local. O Largo da Carioca, segundo Tamaso (2007a, p. 47), é considerado uma

[117]Entrevista com Angelina, 28 anos, vendedora em loja de artesanato na Rua Moretti Foggia. Realizada em: 02/04/2013.

[118] Este termo refere-se às trocas de carícias entre duas pessoas antes de firmarem formalmente um compromisso de namoro.

das “construções mais importantes e significativas para o patrimônio arquitetônico” da Cidade de Goiás (TAMASO, 2007a, p. 53).

Como descrito em outra placa localizada no espaço, a restauração empreendida pelo IPHAN durou três anos, de 2010 a 2013, e incidiu sobre a iluminação, paisagismo, sinalização e mobiliário do espaço. Se ele passou por algumas intervenções recentemente, logo poderíamos imaginar que está sendo frequentado e usado pelos moradores aos finais de semana, como para tomar banho nas águas do Rio Vermelho, as crianças estarem usando os brinquedos instalados no parque, pessoas descansando nas sombras das grandes árvores, que oferecem um ambiente bastante arborizado, além de, em suas épocas frutíferas, servirem para desfrutar de mangas. No entanto, estes usos quase não são percebidos, muito pelo contrário, outros sentidos e usos estão sendo reproduzidos por moradores que apropriaram do Largo da Carioca.



Dados históricos oficiais e informações sobre a requalificação do Largo da Carioca. Fotos: Marcelo I. de Oliveira

Penso que a intervenção tenha sido planejada pelos agentes do patrimônio com o intuito de ser apropriado pelos turistas, pois, esta não é a primeira interferência urbanística que ocorreu no Largo da Carioca, onde provocou uma “expropriação” dos moradores com este espaço. Como apontado por alguns interlocutores na etnografia de Tamaso (2007a, p. 568), houve a “proibição” da realização de bailes que ali aconteciam:

> *Ai, aconteceu a proibição na Carioca, nos bailezinhos que tinha na Carioca [...] Ai foi tudo... de repente parece que foi tudo podado! E hoje a gente ouve muita reclamação nesse sentido, né?! De que Goiás não tem vida noturna mais. Porque o que todo mundo estava acostumado está sendo tirado aos pouquinho, aos pouquinhos, aos pouquinhos.*[119]

[119] Entrevista concedida à Tamaso em julho de 2002 (TAMASO, 2007a, p. 568).

> *Sei não, esse título... Eles mataram muitas coisas, mataram a Carioca que todo mundo gostava de ir... acabou com aquilo ali, diz que vai reformar... mas está do mesmo jeito que está. Pra nós, não adianta nada não, isso é só pro turista.*[120]

Leite (2007) considera que as intervenções acometidas estrategicamente pelas esferas públicas provocam a subversão dos usos dos lugares, que acabam incitando um "contra-uso" do espaço. Segundo o sociólogo, o "contra-uso" é

> capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que os espaços que resultam das "estratégias" se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam (LEITE, 2007, p. 215).

O Largo da Carioca era frequentado e usado pelos moradores, que iam para tomar banho nas águas do Rio Vermelho, como narra um interlocutor:

> *Tinha vários locais para nós banharmos. Tinha o Poção, hoje é a Carioca. Lá, antigamente, chamava Poção. Poção, por que Poção? Porque nós descobrimos, nós mesmos fizemos o Poção, limpava, a prefeitura não mexia lá, nós limpávamos aqui, surgiu, passou a chamar Carioca. Por que Carioca? Eles construíram uma Carioca, lugar de bebedor de água, ai, aproveitando uma mina que vinha do morro, atravessava o asfalto por baixo, ta até hoje, ela não seca fácil. Uma hora você vai lá na Carioca e dá uma manjada pra você ver lá. Tem a Carioca, firme. Ai, eles colocaram um caninho ai uns não sei quantos metros de fundura ai, aproveitaram ela e fizeram uma "biquinha" e fizeram o encanamento. Então, podia faltar água em Goiás, no encanamento, tudo, mas na aguinha lá não faltava e era gostosa, rapaz. Eu vou falar pra você que era... porque tem muitos anos que eu não bebo água de lá mais, né?! Ai surgiu a Carioca. [...] Lá era lugar de jovens, não só de jovens, mas de idosos, pra tomar um banho, passear...*[121]

Com a reforma e outras intervenções realizadas, o Largo da Carioca encontra-se quase que abandonado socialmente. Já não se encontra usos como estes destacados pelo interlocutor (tomar banho, passear, dançar). O espaço público, que foi "requalificado" pelas políticas públicas, para ser usado como lazer, está sendo apropriado e usado de outras maneiras, como servindo de ponto de encontro para os jovens usuários de drogas, que se reúnem ali para usar drogas, ou mesmo para práticas sexuais.

Na segunda ida à Cidade de Goiás, durante o carnaval de 2013, realizei uma breve observação no Largo da Carioca. Por ser numa data festiva nacionalmente, que atraiu vários turistas pra cidade, havia muitos atores sociais (moradores e turistas) concentrados no Largo da Carioca, entre crianças, jovens e adultos, que tomavam banho no poço de água; os adultos

[120] Entrevista concedida à Tamaso em julho de 2002 (TAMASO, 2007a, p. 568).
[121] Entrevista com Anselmo, 60 anos, Auxiliar de limpeza na Igreja São Francisco. Realizada em: 02/04/2013.

estavam ingerindo bebidas alcoólicas. Notava-se um cenário diferentemente do que observei durante o último trabalho de campo na cidade, em dezembro de 2013.

Ao chegar ao Largo da Carioca, numa quinta-feira da última ida à cidade, notei um galpão fechado (segundo os usuários, antigamente era um bar e lanchonete), a pista de passeios tomada de folhas secas e lixos, o parque de brinquedos com o chão repleto de frutas podres, exalando um mau-cheiro. Era uma paisagem diferente daquela observada quase um ano atrás, onde se observava um entretenimento e interação social intensa por parte dos turistas e moradores com o Largo da Carioca.

Largo da Carioca na Cidade de Goiás, destaque para a poluição da passarela e das folhagens secas e frutos espalhados pelo parque. Fotos: Marcelo I. de Oliveira

Entremeio a esta segunda paisagem do Largo da Carioca, observei um grupo de cinco jovens, que estavam a aproximadamente 50 metros da minha posição, sentados sobre as raízes de uma árvore, próximos ao rio. Enquanto isto, um pai, juntamente com seu pequeno filho, tomava banho nas águas correntes do Rio Vermelho. Ao me aproximar do grupo de jovens, notei que eles me observavam como se eu fosse um estranho ali, um intruso. Talvez estivessem pensando que eu era um turista, por estar portando a câmera fotográfica. Sentei próximo ao grupo, troquei curtas palavras com um dos jovens. Logo, o pai e o filho, que estavam tomando banho, saíram do Rio Vermelho, vestiram suas roupas e, caminhando lentamente para irem embora, o pai olhou em minha direção e disse, em tom um pouco eufórico: “está olhando demais, né?!”. Eu, com minha câmera fotográfica pendurada no pescoço, notei que o grupo de jovens direcionaram seus olhares rapidamente pra mim. Senti, então, que estava incomodando e atrapalhando os usos que aqueles moradores estavam fazendo do Largo da Carioca. Sem saber como reagir, fiquei imóvel e em silêncio. Pouco depois, um dos jovens chamou os outros amigos para irem embora, sequer me dirigiram

alguma palavra de despedida. Foi, então, que notei que eles não foram e sequer queriam ir embora. Ao sentirem incomodados com minha presença, eles atravessaram o Rio Vermelho (a água do rio cobria os joelhos deles enquanto atravessavam) e sentaram embaixo de outra árvore. Literalmente, senti que havia invadido o "pedaço" deles e atrapalhado a fazerem algo. Isto ficou claro quando observei um jovem retirando um elemento do bolso e começou a enrolar em um papel, ascendeu com isqueiro, tragou e repassou aos outros integrantes do grupo. A partir disto, pude confirmar que eu estava atrapalhando eles a consumirem droga. Confirmo ser droga por conta do cheiro que chegou até onde eu permanecia sentado.

A historicidade do Largo da Carioca esteve sempre relacionada aos usos e práticas de entretenimento envolvendo os moradores de diversas faixas etárias: crianças, famílias, jovens, adultos e idosos, que praticavam a pesca, tomavam banho no Rio Vermelho, como destacado nas conversas com alguns interlocutores. No entanto, a partir desta experiência e da realidade observada no Largo da Carioca, destaco que outros usos sociais (que não são aqueles almejados estrategicamente pelas políticas públicas, enquanto um espaço a ser usado pelos turistas ou moradores para lazer) estão acontecendo no Largo da Carioca. Um dia após observar estes usos praticados pelo grupo de jovens, no outro dia retornei e me deparei com o mesmo cenário socioespacial, alguns jovens sentados sobre as raízes da árvore, conversando e usando droga. A todo o momento chegava outro jovem de moto ou bicicleta, aproximava do grupo, trocava algumas palavras e saía, ia embora.

Neste mesmo dia, cheguei a observar uma família de aproximadamente oito moradores do bairro *João Francisco*, incluindo avós, pais, filhos e netos, que usavam os elementos disponíveis para o lazer no espaço, no entanto, sequer eles ficaram muito tempo. As crianças usaram os brinquedos do parque, os pais e avós ficaram sentados em uma mesa debaixo das árvores frutíferas, no lado oposto de onde estavam os jovens, porém, rapidamente foram embora, talvez por conta do grupo de jovens que estavam agrupados no local. O pai das crianças chegou a me destacar que o Largo da Carioca "fica abandonado", por isso, ele tem até "medo de trazer os filhos".

Tomando este discurso, de um pai de família, penso que estes usos, dos jovens usuários de drogas, que foram introduzidos após as intervenções políticas incididas sobre o Largo da Carioca, estão provocando o distanciamento de algumas famílias de moradores deste espaço. As políticas interferiram diretamente no lazer que era/seria praticado por eles.

Neste sentido, como destacado por Leite (2007), novos processos de (re)significação dos espaços urbanos são resultados dos novos usos praticados pelos atores e grupos sociais.

Porém, nem sempre a subversão dos usos ocorre tão somente por conta dos usuários dos espaços, às vezes as práticas políticas também interferem diretamente. Portanto, a subversão de significados e sentidos do Largo da Carioca é resultado dos processos que estão relacionados às "estratégias" das esferas públicas. A partir disto, o sociólogo aponta que o "processo de construção dos lugares, através dos quais certos espaços são reapropriados em resposta à exclusão socioespacial e a partir dos quais pode ocorrer uma repolitização da vida e espaço públicos" (LEITE, 2007, p. 258-259).

Portanto, os "contra-usos" no Largo da Carioca estão associados à poluição ou "impureza" social (DOUGLAS, 1976). No Mercado Municipal, perguntei alguns interlocutores se eles frequentavam e usavam o Largo da Carioca para lazer, um deles respondeu o seguinte: "não, lá é muito sujo". Questionei-o sobre o significado de sujo: "a água é suja, e também os 'malas' invadiram lá". A categoria "malas", ao qual ele se refere, está relacionada aos usuários de drogas. Na sequência, e interferindo na conversa, outro interlocutor ressaltou: "lá tem uma 'maconheirada' (usuários de droga) danada".

Sob a ótica desses interlocutores, a "impureza" física e social está impregnada no Largo da Carioca. Esta convenção é empírica, onde as ações promovidas por alguns jovens moradores provocam um desconforto social em outros moradores da Cidade de Goiás, justamente por estarem reproduzindo outros usos que não são aqueles considerados, por antigos usuários do espaço, como "puros".

Na perspectiva de Douglas (1976, p. 33),

> se o impuro é o que não está no seu lugar, devemos abordá-lo pelo prisma da ordem. O impuro, o poluente, é aquilo que não pode ser incluído se quiser manter esta ou aquela ordem. Só reconhecendo este enunciado poderemos começar a compreender o que é a poluição.

Em suma, a "impureza" acaba provocando uma anomalia na ordem daqueles que usavam o Largo da Carioca:

> de início, a descoberta de uma anomalia cria ansiedade. O sujeito tenderá então a suprimir a anomalia ou a apartar-se dela. Até aqui, muito bem. Mas temos de procurar um princípio de organização mais eficaz para fazer justiça às elaboradas cosmologias que os símbolos de poluição revelam (DOUGLAS, 1976, 8-9).

A anomalia, neste caso, não se restringe apenas aos usuários de drogas. Além de ser um espaço ocupado por usuários de drogas, o Largo da Carioca está sendo também usado e apropriado pelos moradores para práticas sexuais. Ao percorrer pelo parque do Largo da

Carioca, encontrei embalagens de um preservativo. Ele estava localizado no chão, próximo aos brinquedos cujos usos seriam destinados às crianças.

Embalagem de preservativo deixado no chão do parque do Largo da Carioca.
Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Cabe fazer um parêntese neste caso, onde, com base em Baudrillard (2008) e Gonçalves (2007), destaca-se a importância dos vestígios de objetos deixados nos espaços. Eles servem de suportes para revelar aspectos, usos e práticas culturais reproduzidas pelos usuários nos espaços.

Contudo, vê-se, através das transformações dos usos que foram ocorridos no Largo da Carioca, como os espaços são metarmofoseados, ou seja, são (re)configurados diacronicamente. O Largo da Carioca teve sua infra-estrutura reformulada pelas esferas públicas. Com as intervenções, se almejavam que este espaço fosse (re)apropriado para lazer e entretenimento, sejam moradores ou turistas. Portanto, o questionamento que se pode fazer quanto a esta realidade é: por que o Largo da Carioca não foi (re)apropriado por nenhum destes grupos sociais?

Botelho (2006, p. 50) destaca que as "estratégias, por sua vez, são resgatadas e remodeladas pelas populações locais, que se reapropriam do espaço 'revitalizado' de diversas formas e através de diversos usos". Entretanto, como verbalizado por Leite (2006, p. 23), "nem sempre, portanto, as práticas sociais que colonizam certos espaços se coadunam com os usos esperados e projetados para determinados fins" (LEITE, 2006, p. 23). Não faz um ano que as intervenções foram concluídas e o espaço se tornou "impuro": sem limpeza, sem guardas, um galpão sem uso, que poderia servir de lanchonete ou outro comércio para consumo dos próprios moradores da Cidade de Goiás, ou turistas. O lazer do Largo da Carioca está desaparecendo da realidade vivida pelos moradores, tanto por aqueles que

residem nas proximidades (*centro histórico*), quanto por aqueles que estão localizados em *bairros periféricos* mais afastados. Durante a realização de uma entrevista, a interlocutora retratou o Largo da Carioca como um lugar que possui significância em seu passado, em sua trajetória de vida, hoje, segundo ela, "acabou":

> *antigamente tinha a Carioca, era uma área de lazer muito bonita,* ***acabou.*** *Eles fizeram uma reforma lá, de milhões, ta tudo inacabado*[122]. **[Grifos meu**].

Como destacou Tamaso (2007a, p. 568), "*aos pouquinhos*, os jovens vilaboenses foram [vão] sendo espoliados de seus lugares de lazer e entretenimento [...] **em nome do patrimônio**". Em dias comuns, fora macro-eventos, os moradores estiveram distantes do lazer que era praticado no Largo da Carioca. Atualmente, vários jovens moradores têm como lugares de lazer as suas próprias casas, algum bar, lanchonete ou sanduicheria, como destacado pelos interlocutores.

Já em épocas de macro-eventos, os moradores das *áreas periféricas* desfrutam das atratividades oferecidas e executadas neles, especialmente em relação aos shows musicais. No contexto social dos eventos, eles se misturam com os turistas, frequentam e usam os espaços onde ocorrem as atividades: Praça do Coreto, Praça de Eventos, Rua Moretti Foggia, Mercado Municipal (espaço que, às vezes, promovem alguns shows musicais) e bares onde são reproduzidos pequenos shows ao vivo.

Os macro-eventos podem, então, ser vistos como momentos extraordinários de entretenimentos, ou seja, de lazer para os moradores, incluindo os das *áreas periféricas*. De fato, os macro-eventos são promovidos e organizados pelas esferas públicas, cujo intuito principal é atrair turistas pra cidade. Todavia, além de incorporar o quadro de trabalhadores dos estabelecimentos turistificados, como destacado no capítulo anterior, vários moradores das *áreas periféricas* se deslocam de suas residências e bairros para desfrutarem e usufruírem das atividades dos macro-eventos.

[122] Entrevista com Anastácia, 28 anos, auxiliar de limpeza em pousada. Realizada em: 02/04/2013.

Show musical no Mercado Municipal, no carnaval de 2013. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

Movimentação no entorno da Praça do Coreto, no FICA de 2012. Foto: Marcelo I. de Oliveira.

No outro contexto social-temporal, fora os momentos extraordinários dos macro-eventos, os usos de lazer e entretenimento dos moradores das *áreas periféricas* no polígono patrimonial da cidade se restringem às práticas noturnas em praças, shows musicais e bares, especialmente aos fins de semana. Em alguns casos, diferem-se daquelas reproduzidas para os turistas, que chegam à cidade para descansarem das rotinas de trabalhos acumuladas em suas cidades de origem. Eles vão para a cidade para desfrutarem dos confortos dos hotéis e pousadas, além de observar e conhecer, através dos bens patrimoniais, as memórias e personagens representativos do contexto histórico e cultural da Cidade de Goiás, que estão espalhados pelo *centro histórico*; destacam-se também as atividades teatrais e musicais que são reproduzidas em alguns finais de semana no Teatro São Joaquim. Nestes espaços privados e públicos, os moradores das *áreas periféricas* se posicionam como funcionários dos estabelecimentos comerciais e das esferas públicas. Eles auxiliam nas limpezas, preparam as comidas, embelezam os espaços, auxiliam na produção das atratividades musicais e peças teatrais, guiam as visitas nos museus, enfim, contribuem ativamente para o descanso, conforto e entretenimento dos "*de fora*", os turistas.

Para concluir, ressalta-se a movimentação social dos moradores das *áreas periféricas* por todo o polígono patrimonializado da Cidade de Goiás, seja trabalhando, participando ativa ou passivamente de manifestações culturais e religiosas, ou usando alguns espaços públicos como momentos de lazer e entretenimento, junto com os amigos(as), familiares, namorados(as). Assim, eles não só contribuem para o lazer que os turistas procuram na cidade, mas também têm seus momentos e seus lugares para lazer e entretenimento dentro do contexto patrimonializado da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a dinâmica social junto aos bens patrimonializados na Cidade de Goiás é um objeto de estudo instigante, especialmente em se tratando das sociabilidades e valores simbólicos atribuídos pelos moradores que são obscurecidos pelas esferas públicas, como as relações dos moradores das *áreas periféricas* com os espaços públicos politizados, históricos, enobrecidos (ressignificados), patrimoniais e turísticos do *centro histórico* da Cidade de Goiás.

A partir desta pesquisa etnográfica, pode-se perceber que, embora os patrimônios da Cidade de Goiás sejam estrategicamente legitimados pelos agentes/agências do patrimônio, eles não apresentam ser materializados, cristalizados e musealizados, estão sendo frequentados e (re)atualizados cotidianamente pelos moradores, especialmente os das *áreas periféricas*. Sendo assim, a materialidade dos objetos, ruas, praças, pontes e demais elementos que compõem o conjunto arquitetônico e urbanístico do *centro histórico* continuam sendo (re)apropriados pelos moradores, que reproduzem neles variados usos socioculturais.

O antagonismo destacado na etnografia, entre *áreas periféricas* e *centro histórico*, teve suas configurações destacadas em itálico, justamente porque, empiricamente, ele é enfatizado pelos moradores para distinguir socioespacialmente os que residem nestes dois contextos. Os interlocutores apontavam e demarcavam constantemente os seguintes grupos socioespaciais: "*os lá de cima*"/"*os lá de baixo*". A primeira categoria refere-se aos moradores das *áreas periféricas*, que estão às margens do polígono patrimonial, cuja maioria veio migrada de outras regiões do Brasil, especialmente do em torno da Cidade de Goiás, e foram ocupando e configurando outros bairros do contexto urbano da cidade, embora se possa perceber também a presença dos vilaboenses "*filhos de Goiás*", que nasceram na cidade, habitaram no *centro histórico* e, após os processos patrimoniais, passaram a se deslocar para as *áreas periféricas*; e a segunda categoria refere-se aos moradores do *centro histórico*, os *filhos de Goiás*, descentes das famílias oligárquicas, que urbanizaram e estiveram ligados às esferas políticas da cidade desde os processos de urbanização. Assim, a pesquisa foi sendo desenvolvida inicialmente a partir desta fronteira socioespacial, mais especificamente das representações, usos, sociabilidades e movimentações empreendidas pelos agentes sociais que integram a primeira categoria social nos espaços aonde residem os moradores da segunda categoria, ou seja, dos moradores das *áreas periféricas* no *centro histórico* da Cidade de Goiás.

Ao observar as relações estabelecidas pelos moradores das *áreas periféricas* com os patrimônios do *centro histórico*, que são valorizados e legitimados pelas esferas públicas municipais, estaduais e federais, percebe-se que eles não compreendem o sentido do título de Patrimônio Mundial que o *centro histórico* carrega, apesar de ser um instrumento para que eles se integrem ao fenômeno turismo. Sendo assim, após seis décadas que a cidade passou pelo primeiro processo de patrimonialização, na década de 1950, muitos moradores das *áreas periféricas* não sabem dizer qual a representatividade deste título, de "ser patrimônio", apenas observam e, na maioria das vezes, não concordam com as políticas que são executadas sobre alguns espaços do *centro histórico*. Portanto, apenas vêem nesta titularidade a oportunidade de adquirirem um desenvolvimento econômico próprio, a partir do mercado turístico.

De fato, as práticas patrimoniais e turísticas são estrategicamente operacionalizadas pelos agentes do patrimônio, cuja maioria (para não dizer todos) reside dentro do polígono patrimonial. Eles se apropriam dos elementos simbólicos que foram patrimonializados e proporcionam uma subversão dos valores simbólicos e dos usos sociais reproduzidos pelos moradores para atender as necessidades do mercado, neste caso através do "consumo cultural" ou "consumo visual" (CANCLINI, 1997; LEITE, 2007; ZUKIN, 2000a), como se observou nas intervenções realizadas na Praça do Coreto, que "expropriou" algumas manifestações carnavalescas que eram reproduzidas pelos moradores das *áreas periféricas* neste "espaço público".

Certeau (1994, p. 177), refletindo nesta direção, destacou que as cidades são configuradas por práticas, códigos e ordens socioespaciais, cujas possibilidades e proibições de movimentações sociais dentro delas são politicamente delimitadas e estrategicamente legitimadas. Essas possibilidades e proibições que vão configurando os cenários políticos e socioculturais das cidades são compreendidas por Jackson (1994) como "paisagens políticas" e "paisagens vernaculares". A primeira paisagem diz respeito às estratégias e regras que são planejadas e empreendidas pelos "agentes do poder", sobre alguns espaços; a segunda refere-se às táticas que os atores sociais elaboram e praticam com o intuito de usar determinados espaços, esquivando-se das normatizações projetadas e aplicadas pelos agentes do poder.

Ainda nesta perspectiva, Ortner (2007) destaca que as relações de poder sempre estarão inseridas nos contextos e estruturas sociais. De acordo com ela, "a reprodução social nunca é total; é sempre imperfeita e vulnerável às pressões e às instabilidades inerentes a toda situação de poder desigual" (ORTNER, 2007, p. 26). A partir disto, ressalto que, embora as fronteiras socioespaciais e relações de poder estejam configuradas no *centro histórico* da

cidade de Goiás, elas são "atravessadas" cotidianamente pelos moradores que residem nos bairros que se localizam "de fora" da área enobrecida: eles são funcionários dos comércios turistificados, usam alguns espaços para lazer, frequentam e usam o Mercado Municipal, reproduzem manifestações culturais e religiosas, enfim, os moradores das *áreas periféricas* se socializam e integram à paisagem social-urbana da Cidade de Goiás, inclusive do *centro histórico*. Portanto, destaco que eles são, também, agentes sociais da cidade, pois usam, atribuem sentidos e significados aos espaços que compõem a paisagem urbanística patrimonializada.

Retratando a fronteira socioespacial da Cidade de Goiás, Tamaso (2007a, p. 345) que "quão mais o *centro histórico* se intensificou de sentidos e significados menos observância houve para com as demandas da *periferia*". Sendo assim, para a antropóloga, "o aumento da centralidade foi acompanhado do aumento da exclusão social dos outros bairros", das *áreas periféricas*. Em tese, concordo com o que Tamaso (2007a) verbaliza, pois, realmente, os bairros *periféricos* ficaram distantes dos olhares e planejamentos empreendidos pelas esferas públicas do município, enquanto que o *centro histórico* tornou-se a principal "*jóia da casa*"[123], como destacou um interlocutor.

O *centro histórico* recebeu várias intervenções direcionadas para o enobrecimento dos diversos casarios, monumentos públicos, ruas de pedras, pontes, museus e outros bens patrimonializados situados dentro de um "*pedacinho*", "*miolinho*" ou "*mundinho*", como ressaltaram alguns interlocutores, cujo propósito era, sobretudo, atrair turistas para a cidade e ter um desenvolvimento proporcionado a partir do mercado turístico.

Devido à valorização política e econômica que está ancorada nos bens patrimonializados, os moradores das *áreas periféricas* passaram a ficar "excluídos" dos planejamentos urbanos, e sentiram que suas práticas e atividades culturais, religiosas não estavam sendo valorizadas pelas esferas públicas. Diferentemente das manifestações que são organizadas e executadas por vilaboenses *filhos de Goiás*, que estão diretamente envolvidos com as práticas patrimoniais que são executadas na cidade. Neste caso, me refiro à Procissão do Fogaréu, que é organizada pela OVAT.

Logicamente, que, com os processos de patrimonialização e o recebimento do título de Patrimônio Mundial, algumas medidas e normatividades foram implantas sobre os patrimônios, a fim de conservá-los e não colocar em risco suas integridades físicas, arquitetônicas. O resultado dessas ações de salva-guarda refletiu, sobretudo, em algumas

[123] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.

práticas culturais reproduzidas pelos moradores das *áreas periféricas*, as quais foram impedidas de serem realizadas em alguns espaços patrimonializados, como as atividades do carnaval na Praça do Coreto e os shows principais do FICA no Largo do Chafariz, por exemplo. Para os agentes do patrimônio, estes eventos provocavam abalos nas arquiteturas dos casarios coloniais, bem como dos museus e dos objetos localizados dentro dos museus. Entretanto, contraditoriamente a este discurso e ações que provocam uma "limpeza social", estes mesmos espaços, especialmente a Praça do Coreto, são, atualmente, pontos de concentração de turistas durante os macro-eventos.

Para Abreu (2007, p. 279), esta preocupação com a conservação e integridade dos bens patrimonializados está presente no cenário político das cidades patrimonializadas. Como ela aponta,

> outro fator importante no desenho atual do campo do patrimônio cultural no Brasil relaciona-se às novas atribuições de sentido aos bens tombados na primeira fase da política patrimonial. O tombamento e a preservação das chamadas cidades históricas, por exemplo, têm levado a um turismo desordenado, vivido como ameaça pelos habitantes destas cidades. Muitas vezes, a própria integridade do patrimônio cultural tem sido colocada em risco.

Assim, cabe ressaltar que, mesmo com as "paisagens políticas" que estão instaladas sobre os bens e espaços patrimonializados, os moradores das *áreas periféricas* utilizam das manifestações culturais e religiosas se apropriarem das ruas e praças do *centro histórico*, como o Afoxé Ayó Delê e os Blocos e Escolas de Samba nos carnavais, embora não recebam incentivos econômicos por parte das esferas públicas locais para realização das mesmas, como recebem as manifestações religiosas organizadas por agentes patrimoniais: a Procissão do Fogaréu, por exemplo.

Outro fenômeno que contribuiu para que os moradores das *áreas periféricas* se deslocassem para o *centro histórico* com mais assiduidade foi o turismo (que e ingressou na cidade a partir da valorização histórica, arquitetônica e urbanística que alguns bens materiais e imateriais passaram a receber). O turismo fez com que comércios fossem instalados no *centro histórico*, e, então, os moradores das *áreas periféricas* passaram a preencher esses comércios, foram ocupando e representando os seguintes papéis sociais e comerciais: funcionários e administradores em hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes, lojas de artesanatos; guias e auxiliares de limpeza e manutenção nos museus, enfim, eles contribuem ativamente para o processamento do sistema turístico que é operacionalizado na Cidade de Goiás.

Apesar deste fenômeno não ter suprido as expectativas dos moradores, que, com o processo do título de Patrimônio Mundial, iriam se beneficiar economicamente por meio do mercado turístico, eles conseguiram aproveitar e apropriar das poucas oportunidades de empregos que foram aparecendo.

O turismo não alavancou na Cidade de Goiás (muitos relatam que o fluxo de turistas diminuiu após o título). No entanto, ao menos três eventos são significativos para que este fenômeno seja reproduzido na cidade: Carnaval (fevereiro-março), Semana Santa (março-abril) e FICA (junho-julho). A crítica levantada por vários interlocutores da pesquisa é a de que os agentes e agências relacionadas aos planejamentos de eventos promovidos na cidade deveriam valorizar as atividades que são organizadas e executadas pelos moradores das *áreas periféricas*. Sendo assim, como ressaltado por eles, essas atividades deveriam ser destacadas no calendário turístico da cidade.

A partir destes fatos, vê-se, portanto, que os moradores das *áreas periféricas* estão literalmente posicionados às margens da cidade, tanto espacialmente quanto social, política e culturalmente. Embora eles estejam frequentando, usando, se sociabilizando e praticando atividades cotidianas e extraordinárias no *centro histórico*, parecem estar ocultos aos olhos das esferas públicas. Alguns dos momentos que eles se sentem prestigiados são aqueles quando vão integrar as manifestações ocorridas na Semana Santa, especialmente a Procissão do Fogaréu e a Procissão do Senhor Morto.

São duas manifestações organizadas pelos agentes do patrimônio e turismo. Sendo assim, a meu ver, os moradores das *áreas periféricas* se sentem, ao serem selecionados para participar destes dois momentos, inseridos e integrando parte de uma estrutura social que é valorizada política, econômica e turisticamente, pois não é qualquer vilaboense que pode participar destas manifestações (eles passam por um processo de avaliação e aceitação pelo grupo organizador). Observei que esses moradores chegam até a compor o quadro de farricocos da Procissão do Fogaréu, a figura considerada protagonista da manifestação.

Enfim, não considero que esta pesquisa etnográfica seja dada como concluída. Um dos fatores que aponta para esta "não-conclusão" refere-se à metamorfose social, política, econômica e cultural que se processa nas áreas urbanas; são transformações que ocorrem pelas práticas dos próprios moradores e/ou de eventos que são processados nelas, como vimos desde os primeiros estudos ligados à Escola de Chicago, na década de 1920.

É importante frisar, por exemplo, que a atual prefeita do município é uma mulher que vivenciou as realidades e expectativas dos moradores das *áreas periféricas* da Cidade de

Goiás, pois conviveu com eles durante os cursos de especialização profissional, no CEP. Sendo assim, observei que algumas mudanças já estão ocorrendo entre as esferas públicas locais com esta categoria social de moradores.

> *Nunca tivemos apoio de nenhum órgão do governo. Nunca na nossa vida. Os apoios que a gente teve foram de editais que a gente venceu nacionalmente. Ai vencemos o edital da Fundação Palmares, e a Fundação Palmares financiou o Afoxé um ano [...] Este ano fizeram uma comunicação com carro de som. Este ano! Com esta prefeitura nova é que ta começando um diálogo, porque se no começo eles eram contrários a nós, depois passaram a ser indiferentes a nós. E agora, são simpatizantes. Estamos nessa fase. Se vai chegar a ser efetivamente colaborador ou parceiro, eu só acredito vendo*[124].

> *Uai, ta ficando bom. Ta melhorando, depois que essa prefeita assumiu, melhorou mais o turismo*[125].

> *Ah, tudo bagunçado. A pessoa não tem um trabalho, né?! Não tem empresa na cidade, né?! Tudo é mais difícil do que as outras cidades. Agora que a prefeita está começando a equilibrar os... mas não tem ainda, o povo precisa, né…?! Tem tanta família que precisa e não tem o... principalmente não tem. E a cidade precisa muito. Que você vê que aqui é mais assim pra turista, não tem trabalho para as pessoas. Aliás, a pessoa tem que ir para outra cidade ou pra roça, né?! Tem que melhorar muito*[126].

Mesmo com apenas um ano no cargo de prefeita da cidade, percebe-se que está ocorrendo um diálogo entre as esferas públicas da Cidade de Goiás e os moradores das *áreas periféricas*. Este diálogo pode provocar alterações nas relações sociais, políticas e econômicas. Por isso, destaco que as análises da pesquisa podem ser retomadas em outras instâncias.

Portanto, tomando como ponto de reflexão a análise de Rocha (2009, p. 106), a temporalidade social-urbana deve ser pluralizada e, ao mesmo tempo, estar em processo de transformação, pois se deve valorizar as memórias e histórias remotas, mas, também, as realidades vividas e praticas pelos grupos sociais. Sendo assim, a antropóloga ressalta que é devido a esta relação que os bens patrimoniais vão resistindo à "industrialização, modernização e urbanização [...] ao reducionismo de um tempo finalizado".

Fortuna (1997, p. 231) sintetiza que "as cidades, como os indivíduos, têm as suas próprias identidades", onde "se conquista, se transforma ou se esvanece e altera, ao sabor de inúmeras circunstâncias". A partir deste ponto de vista, ressalto que, embora os "fantasmas" e

---

[124] Entrevista com Adriano, um dos coordenadores do Espaço Cultural Vila Esperança e organizador do Afoxé Ayó Delê. Realizada em 20/12/2013.
[125] Entrevista com Aurélio, 61 anos, administrador de restaurante. Realizada em: 01/04/2013.
[126] Entrevista com Alice, 39 anos, administradora de loja de artesanato. Realizada em: 01/04/2013.

“ruídos” (CERTEAU, 1994) arquitetônicos continuem a “assombrar” o conjunto urbanístico patrimonializado da Cidade de Goiás, eles estão (des)continuamente carregados de heterogêneos sentidos e valores simbólicos, ou seja, marcados por “durações de instantes descontínuos” (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 137), por diversificadas temporalidades (passado, presente e futuro), usos e significados sociais. É um “direito à cidadania”, como disse Arantes (1996, p. 10), que se processa a partir das formulações, reivindicações, transformações e, sobretudo, vivências dos seres humanos nos seus diversificados “núcleos de vida social (como trabalho, as sociabilidades, a comunicação e a produção cultural).

Por fim, as análises dos dados aqui expostos revelaram que esses “fantasmas” foram e continuam sendo significativos para os moradores das *áreas periféricas*. O *centro histórico* é composto por espaços onde eles se expressam, se sociabilizam, se manifestam e reproduzem múltiplas práticas socioculturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas.

## REFERÊNCIAS


ABREU, Regina M. do R. M. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, vol. 8, n. 2, pp. 37-52, julho-dezembro. 2005.

_____. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: FILHO, Manuel F. L; BELTRÃO, Jane F; ECKERT, Cornélia. (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 263-285.

AGEPEL. Pesquisa: perfil, percepção, motivação e avaliação dos visitantes, participantes, moradores e empresários locais. In: **XI FICA**: Cidade de Goiás – Goiás, 2009.

_____. Pesquisa: perfil, percepção, motivação e avaliação dos visitantes, participantes, moradores e empresários locais. In: **XII FICA**: Cidade de Goiás – Goiás, 2010.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ALFONSO, María J. P. El patrimonio cultural como opción turística. **Horizontes Antropológicos**, ano 9, n. 20, outubro. 2003.

ARANTES, Antônio. A. A guerra dos lugares. In: _____. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas, Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

_____. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**: Goiânia, v. 4, n.1, pp. 425-435, jan./jun. 2006.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo. Ed. Ática, 1988.

BAL, Mieke. Conceptos viajeros en las humanidades. In: **Estudios visuales**: ensayo, teoría y crítica de la cultura visual y el arte contemporáneo, n. 3, 2003.

BARBOSA, Ycarin M. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, vol. 9, n° 20. Porto Alegre, outubro. 2003.

_____. **Cultura e Turismo**: Discussões Contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

BARNES. John A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (org). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**: Métodos. São Paulo: Global, 1987.

BENJAMIN, Walter. Flanêur. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2009. pp. 185-256.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do centro oeste do Brasil**. Goiânia: UCG/Brasília: Editora Codeplan, 1988.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, n. 1 (3), pp. 68-80, janeiro-julho. 2005.

BONIFACE, Priscilla; FOWLER, Peter J. **Heritage and tourism in 'the global village'**. London: Routledge, 1993.

BOTELHO, Tarcísio R. A Revitalização da Região Central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade. In: FRÚGOLI JR, Heitor; ANDRADE, Luciana T; PEIXOTO, Fernanda A. (Orgs.). **As Cidades e Seus Agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006. pp. 45-67.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia**. São Paulo: Chronos, 2002.

CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Traduzido por Maurício Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, pp. 95-115, 1994.

_____. O Porvir do Passado. In: _____. **Culturas híbridas:** poderes oblíquos. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, Alice M. P. de A. **O Património reencontrado**: centro histórico de Guimarães, Património da humanidade – a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2004.

CARNEIRO, Keley C. **Cartografia de Goiás**: patrimônio, festa e memórias. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/UFG, 2005.

CARVALHO, Pompeu F. Patrimônio cultural e artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A; CRUZ, Rita C. A (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

CASEY, Edward S. How to get from space to place in a fairly short stretch of time. In: FELD, Steven; BASSO, Keith (orgs.). **Senses of place**. Santa Fé, Novo México: School of American Research Press, 1996. pp.13-51.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUL, Nasr. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiás: Editora UFG, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade/Unesp, 2001.

_____. **As Questões do Patrimônio**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. pp. 17-58.

COELHO, Gustavo N. **O espaço urbano em Vila Boa**: entre o erudito e o vernacular. Goiânia: Editora UCG, 2001.

COSTA, Everaldo B. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadora**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

COSTA, Flávia R. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: SENAC, 2009.

CRAVEIRO, Fernanda A. **A percepção dos moradores da histórica cidade de Pirenópolis acerca do turismo numa perspectiva etnográfica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio) – UCG/IGPA, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DELGADO, Andréa F. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". **Horizontes Antropológicos**, vol.11, n.23, p.113-143, jun. 2005.

DOUGLAS, Mary. [1966]. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras** – Geografia, I série, vol. X/XI, Porto, 1994/5. pp. 5-18.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Trad. Ana M. G. Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FARIA, Ronaldo de. **Turismo e tradição**: olhares revelados pela procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – UCG/IGPA, Goiânia, 2006.

FELD, Steven. Waterfalls of song: an acoustemology of place resounding in Bosavi, Papua New Guinea. In: _____; BASSO, Keith (orgs.). **Senses of place**. Santa Fé, Novo México: Schoolof American Research Press, 1996. pp. 91-135.

FONSECA, Maria C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: _____. (org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997.

FRÚGOLI JR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIDDENS, Antony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulistas, 1997.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. [1984] **A Constituição da Sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

_____. As cidades e os espaços urbanos. In: _____. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. pp. 570-600.

GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23. Jan/jun. 2005.

_____. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 239-248.

FRAGA, Leila M. **O Divino Espírito Santo na Cidade de Goiás**: uma festa do patrimônio e da memória. Dissertação (Mestrado Profissionalizante – Gestão do Patrimônio Cultural) – Goiânia: UCG, 2002.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e utilização do corpus fotográfico na pesquisa antropológica. In: **Discursos fotográficos**, Londrina, v.7, n.10, 2011.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana** [online], vol.3, n.1, pp. 7-39. 1997.

HERZFELD, Michael. A Place in History: social and monumental time in a Cretan Town. In: LOW, S.; LAWRENCE-ZÚÑIGA, D. (Orgs.). **The Anthropology of Space and Place**. Blackwell Publishing, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

JACKSON, John B. **A Sense of Place, a Sense of Time**. New Haven/London: Yale University Press, 1994.

JACOBS, Jane. A natureza peculiar das cidades. In: _____. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogério P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, v. 8, n. 2, pp. 79-89, jul/dez. 2005.

_____. Margens do dissenso; espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR, Heitor; ANDRADE, Luciana T; PEIXOTO, Fernanda A. (Orgs.). **As Cidades e Seus Agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006. pp. 23-44.

_____. **Contra-usos da Cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas/São Cristóvão: Editora Unicamp/Ed.UFS, 2007.

LIMA, Diana F. C. Museologia-museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, pp. 31-50. jan.-abr. 2012.

LIMA FILHO, Manuel F. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre Brasil e os Estados Unidos. In: FILHO, Manuel F. L; BEZERRA, Marcia (orgs.). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Editora Alternativa, 2006.

_____; ABREU; Regina M. do R. M. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel. F.; BELTRÃO, Jane. F.; ECKERT, Cornélia. (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural**. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 21-43.

_____. Espelhos patrimoniais em Ouro Preto: museus e passado afro-brasileiro. **Tomo** (UFS), v. 1, pp. 197-220, 2010.

LOW, Setha; LAWRENCE-ZÚNIGA, Denise. **The anthropology of space and place**: locating culture. Publisher: Wiley-Blackwell, 2003.

LOWENTHAL, David. **The Heritage Cruzade and Spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LUCHIARI, Maria T. D. P. A Reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, n. 17, pp. 95 – 105. 2005.

MAGNANI, José Guilherme C. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: _____; TORRES, Lilian de L. (orgs.). **Na Metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996. pp. 12-53.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.17, n.49, pp.11-29, 2002.

_____. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, vol.16, n.32, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. Trad. de Anton P. C. e Lígia A. C. Mendonça. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALPAS, Josephe E. **Place and experience**. A philosophical topography. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: **O Espaço da Diferença**. ARANTES, Antonio A. (org). Campinas, SP: Papirus, 2000.

MAUSS , Marcel . **Sociologia e antropologia** . São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NARDI, Letícia; CASTELLS, Alícia. N. G. . Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá-PR. In: **1 Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**: desafios e perspectivas/Anais, Belo Horizonte: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável, 2010.

NEIBURG, Federico. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Roberto C. **O Trabalho do Antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. 2ª ed. Brasília: Editora Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ORTNER, Sherry. Uma Atualização da Teoria da Prática. In: GROSSI, Miriam P; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter H. (orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria A. de S. **História de Goiás**. Goiânia: Editora UCG, 1989.

PARK, Robert. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

PÉCLAT, Gláucia Thais da Silva Campos. **O Empadão Goiano**: expressão de valores e práticas tradicionais. Dissertação de Mestrado – Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, UCG, 2003.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e a sustentabilidade cultural das cidades. Apresentado no Colóquio **A Cidade entre projetos e políticas**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

PÉREZ, Xerardo P. Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In: PORTELA, J; CASTRO CALDAS, J. (orgs). **Portugal Chão**. Oeiras: Celta editora, 2003.

_____. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. Tenerife: ACA y PASOS, RTPC, 2009.

POLETTO, Sara A. **Esboço de um personagem fugaz**: o turista sob o olhar dos moradores da Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – DAN / UnB, Brasília, 2003.

POLONIAL, Juscelino M. **Terra do Anhangüera**: história de Goiás. 3ª ed. Goiânia: Kelps/Leart, 2006.

PORTUGUEZ, Anderson P. Turismo, planejamento socioespacial e patrimônio histórico-cultural. In: _____. (org). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

RABELO, Flávia de B. **(Re)inventando o turismo na Cidade de Goiás sob o olhar de Cora Coralina**. Projeto de Gestão (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – UCG/IGPA, 2006.

ROCHA, Ana Luiza. C. A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas da cultura em sociedades complexas. In: SILVEIRA, F. L. A; CANCELA. C. (orgs). **Paisagem e cultura**: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EDUFPA, 2009. pp. 101-123.

_____; ECKERT, Cornélia. **Etnografia da Duração**: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

RODMAN, Margaret C. Empowering place: multilocatity and multivocality. In: LOW, Setha; LAWRENCE-ZÚNIGA, Denise. **The anthropology of space and place**: locating culture. Publisher: Wiley-Blackwell, 2003.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RUFINO, Márcia R. C. F. **Mediação Cultural e Reciprocidade no Contexto das Práticas Turísticas em Florianópolis – SC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Ilha de Santa Catarina, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHENA, Fernando. **Turismo, estado, sociabilidades e mudança**: uma etnografia da Vila de Encantadas, Ilha do Mel – PR. Dissertação (Mestrado) – SCHLA/UFPR, Curitiba, 2006.

SEBASTIÃO, Ana S. C. **Planeamento estratégico para o centro histórico de Torres Vedras**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Lisboa, 2010.

SÊGA, Rafael A. O conceito de representação social nas obras de Denise Joselet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, p. 128-133. 2000.

SILVA, Maria da Conceição. **Catolicismo e Casamento em Goiás, 1860-1920**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

SILVEIRA, Flávio. L. A; LIMA FILHO, Manuel F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma das coisas" e a coisificação dos objetos. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, pp. 37-50, 2005.

_____. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: _____; CANCELA. C. (orgs). **Paisagem e cultura**: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EDUFPA, 2009. pp. 71-83.

SIMÃO, Maria C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. MORAES FILHO, Evaristo (Org.). Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier**: gentrification and revanchist city. London/New York: Routledge, 1996.

_____. A Gentrificação Generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, C. (Orgs.). **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

TAMASO, Izabela M. A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio. In: FRÙGOLI JR, Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda A. (orgs). **A cidade e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte/São Paulo: PUC Minas/Edusp, 2006a.

_____. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. **Edição 390 de Série Antropologia**, pp. 13-36. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006b.

_____. **Em nome do patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília/DF, 2007a.

_____. Processo de patrimonialização: centro histórico e periferia na cidade de Goiás. In: 31 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2007, Caxambu. **31º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: Anpocs, 2007b.

TEIXEIRA, Ana B. **Sustentabilidade Turística da Cidade de Goiás**: espectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos locais. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária da UniEVANGÉLICA, Anápolis-GO, 2011.

TILLEY, Christopher. **A phenomenology of landscape**: places, paths and monuments. Oxford/Providence: Berg Publishers, 1994.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Trad. Fabiano Morais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

URRY , John . **O olhar do turista** : lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.3ª ed. São Paulo: Estúdio Nobel/Sesc, 2001.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: **Mana**, n.1, v.12, 2006.

_____. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. In: **Mana**, v.17, n.1, p.161-185, Abr. 2011.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, Antonio. A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000a. pp. 80-103.

_____. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: Arantes, Antonio. A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000b. pp. 104-115.